

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ROSANE SALACHE

DETERMINANTES GEOPOLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS DAS RELAÇÕES
COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ÁFRICA (1964-2007)

PONTA GROSSA

2009

ROSANE SALACHE

DETERMINANTES GEOPOLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS DAS RELAÇÕES
COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ÁFRICA (1964-2007)

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Gestão do Território,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque

PONTA GROSSA

2009

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S159d Salache, Rosane.
Determinantes geopolíticos e diplomáticos das
relações comerciais entre Brasil e África (1964-2007). /
Rosane Salache. Ponta Grossa, 2009.
98f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) –
Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.
Orientador : Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque

1. Brasil. 2. África. 3. Geopolítica 4. Atlântico Sul.
5. Tropicalidade. I. Albuquerque, Edu Silvestre de. II. T

CDD: 320.12

Normalização: Renato Pereira

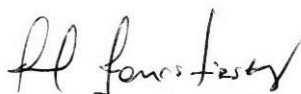
TERMO DE APROVAÇÃO

ROSANE SALACHE DE SOUZA

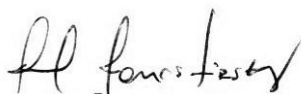
DETERMINANTES GEOPOLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS DAS RELAÇÕES
COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ÁFRICA (1964-2007)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território,
Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

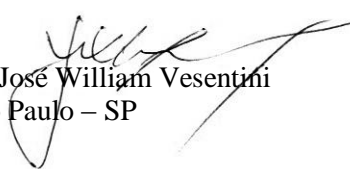
Orientador



Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque
UEPG/Ponta Grossa – PR



Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG/Ponta Grossa – PR



Prof. Dr. José William Vesentini
USP/ São Paulo – SP

Ponta Grossa, 9 de junho de 2009.

*Luiz Felipe e Stella.
Que vivam com sabedoria!*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Edu Silvestre de Albuquerque, meu orientador, pela desafiadora oportunidade na definição da temática, pela contribuição com seus valiosos conhecimentos, dedicação e competência na orientação desta dissertação.

À Professora Dra. Jociane Rigoni e ao Professor Dr. Leonel Brizola Monastirsky, pelas importantes contribuições no Exame de Qualificação.

Aos Professores Alexandro, Francine, Luzia, Regina, Sandra e Suzana pela colaboração com informações que auxiliaram na concretização desta pesquisa.

Ao Eliseu, meu esposo, pelo apoio, fazendo-me acreditar nas realizações profissionais.

Às minhas queridas irmãs, Raquel, Silvana, Juliane e Josiany, pelo apreço ao estudo.

À minha mãe Doraci, pela confiança no meu ideal de professora pesquisadora.

RESUMO

A formulação e aperfeiçoamento da política externa brasileira exige a elaboração de uma regionalização mundial a partir de uma perspectiva dos interesses nacionais brasileiros. Desta forma, busca-se determinar a correspondência entre o pensamento geopolítico brasileiro herdado do período militar e o volume/natureza dos fluxos econômicos entre Brasil e África, especialmente no que se refere ao comportamento do comércio exterior brasileiro com os países africanos. Na prática, nota-se a emergência de relações comerciais com países localizados em um arco mais externo ao tradicional arco atlântico, embora este último ainda apareça em amplo destaque. Essa nova regionalização dos fluxos comerciais Brasil – África, com destaque para mercadorias de maior conteúdo tecnológico, ainda precisa comprovar certa perenidade para balizar novas ações diplomáticas de longo prazo.

Palavras-chave: Brasil, África, Geopolítica, Atlântico Sul, Tropicalidade.

ABSTRACT

The formulation and improvement of Brazilian foreign politics requires the development of a world regionalization from a perspective of national Brazilian interests. Thus, we attempt to determine the correlation between the Brazilian geopolitical thinking inherited from the military period and the volume / nature of the economic flows between Brazil and Africa, especially regarding the behavior of Brazilian foreign trade with African countries. In practice, there is the emergence of trade relations with countries located in an arc outside the more traditional Atlantic, although it still appears in broad focus. This new regionalization of trade Brazil – Africa, especially for goods of higher technological content, you still need to show some survival guide for new long-term diplomatic actions.

Keywords: Brazil, Africa, Geopolitics, South Atlantic, Tropical.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Cartograma 1 – África Político	39
Quadro 1 – Participação da África e do Mundo no Comércio Exterior Brasileiro (em US\$)	40
Gráfico 1 – Brasil-África: Evolução do Comércio Internacional (1990-2007)	41
Cartograma 2 – Exportações Totais Brasil/África – 2007	42
Quadro 2 – Principais Mercados Africanos de Destino das Exportações Brasileiras – 2007 (em US\$)	43
Cartograma 3 – Importações Totais Brasil/África – 2007	44
Quadro 3 – Principais Mercados Africanos de Origem das Importações Brasileiras – 2007 (em US\$)	45
Quadro 4 – Principais Produtos Importados pelo Brasil dos Países Africanos – 2007	46
Quadro 5 – Principais Produtos Exportados pelo Brasil para os Países Africanos – 2007	47
Gráfico 2 – Importações Brasileiras do Continente Africano (1990-2007)	48
Gráfico 3 – Exportações Brasileiras para o Continente Africano (1990-2007)	48
Quadro 6 – Exportações por Grupos de Intensidade Tecnológica – Brasil/África – 2007	50
Quadro 7 – Importações por Grupos de Intensidade Tecnológica – Brasil/África – 2007	52
Quadro 8 – Evolução do Comércio Brasil/África por Grupos de Produto em Intensidade Tecnológica - 1990 e 2007 (em %)	54
Cartograma 4 – Regionalização Oficial do Ministério das Relações Exteriores	58
Cartograma 5 – Países abrangidos pela DAF – II (MRE)	59
Cartograma 6 – Exportações brasileiras de Produtos industrializados de média e alta tecnologia da África – 2007	61
Cartograma 7 – Importações brasileiras de Produtos industrializados de média e alta tecnologia da África – 2007	62
Cartograma 8 – Projeção geopolítica brasileira na África	64
Cartograma 9 – Regionalização da África segundo os fluxos de comércio.	66

LISTA DE SIGLAS

- AI-5 – Ato Institucional nº 5
- APEX – Agência de Promoção de Exportações
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DAF – Divisão da África
- ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- FOB – Free On Board
- FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
- IBAS – Iniciativa trilateral Índia–Brasil–África do Sul
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento
- IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement)
- NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul
- NEPAD – Nova Aliança para Desenvolvimento da África
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Southern Africa Development Community)
- SECEX – Secretaria de Comércio Exterior
- UE – União Africana
- ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A POLÍTICA EXTERNA DA “DIPLOMACIA COMERCIAL” BRASILEIRA E AS “VISÕES DE ÁFRICA” (1964-2007).....	22
2.1 A Política Africanista no Regime Militar Brasileiro.....	22
2.2 A “Diplomacia Comercial” para a África a partir dos Governos Cíveis.....	30
2.3 As Relações Comerciais Brasil-África nas Décadas de 1990 e Atual.....	36
3 ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA E DO CONTEÚDO TECNOLÓGICO.....	39
3.1 Os Fluxos Comerciais entre Brasil e África nos Anos 1990 e 2007	40
3.2 O Conteúdo Tecnológico das Exportações Brasileiras para a África.....	49
3.3 O conteúdo tecnológico das importações brasileiras da África	51
4 CONSTRUINDO UMA REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA DA ÁFRICA.....	55
4.1 A Regionalização Europeia do Colonialismo.....	55
4.2 As Regionalizações Oficiais Brasileiras	57
4.3 Proposta de Nova Regionalização do Continente Africano.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
ANEXOS	74
Anexo A – Exportações brasileiras para a África do Sul - 1990/1995/2000/2005/2007.....	75
Anexo B – Exportações brasileiras para Angola - 1990/1995/2000/2005/2007	79
Anexo C – Exportações brasileiras para Nigéria - 1990/1995/2000/2005/2007.....	83
Anexo D – Exportações brasileiras para Argélia - 1990/1995/2000/2005/2007	87
Anexo E – Importações brasileiras da África do Sul - 1990/1995/2000/2005/2007.....	90
Anexo F – Importações brasileiras de Angola - 1990/1995/2000/2005/2007	94
Anexo G – Importações brasileiras da Nigéria - 1990/1995/2000/2005/2007	95
Anexo H – Importações brasileiras de Argélia - 1990/1995/2000/2005/2007	98

1 INTRODUÇÃO

A mídia e o senso comum indicam uma África homogênea do ponto de vista natural (dominada por paisagens desérticas), cultural (etnia negra e de crenças animistas), social (apenas pobreza e escassez de quaisquer recursos naturais para o desenvolvimento) e político (governos corruptos e sistemas políticos instáveis). Todos esses rótulos generalistas podem ser agrupados sob a designação corrente de “África Negra”, inclusive ainda amplamente empregada em livros escolares no Brasil. Entretanto, a realidade africana apresenta-se bastante complexa, pelo mosaico de paisagens, diversidade cultural e de grupos étnicos. Mesmo a estabilidade política de cada Estado africano, varia de acordo com a evolução do processo de centralização política e o grau de desenvolvimento econômico de cada país.

Seria então possível alguma leitura geral sobre o continente africano? Com efeito, o Estado centralizado se coloca ainda como objetivo para muitas das jovens nações africanas, libertas do colonialismo europeu apenas a partir da segunda metade do século passado. É justamente essa condição histórica de inserção subalterna no sistema internacional que possibilita uma visão de África enquanto unidade, ao mesmo tempo em que aproxima aquele continente da realidade latino-americana e de outras regiões subdesenvolvidas.

A África, tal como a conhecemos hoje, nasceu a partir dos gabinetes diplomáticos europeus, especialmente a partir da Conferência de Berlim (1884-1885). A partilha colonial dos territórios africanos desenhou fronteiras arbitrárias (baseadas em critérios geodésicos), no continente para assegurar às potências européias, no plano econômico o monopólio sobre as riquezas minerais e das monoculturas de exportação baseadas no clima tropical. A estrutura político-econômica colonial deixou suas marcas nas sociedades africanas até os dias de hoje. É recorrente o exemplo do regime segregacionista sul-africano (o *apartheid*) – herança dos colonizadores europeus – extinto apenas em 1993.

Os movimentos africanos de descolonização alcançam a independência política apenas entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1970. Assim, as colônias portuguesas da África (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe) estão entre as últimas a alcançarem a independência.

Entretanto, a independência política não trouxe o desenvolvimento econômico almejado pelos movimentos de descolonização. O processo de centralização política dos jovens Estados africanos encontraria duros obstáculos estruturais (a herança das estruturas

coloniais perversas) e conjunturais. Exemplo deste último é a Guerra Fria, que apareceu na África através da luta entre facções e grupos étnicos envolvendo, de um lado, União Soviética e Cuba, de outro, os Estados Unidos. É somente com o final da Guerra Fria (1991) que países lusófonos africanos como Angola e Moçambique puderam encaminhar um pacto político para assegurar certa estabilidade interna.

Na África Subsaariana a influência política externa direta continua dificultando a centralização política dos jovens Estados, envolvendo de um lado países que apóiam grupos étnicos que abraçaram a fé muçulmana, e de outro, países que apóiam grupos étnicos simpáticos aos interesses ocidentais e cristãos. Nesta região, ainda há outros obstáculos estruturais relacionados ao equilíbrio natureza-demografia/uso do solo.

A história das relações Brasil-África começa ainda no período colonial e se estende até hoje através dos laços culturais estabelecidos desde a transferência demográfica de milhões de africanos para o trabalho escravo no Brasil Colônia e Imperial¹. O saldo de africanos desembarcados no Brasil, que oscila entre 3,5 e 4 milhões, aparece na forte presença do negro na matriz da identidade cultural brasileira. Contudo, essas ligações culturais valem apenas para determinados grupos étnicos africanos – seletividade operada a partir das bases geográficas estabelecidas no continente africano pelo tráfico escravista, e que foram se tornando cada vez mais tênues com as assimilações e sincretismos estabelecidos com o passar do tempo.

Por sua vez, a herança linguística comum deixada pelo colonizador português de ambos os lados do Atlântico Sul é certamente o mais importante elemento cultural de ligação entre Brasil e África, ainda que também restrita a uma parte da África, justamente aquela inserida na atual Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Diante do exposto, o cultural representa uma dimensão limitada para servir de base para uma diplomacia brasileira para a África, uma vez que reduz aquele continente a alguns povos (a herança dos “imigrados”) e países (as nações lusófonas). Daí que advogamos que é a dimensão política que adquire relevância para uma reestruturação das bases diplomáticas Brasil-África. A inserção de Brasil e África no cenário internacional é produto de processos específicos de desenvolvimento histórico e social de cada Estado nacional, mas também da hierarquia do sistema internacional (a ordem internacional). Afinal, a inserção periférica na economia-mundo tanto de África quanto da América Latina é traço característico que permite

¹ O intercâmbio Brasil-África no período colonial nasce a partir dessa mercadoria singular, formada por homens cativos sob os auspícios de capitais europeus (FIGUEIRA e, MENDES, 1977).

uma aproximação entre ambas as realidades, sobretudo quando se pensa na reconfiguração do sistema internacional de modo a contemplar o desenvolvimento dessas regiões.

Qual seria o modelo mais apropriado para analisarmos as relações internacionais?

Parece que qualquer teoria das relações internacionais deve partir da globalização do processo econômico, que tem provocado o aprofundamento da interdependência entre as nações². Para Santos Júnior (2000), a teoria da interdependência está baseada em três princípios básicos: 1º) canais múltiplos (inclusive atores não-estatais); 2º) ausência de hierarquia entre assuntos; 3º) forças armadas como elementos não-proeminentes em política internacional. Nessa linha de interpretação, também, para Martins (1992) a atual hegemonia das relações internacionais seria marcada não pela supremacia, mas fundamentalmente pela cooperação, “ao contrário da supremacia, exercida pela coerção, a hegemonia implica em alguma forma de cooperação (o que não exclui conflito de interesse) entre as partes envolvidas, não importa quão assimétrico seja o poder entre elas” (op. cit., p. 67).

Entretanto, a cooperação econômica ou interdependência representa apenas uma das faces da globalização. Os avanços na liberalização do comércio e do mercado de capitais não trouxeram a anunciada redução das desigualdades entre os países³. De modo que o próprio Itamaraty reconhece que a interdependência econômica da globalização mantém as assimetrias anteriores.

O fim da Guerra Fria não apagou a dimensão coercitiva das relações internacionais, como demonstram as intervenções militares dos Estados Unidos no Oriente Médio antes e após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001; a volta de governos nacionalistas e de esquerda na América Latina; a reação russa a expansão dos sistemas de mísseis da OTAN na direção de suas fronteiras; dentre outros⁴.

Essas profundas contradições do sistema internacional se refletem, ainda que em outra escala, nas próprias relações do Estado brasileiro com países de menor desenvolvimento, caso da “diplomacia comercial” praticada com a América Latina, Oriente Médio e África, especialmente desde o período do regime militar.

² Segundo Bobbio (1991, p. 1089), a expressão Relações Internacionais indica “[...] todo o complexo das relações que intermedeiam entre os Estados, entendidos quer como aparelhos quer como comunidades [...]”.

³ Numa abordagem mais crítica, Theotônio dos Santos (1993) destaca que o aumento dos déficits comerciais norte-americanos nas últimas décadas ocasionou tanto a retomada do crescimento econômico mundial (expansão das exportações para o mercado dos EUA) quanto da demanda externa para os modernos setores de serviços ligados à pesquisa e desenvolvimento, à comunicação e ao lazer dos EUA.

⁴ As apropriações/divisões do espaço geográfico – que chamamos de território – remetem à idéia de “campo de forças”. Assim, o espaço geográfico assim como o poder apresenta-se multidimensional porque pode ser analisado a partir da distribuição da riqueza material (economia política) ou da imposição da força (geopolítica) (CASTRO, 2006).

A expansão do comércio com a África, o Oriente Próximo e a América Latina foi a mais importante mudança ocorrida nas relações econômicas externas do Brasil no final da década de 1960 e início de 1970. As exportações para o Terceiro Mundo cresceram de cerca de 12% em 1967 para cerca de 25% no fim da década de 1970 e início de 1980. Em 1981, o Brasil chegou a vender 51,7% dos seus produtos manufaturados para os países do Terceiro Mundo. (SARAIVA, 1996, p. 141).

A produção geopolítica dos militares atrelada às “visões de mundo” brasileiras foi fomentada durante o regime militar, inaugurado em 1964, quando diversos grupos empresariais voltavam-se a mercados externos para viabilizar o parque industrial em consolidação. Havia toda uma produção geopolítica nacional – sobretudo a partir do pensamento de militares como Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva – voltada para o suporte ideológico dessa meta de desenvolvimento econômico e projeção externa do Estado brasileiro⁵.

Efetivamente, desde os anos 1950, a política externa brasileira era basicamente uma política comercial externa, projetando os interesses internos ligados à agropecuária e ao desenvolvimentismo industrial nacional. Mas é na década de 1970, em particular no governo do General Ernesto Geisel, que o Brasil se propôs um projeto internacional de “potência intermediária”, aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, e que no plano externo representou o rompimento do acordo militar com os Estados Unidos e a ampliação de relações com as antigas colônias afro-asiáticas (ALMEIDA, 2004).

O regime militar brasileiro tratava de consolidar e ampliar o desenvolvimento industrial nacional, no plano externo traduzida pela conquista de novos mercados. Com efeito, as relações diplomáticas e comerciais com a África também receberam prioridade. Em nome de uma relação comercial mais intensa, a diplomacia dos militares abandonou a política de alinhamento automático aos Estados Unidos para apoiar os movimentos de descolonização africanos, mesmo em relação ao governo marxista angolano.

Mas a condição subalterna do Brasil no sistema internacional deveria, embasar uma diplomacia de busca pelo Estado brasileiro de outros espaços do capitalismo periférico de porte médio, numa inter-relação soberana entre parceiros equivalentes “[...] a

⁵ A geopolítica “[...] indaga os liames que ligam os eventos políticos à Terra e quer indicar as diretrizes da vida política dos Estados [...]” (BOBBIO, 1991). Assim, a geopolítica diz respeito não apenas à ciência geográfica, mas também se insere na tradição realista da ciência política ao interpretar os interesses nacionais e projetá-los no contexto internacional de forma pragmática (CHIAPPIN, 1996).

multilateralidade horizontal (eixo sul-sul) [...] (VIZENTINI, 2004, p. 1)⁶. O Brasil sofre restrições ao desenvolvimento econômico devido a fatores como a orientação do crédito do sistema financeiro internacional e medidas protecionistas sobre a propriedade tecnológica imposta pelos países desenvolvidos, e nesse sentido a valorização das relações Sul-Sul poderia estimular novos fluxos econômicos.

Dentre os condicionantes geopolíticos clássicos do pensamento militar brasileiro estão a projeção de poder no Atlântico Sul e o desenvolvimento econômico baseado nas condições de tropicalidade. Ambos vistos pelos geopolíticos militares como fatores de aproximação entre Brasil e África⁷.

Historicamente, os países com vocação imperialista desejavam controlar os mares, como aconteceu com os romanos, que chamavam o Mediterrâneo de *Mare Nostrum*; com os ingleses, que se apossaram de estreitos e de ilhas em todos os oceanos para manter a Inglaterra como “Rainha dos Mares” e com os norte-americanos, que iniciaram a sua expansão pelas Antilhas, e que procuram tutelar o Atlântico e o Pacífico (ANDRADE, 2001).

Por sua vez, o Brasil possui uma extensa área marítima devido à vasta linha costeira voltada exclusivamente para o Oceano Atlântico. Dos mais de cinquenta países e quatro continentes banhados por esse oceano (África, América, Europa e Antártida), Brasil e Estados Unidos são os que possuem as maiores áreas litorâneas. Quando se considera o Atlântico Sul, o Brasil domina absoluto em termos de área marítima, que se estende desde a Linha do Trópico de Câncer até a Antártida (OLIC, 1992), e onde se insere a costa marítima brasileira de aproximadamente 7.408 quilômetros, defrontada pela costa dos países africanos ocidentais. Nesse contexto, o Atlântico Sul efetivamente teria o potencial de estimular a cooperação econômica entre Brasil e África.

O Atlântico Sul possui enormes reservas de petróleo e gás, possibilidades de pesca e ativa navegação. Portanto, é ainda mais natural que o Brasil deseje exercer forte influência

⁶ “Por multilateralização das relações exteriores entende-se a busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira. Esse processo de mundialização permite, na perspectiva da diplomacia brasileira contornar uma dependência exclusiva face aos Estados Unidos, exercida no plano hemisférico. O principal fator propulsor deste processo consiste na confluência interativa de dois movimentos históricos: a crescente subordinação da diplomacia brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico nacional, e a progressiva crise de hegemonia no sistema mundial a partir de meados dos anos 60”. (VIZENTINI, 2004, p. 10).

⁷ Ocorre que, como afirmou Raffestin (1993), a população tem uma “tendência territorializante” por mais “nômade” que seja a economia. Portanto, o território continua traço fundamental para o exercício do poder em que pese o avanço dos processos de globalização da economia: “as pessoas físicas são cidadãos de um estado, não operam como apátridas, no ‘apátrida’ capital. O mais ‘apátrida’ aqui é o capital (eventualmente pessoa jurídica): ele opera como inscrito nos registros de um (uns) estado(s)-nação(ões). Vinculado, portanto à administração concreta de um território determinado” (GALVAN, 1996, p. 75).

sobre o Atlântico Sul, ainda que para tanto necessite ampliar a marinha mercante e formar capacidade naval (e aeronaval) efetiva para defender os interesses nacionais na região.

As similaridades climáticas entre Brasil e África também podem contribuir para uma maior cooperação entre as partes, casos evidentes da agricultura e da produção de fármacos, mas não somente. A tropicalidade é considerada através de dois critérios: posição geográfica, isto é, estar incluído entre os paralelos de Câncer e Capricórnio, e domínio climático, determinado pelas isotérmicas que delimitam as regiões pela temperatura média acima de 25°C, como definidora de região tropical. Assim, pelo critério da posição geodésica temos 93% do território brasileiro na região tropical, e pelo critério das isotérmicas cerca de 70%, pois, estariam excluídas certas áreas do litoral refrescadas pelos ventos alísios e as terras altas favorecidas climaticamente pela altitude (MATTOS, 1984). Segundo o geopolítico General Meira Mattos (1984, p. 57):

[...] os países tropicais revelam sua condições do meio físico, particularmente clima e natureza de solos, menos favoráveis à ação produtiva do homem do que os países de clima temperado. Precisam, portanto, para superarem essas condições mais difíceis de meio físico e criarem uma cultura e um desenvolvimento sócio-econômico modernos, de um homem regional superior na sua inteligência e vontade de vencer.

Nessa citação do general geopolítico é evidente o combate às teses “europeístas” que afirmavam a aptidão apenas do clima temperado para o desenvolvimento. Cabe aos países tropicais impetrar novo rumo à história, dizia Mattos (1984), através do desenvolvimento de técnicas propícias ao domínio de seu meio. Assim, as similitudes naturais entre Brasil e África podem contribuir para a cooperação entre países em desenvolvimento com características tropicais, já que as tecnologias disponíveis no mercado internacional foram construídas a partir das condições climáticas e de solos dos países temperados do “Norte”.

Em estudo mais recente, o geógrafo André Roberto Martin (1993), da Universidade de São Paulo, aponta a tropicalidade ao lado da meridionalidade como “condicionantes geopolíticos” fundamentais à projeção dos interesses brasileiros no exterior e ao aprofundamento da cooperação econômica, tecnológica e militar entre os países subdesenvolvidos. Para Martin (1993), a “tropicalidade” representaria a negação da ocidentalidade e, por conseguinte, a superação da dependência nacional frente às tecnologias de clima temperado, para a afirmação da vocação brasileira de inserção no Hemisfério Sul e onde as condições tropicais e subtropicais são reinantes. Ainda que a análise seja de um

“civil”, mais uma vez a África aparece como “parceira natural” para a projeção econômica dos interesses brasileiros.

Nesse sentido, esta dissertação tem por finalidade determinar qual foi o legado no atual fluxo comercial bilateral desse “objetivo africano” da geopolítica brasileira e que se traduziu na diplomacia comercial do regime militar brasileiro. Para tanto, nos valem da análise dos fluxos comerciais entre Brasil e África no período de 1964 a 2007; afinal, é quando o pragmatismo comercial é elevado à condição de diplomacia pelos militares, e que seria herdada pela diplomacia dos governos civis posteriores.

Partimos da premissa de que as condições estruturais da inserção africana e brasileira no sistema internacional prevaleceram sobre as vontades geopolíticas dos militares brasileiros, moldando a natureza das relações comerciais bilaterais. A concentração das pautas de produtos comercializados entre Brasil e países africanos nos produtos primários (petróleo e alimentos) remete tanto para a dificuldade de colocação de produtos de maior conteúdo tecnológico brasileiro naqueles mercados quanto para a excessiva especialização das economias africanas e brasileira no setor primário.

A industrialização tardia e parcial brasileira experimentou seu primeiro revés com a crise econômica das décadas de 1980 e 1990, quando os movimentos autônomos da política externa brasileira foram perdendo força, especialmente ao longo dos anos 1990, em prol do reforço do alinhamento ideológico com os Estados Unidos (FIORI, 2007).

A partir da década de 1990, a abertura econômica reforçou a tendência do comércio exterior brasileiro de especialização na exportação de manufaturados quase que apenas para a América Latina, aliada à “reprimarização” das exportações para o resto do mundo. Ao mesmo tempo, a volta do interesse global pela África – considerada apressadamente como continente esquecido ou “quarto mundo” – ocorre fundamentalmente na exploração de petróleo e gás natural.

Por outro lado, na atual década assiste-se à diminuição da importância dos Estados Unidos como mercado de destino das exportações brasileiras e forte crescimento da participação da China, que permitem nova inflexão da política externa brasileira a partir de 2002, ao voltar a definir como prioritárias as relações estratégicas com países-chave da África e da Ásia, em particular, África do Sul, Índia e China.

O questionamento inevitável é acerca do futuro das relações Brasil-África, mantendo-se a atual estrutura de intercâmbio econômico. Existem opiniões de que as condições que levaram à crise do petróleo da década de 1970 podem se repetir, desta vez incluindo aqueles países periféricos africanos que passaram a explorar petróleo, recursos

esses capazes de pleitear a sua “segurança estratégica”. Sobre a conjuntura específica daquela década, o geógrafo Paul Claval (1979, p. 213) assim se expressou:

Já não é possível às grandes potências impor aos países menores as regras da troca econômica indispensáveis ao jogo liberal dos mercados e a uma divisão equilibrada dos benefícios internacionais. Os países ricos em matérias-primas e em fontes de energia podem dispor dos seus recursos mais facilmente do que no passado, pois o medo do conflito mundial evita as represálias de seus clientes. É o fim do economismo internacional, o fim também de uma época em que o trabalho e a competência técnica eram reconhecidos como as únicas fontes confessáveis de riqueza.

Recentemente, foi divulgado um estudo encomendado pela Agência Central Inteligência – CIA, sobre as principais tendências mundiais para o ano de 2020. Sobre o petróleo a aposta é de maiores incertezas nos próximos anos, considerado um aumento de 50% no consumo e o acirramento da competição internacional pelos recursos, acompanhada por crises no fornecimento de petróleo. Nesse contexto, países como Argélia, Angola, Líbia e Nigéria tendem a ganhar maior destaque no cenário internacional⁸.

Por outro lado, o referido estudo da CIA argumenta que o cenário mais provável para a África em 2020 é de “o continente se parecer cada vez mais com uma colcha de retalhos, com significativas diferenças econômicas e sociais” (Agência Central Inteligência, 2006), e que se os conflitos internos não forem resolvidos as chances da maioria dos países africanos receberem investimentos estrangeiros para além do setor petrolífero devem continuar reduzidas.

Em termos metodológicos, para a identificação dos fluxos comerciais entre Brasil e África nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2007, procedemos a coleta de dados primários no sitio AliceWeb⁹, disponibilizado pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior). A coleta de dados estatísticos anteriores não foi possível por não estar disponível no sítio, caso em que optamos por análises qualitativas baseadas em revisão de bibliografia.

A etapa seguinte foi de agrupamento estatístico dos Capítulos NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) segundo o conteúdo tecnológico, voltado à produção de cartogramas

⁸ Neste mesmo estudo, outra questão levantada é sobre se a África do Sul será apenas um motor para a região ao sul do continente africano ou se forjará relações mais próximas com potências de outros continentes. Especialistas sul-africanos que participaram dos debates promovidos pela CIA prevêem o futuro do país sendo construído por meio de parcerias com nações de fora da região. O estudo também destaca positivamente a emergência de novas lideranças democráticas na África.

⁹ Disponível em: < <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br> >.

temáticos (programa Philcartho) que permitiram uma regionalização da África segundo os interesses brasileiros. Com intuito de avaliar a balança comercial Brasil-África dentro de uma perspectiva geográfica, optamos por trabalhar com os NCMs totais, sem desagrupá-los. Vale destacar que essa análise empírica foi realizada tendo por base as cinquenta e cinco unidades do continente africano constituída por países e territórios dependentes.¹⁰

A mais conhecida metodologia de classificação do comércio exterior é a adotada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que classifica as mercadorias em três grupos: I) Indústria de alta e média-alta tecnologia; II) Indústria de média a baixa tecnologia; e III) Produtos não industriais. Optamos por considerar alterações nessa metodologia de modo a separar as mercadorias industrializadas intensivas em recursos naturais/trabalho daquelas intensivas em tecnologia. Assim, elaboramos os seguintes grupos ou categorias que visam proporcionar maior exatidão na participação dos produtos de alto conteúdo tecnológico no fluxo comercial Brasil-África:

I) Produtos industrializados de média e alta tecnologia: (NCM 87) Veículos, automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios; (NCM 84) Caldeiras, máquinas, etc., mecânicos; (NCM 85) Máquinas, aparelhos e material elétrico e suas partes, etc.; (NCM 90) Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.; (NCM 30) Produtos farmacêuticos; (NCM 37) Produtos para fotografia e cinematografia; (NCM 91) Relógios e aparelhos semelhantes e, suas partes; (NCM 86) Veículos e material para vias férreas, semelhantes, etc.; (NCM 88) Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes.; (NCM 89) Embarcações flutuantes; (NCM 93) Armas e munições; (NCM 99) Transações especiais; (NCM 00) Operações especiais.

II) Produtos industrializados de baixa tecnologia: (NCM 48) Papel e cartão, obras de pasta e celulose, de papel, etc.; (NCM 39) Plástico e suas obras; (NCM 72) Ferro fundido, ferro e aço; (NCM 29) Produtos químicos orgânicos; (NCM 38) Produtos diversos das indústrias químicas; (NCM 28) Produtos químicos inorgânicos, etc.; (NCM 59) Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.; (NCM 76) Alumínio e suas obras; (NCM 94) Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.; (NCM 83) Obras diversas de metais comuns; (NCM 54) Filamentos sintéticos ou artificiais; (NCM 57) Tapetes, outros revestimentos p/ pavimentos, de matérias têxteis; (NCM 40) Borracha e suas obras; (NCM 73) Obras de ferro fundido, ferro ou aço; (NCM 56) Pastas (“ouates”), feltros e falsos tecidos, etc.; (NCM 58) Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.; (NCM 82) Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc. de metais comuns; (NCM 62) Vestuário e seus acessórios, exceto de malha; (NCM 70) Vidro e suas obras; (NCM 63)

¹⁰ África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burkina, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Ilhas Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malavi, Mali, Marrocos, Maurício, Maurítãea, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro Africana, República do Congo, Ruanda, São Tomé, Senegal, Serra Leoa, Somália, Seycheles, Suazilândia, Sudão, República Unida da Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Saara Ocidental e Ilhas Reunião.

Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.; (NCM 32) Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.; (NCM 96) Obras diversas; (NCM 60) Tecidos de malha; (NCM 69) Produtos cerâmicos; (NCM 75) Níquel e suas obras; (NCM 49) Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.; (NCM 65) Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes; (NCM 95) Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes, etc.; (NCM 31) Adubos ou fertilizantes; (NCM 74) Cobre e suas obras; (NCM 61) Vestuário e seus acessórios, de malha; (NCM 45) Cortiça e suas obras; (NCM 64) Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes; (NCM 55) Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas; (NCM 36) Pólvoras e explosivos, artigos de pirotecnia, etc.; (NCM 79) Zinco e suas obras; (NCM 92) Instrumentos musicais, suas partes e acessórios; (NCM 78) Chumbo e suas obras; (NCM 66) Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, etc.; (NCM 80) Estanho e suas obras; (NCM 81) Outros metais comuns, ceras, obras dessas matérias; (NCM 97) Objetos de arte.

III) Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima: (NCM 27) Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais; (NCM 09) Café, chá, mate e especiarias; (NCM 35) Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.; (NCM 04) Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.; (NCM 44) Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; (NCM 05) Outros produtos de origem animal; (NCM 24) Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados; (NCM 11) Produtos da indústria de moagem, maltes, amidos, etc.; (NCM 02) Carnes e miudezas, comestíveis; (NCM 08) Frutas, cascas de cítricos e de melões; (NCM 18) Cacau e suas preparações; (NCM 23) Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.; (NCM 07) Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis; (NCM 52) Algodão; (NCM 21) Preparações alimentícias diversas; (NCM 16) Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.; (NCM 13) Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais; (NCM 33) Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria, etc.; (NCM 20) Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.; (NCM 19) Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.; (NCM 15) Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.; (NCM 71) Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.; (NCM 25) Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento; (NCM 42) Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.; (NCM 50) Seda; (NCM 10) Cereais; (NCM 01) Animais vivos; (NCM 41) Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros; (NCM 47) Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.; (NCM 12) Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.; (NCM 46) Obras de espartaria ou de cestaria; (NCM 14) Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal; (NCM 06) Plantas vivas e produtos de floricultura; (NCM 26) Minérios, escórias e cinzas; (NCM 68) Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.; (NCM 17) Açúcares e produtos de confeitaria; (NCM 53) Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.; (NCM 22) Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; (NCM 34) Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.; (NCM 03) Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos; (NCM 51) Lã, pelos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina; (NCM 67) Pena e penugem; (NCM 43) Peleteria, peles com pelo.

Em trabalho recente, Nassif (2006) apresenta cinco categorias por tipo de tecnologia: “Baseada em ciência”; “Diferenciada”; “Intensiva em escala”; “Intensiva em trabalho” e “Baseada em recursos naturais”. Traçando paralelo com a metodologia usada nesta pesquisa, constata-se que as categorias “Baseada em ciência”, “Diferenciada” e parte da “Intensiva em escala” (veículos automotores e equipamentos de transporte: ferroviário, naval e outros, exceto aeronáuticos), estão abarcadas no que se considerou “Produtos industrializados” de média e alta tecnologia. Já a maior parte da categoria “Intensiva em escala” e “Intensiva em trabalho”, estão sob o que aqui se denomina de “Produtos industrializados” de baixa tecnologia. E, finalmente, a categoria “Baseada em recursos naturais” corresponde aos “Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima”.

Outra proposta é a utilizada por Nakahodo (2006), na qual os produtos exportados foram divididos apenas em duas categorias, sendo a primeira *commodities* (agronegócio, combustíveis, minerais e metais) e a segunda produtos diferenciados. Mas, por sua vez, os produtos diferenciados são subdivididos em outras quatro categorias: alta, média-alta, média-baixa e baixa tecnologia. É possível detectar pontos semelhantes com a metodologia utilizada na presente pesquisa, pois, os “Produtos diferenciados” são aqui subdivididos em “Produtos industrializados de média e alta tecnologia” e “Produtos industrializados de baixa tecnologia”, enquanto que as *commodities*, correspondem aos “Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima”.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira seção constitui a introdução do trabalho. A seção dois caracteriza a evolução da política externa brasileira para com a África, especialmente a partir de meados da década de 1960. No governo militar de Castelo Branco (1964-1967) a África ainda não aparecia como prioritária na política externa brasileira, que privilegiava a aliança ocidental, daí também o destaque para a aproximação do regime segregacionista da África do Sul. No governo Costa e Silva (1967-1969) a “Diplomacia da Prosperidade” elege o continente africano como uma das prioridades da política externa. Já nos governos de Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985) a chamada política do “Pragmatismo Responsável”, estabelece um estreitamento das relações Brasil-África, ainda que dentro de uma perspectiva de tendência universal e também focada no conjunto do Terceiro Mundo. Já no governo civil de José Sarney (1985-1990), a crise econômica internacional repercute profundamente no país, afetando o comércio Brasil-África. No curto mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992), ocorre um distanciamento dos países do Terceiro Mundo, voltando o foco para a aproximação dos países desenvolvidos. No governo de Itamar Franco

(1992-1995) planeja-se uma retomada do contato com a África, porém não de forma entusiástica. Nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), mostra-se presente certa seletividade na definição de parceiros comerciais no continente africano. Finalmente, no período de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o continente africano volta a aparecer nas prioridades diplomáticas brasileiras, ao mesmo tempo em que avança em termos de valores absolutos o fluxo comercial Brasil-África.

A terceira seção analisa o fluxo de comércio entre Brasil e África, destacando a seletividade dos mercados. Os quatro países africanos com maior fluxo comercial com o Brasil em 2007 foram: África do Sul, Angola, Nigéria e Argélia, representando mais de 70% das importações brasileiras e, cerca de 58% das exportações brasileiras para o continente. Nesta seção foram analisados, ainda, os fluxos comerciais regionais a partir do conteúdo tecnológico dos produtos.

A seção quatro destaca a regionalização do continente africano, operada pelos fluxos comerciais oriundos do Brasil, apresentada em cartogramas de destino e origem dos produtos comercializados com os países africanos. Finalmente, são abordadas algumas propostas de intensificação da cooperação econômica e tecnológica necessárias para uma maior dinamização das relações comerciais e políticas entre Brasil e África. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais da dissertação.

2 A POLÍTICA EXTERNA DA “DIPLOMACIA COMERCIAL” BRASILEIRA E AS “VISÕES DE ÁFRICA” (1964-2007)

As “visões de África” são múltiplas e envolvem diferentes aspectos e interesses mesmo quando se considera apenas a dimensão geopolítica. Nesta seção será priorizada a evolução da política externa brasileira, cujo fio condutor entre os governos militares e civis ao longo do período de pouco mais de 40 anos foi a permanência da “diplomacia comercial”, que será analisada em seus fundamentos e perspectivas em relação ao continente africano.

No período do regime militar (1964-1985), a política exterior brasileira se confundia com o pensamento geopolítico oficial (a chamada “Geopolítica dos Estados-Maiores”), ao mesmo tempo em que se reforçava a “diplomacia comercial” como um dos pilares do desenvolvimento industrial nacional. Com a redemocratização, os governos civis experimentam novas orientações na política externa e uma conservação-transformação das “visões geopolíticas” herdadas do pensamento geopolítico oficial, mas acima de tudo pode-se observar a permanência da “diplomacia comercial”.

2.1 A Política Africanista no Regime Militar Brasileiro

O regime militar foi pressionado de forma constante pela classe empresarial e grupos políticos simpáticos ao aprofundamento do desenvolvimento nacional, reivindicativos de uma projeção externa mais autônoma em relação aos interesses das grandes potências econômicas do período.

Durante o regime militar brasileiro, a pauta de exportações para os países africanos passou a incorporar uma gama mais diversificada de produtos, exigindo no campo diplomático a afirmação dos interesses pragmáticos brasileiros em detrimento do alinhamento ideológico com o aliado preferencial norte-americano. Foi esse pragmatismo comercial que impôs aos governos militares uma diplomacia de apoio aos movimentos de descolonização africanos, em que pese a “ameaça de penetração comunista” existente em países como Angola e Moçambique.

Começamos com a diplomacia do governo Castelo Branco (1964-1967), o primeiro do regime militar, marcada pela oscilação entre o alinhamento aos Estados Unidos e sua política hemisférica e de construção de uma potência média relativamente autônoma em defesa de relações internacionais mais justas, como fica claro no discurso do Presidente Castelo Branco (apud ALEIXO, 1982, p.23):

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências- nem mesmo à potência guardiã do mundo ocidental – pois que; na política externa desta, é necessário distinguir os interesses básicos do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Evidente que havia vozes destoantes no interior do próprio aparelho de Estado, caso do ex-embaixador Ovídio de Mello – embaixador no país na década de 1970 – que, em entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo de 18 de abril de 1999 declarou: “[...] deveríamos distinguir quais são os nossos interesses e quais são os da outras nações. Infelizmente, comemos pela mão dos outros [...]”.

De fato, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos apresentava nuances contrárias à política do nacionalismo independentista pensada por Castelo Branco diante do imperativo da segurança nacional. A proteção política e militar dos Estados Unidos nas questões de segurança nacional e hemisférica era vista como imprescindível, e tinha suas origens na Escola Superior de Guerra¹¹.

Entretanto, a ideologia anti-esquerdista do governo militar brasileiro estava assentada fundamentalmente na manutenção da ordem interna; enquanto que no plano externo visava-se uma política mais autônoma e ligada ao desenvolvimento econômico interno especificamente industrial. A diplomacia comercial dos militares decidiu priorizar os mercados da América Latina e África.

Para além dessa perspectiva do pragmatismo comercial, alguns diplomatas e militares brasileiros defendiam que diante da possibilidade da América do Sul ser alvo da União Soviética, o país precisava “evitar que esse continente caísse nas mãos de potências extracontinentais hostis [...]” (SARAIVA, 1996, p. 105). A contenção ao comunismo seria

¹¹ A Escola Superior de Guerra, criada pela Lei n. 785 em 20 de outubro de 1949, foi a responsável pela continuação do pensamento militar do alto oficialato que participara da guerra mundial concluída em 1945 e que formulou a doutrina da segurança nacional (SARAIVA, 2006, p. 100).

fácil para o Brasil na medida em que, supostamente, o comunismo era uma ameaça de fora do continente. Com esse forte argumento o Brasil buscava, por meio da própria perspectiva ocidentalista, modificar sua inserção internacional através da condição de aliado preferencial dos Estados Unidos.

Em suma, no governo Castelo Branco, a diplomacia do Itamaraty estava orientada pelo projeto do liberalismo, na defesa da interdependência e do ocidentalismo, mas também já era nítida a emergência de interesses nacionais nas relações internacionais, especialmente na abertura de mercados para produtos industrializados. As ações diplomáticas levadas a cabo pelo Itamaraty eram permeadas pela ideologia do Conselho de Segurança Nacional e Escola Superior de Guerra, mas também expressavam os interesses comerciais da indústria nacional nascente.

Com esse intuito, foram enviadas ao continente africano, diversas missões diplomáticas brasileiras e o país também recebeu diversas missões de países africanos, iniciada com a visita oficial do presidente senegalês Léopold Senghor, em setembro de 1964, visando acordos de cooperação comercial e cultural. Os embaixadores de Gana e Senegal visitaram Brasília em julho de 1964. Em novembro de 1965, foi a vez da visita oficial do presidente do Alto Volta, Maurice Yaméogo, sem resultados mais relevantes. Em 1966 chegou ao Brasil missão militar nigeriana, liderada pelo general Ogundipe, e missão comercial da África do Sul liderada pelo ministro da Indústria e das Relações Exteriores daquele país.

Em contrapartida, o embaixador José Oswaldo de Meira Penna, foi o segundo diplomata de alto escalão a visitar a Nigéria, em 1964. O embaixador Chermont-Lisboa foi nomeado o primeiro representante brasileiro em Dacar (Senegal).

Apesar de diversas visitas diplomáticas visando o desenvolvimento e a solidariedade política entre Brasil e África, o comércio sul-atlântico era desprezível quando comparado ao resto do mundo: “o país exportava cerca de 2% do seu total para o continente africano, e dele importava menos de 1%. Em 1964, as exportações totais tinham sido em torno de 25 milhões de dólares contra 4 milhões em importados da África [...]” (SARAIVA, 1996, p. 111).

Para tentar reverter esse quadro, a Divisão da África, do Ministério das Relações Exteriores, formou missões comerciais para os países africanos recém-independentes. Foram contatadas empresas privadas e estatais que tinham interesse nesses mercados. Os países elencados eram Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim.

Os objetivos dessas missões comerciais eram, coletar dados econômicos pensando no continente africano como um centro receptor de produtos industrializados brasileiros,

perceber as possibilidades de comércio através do Atlântico, formação de opinião pública estimulando as relações Brasil-África, divulgação de produtos brasileiros e transplante de filiais de empresas brasileiras na África.

Em meio a decepções e acertos, argumentava-se que as economias africanas e brasileiras exportavam produtos muito similares, ainda que o Brasil contasse com produtos industrializados mais aprimorados. Outra questão era o caráter oligopolístico dos mercados africanos, em mãos de empresas sediadas nas ex-metrópoles e que mantinham o controle das importações desses países. Além disto, o baixo poder aquisitivo da população africana juntamente com a grave e persistente instabilidade financeira da maioria daqueles países, fenômenos que permanecem até hoje, também explicavam o baixo fluxo comercial bilateral.

Mesmo diante desse panorama, Saraiva (1996, p. 115) aponta para um balanço positivo ao analisar o primeiro período das modernas relações Brasil-África:

Apesar dessas dificuldades, a diplomacia considerou a missão de 1965 extremamente satisfatória. Ela evidenciou as potencialidades que a aproximação civil e comercial com a África podia trazer. Para os diplomatas da Divisão da África do Itamaraty, aquela era a melhor forma de atingir o continente, e não a perspectiva geopolítica, que mantinha desconfiança da “ameaça comunista.

No período do regime militar brasileiro, pensava-se ainda em outra via de aproximação com a África, através da ex-metrópole Portugal. O Brasil seria mediador na formação de uma comunidade “afro-luso-brasileira”, mas alguns membros do governo brasileiro se posicionavam abertamente contrários à idéia (SARAIVA, 1996). Naquela ocasião a criação dessa comunidade não vingou, talvez em razão da perda acelerada de poder político e econômico de Portugal diante de suas ex-colônias africanas, principalmente a partir da década de 1970.

Encerrado o governo Castelo Branco, o resultado era um certo desencanto com a política norte-americana para o Brasil. A situação econômica brasileira não obtivera melhoras, distanciando ainda mais em relação aos países desenvolvidos.

No governo de Costa e Silva (1967-1969), ao mesmo tempo em que a repressão interna do regime militar ampliava-se¹², no plano externo trazia nova perspectiva com a “Diplomacia da Prosperidade”. Este novo cenário é resultado do crescimento econômico

¹² O famoso AI-5 colocou o Congresso em recesso por tempo indeterminado.

brasileiro e também de acontecimentos exógenos representados no acirramento da bipolaridade da Guerra Fria e no visível declínio do poder econômico dos Estados Unidos.

A África é novamente lembrada como parceira para a ampliação da inserção internacional do Brasil e ocorre para além da já consolidada parceria com a África do Sul, viabilizada através do fornecimento de recursos energéticos por Nigéria, Gabão e Angola. A pequena distância e os baixos fretes seriam fatores ímpares para o intercâmbio entre os países do Atlântico (SARAIVA, 1996).

Diversas visitas diplomáticas foram realizadas no período, caso da peregrinação do ministro Gibson Barboza por nove países da chamada África Negra, entre outubro e novembro de 1972. No ano seguinte, é organizada outra missão de caráter comercial também para nove países africanos (Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões, Zaire e Libéria). Como resultado desses contatos diplomáticos foram celebrados diversos acordos bilaterais de comércio e a instalação das primeiras empresas brasileiras na África subsaariana. Em contrapartida, novas representações diplomáticas de países africanos foram abertas no Brasil (SARAIVA, 1996).

No Brasil, outra trajetória deve ser considerada: a fundação, no ano de 1968, da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, visando um estreitamento comercial entre o empresariado brasileiro e os países do continente africano intensificando a aproximação entre esses povos e fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais, científicas, tecnológicas e de cooperação (SANTANA, 2003).

A ditadura militar colocava a segurança nacional e o desenvolvimento econômico como prioridades de Estado, contudo sem abrir mão da ajuda externa. Conforme Vizentini (2004, p. 79): “[...] a base socioeconômica do regime permanecia a mesma, o tripé constituído pela empresa estatal, capital estrangeiro e burguesia nacional”.

Esse modelo desenvolvimentista experimentado pelo Brasil, exigia a geração de recursos através da ampliação das exportações capazes de custear os empréstimos externos. Assim, esse primeiro *boom* do comércio bilateral com os países africanos se esgotou no próprio pragmatismo comercial brasileiro, que via aquelas nações apenas como mercados consumidores de bens industrializados:

Na segunda metade da década de 1970, e no início de 1980, o Brasil tornou-se o maior provedor na África para o fornecimento de produtos, tais como carros, roupas, produtos de construção, produtos derivados de celulose, petróleo refinado, ares-condicionados, alimentos e outros itens considerados tropicalizados e adaptados às condições tecnológicas e de consumo da Nigéria. (SARAIVA, 1996, p. 150).

As relações bilaterais estabelecidas se sustentavam nos antigos padrões de comércio colonial, com o papel de metrópole agora ocupado pelo Brasil. As exportações brasileiras eram uma gama variada de bens, serviços e tecnologias, ao passo que a África tinha quase que tão-somente o petróleo a ofertar. Dado relevante consiste no resultado da balança comercial brasileira com a África ter ficado negativa na década de 1970, devido à grande importação de petróleo.

Paralelamente, as autoridades brasileiras buscaram reverter esse quadro comercial, com a proposta da Divisão da África e Oriente Médio de estimular a troca de produtos manufaturados brasileiros por petróleo, considerando ainda que o Brasil teria que enfrentar um certa resistência da parte dos tradicionais fornecedores da Nigéria (SILVA, 2004).

Os resultados promissores da política de aproximação com o Continente africano levaram a diplomacia do Nacionalismo Autoritário a rever sua postura de ambiguidade e partir para uma postura mais pragmática. Em fins de 1972, ficara claro para o Itamaraty que a consolidação do Modelo Substitutivo de Exportações levaria ao afastamento de uma postura que cortejava Portugal e África ao mesmo tempo. Desde 1973, a Chancelaria brasileira iniciou uma estratégia de sinalização de um rumo mais pragmático e autônomo para o Continente africano. (op. cit., p. 390).

É no Governo Geisel (1974-1979) que surge o chamado “Pragmatismo Responsável”, onde sinais de uma abertura política interna foram acompanhados da ampliação de parcerias com países de ideologia comunista, estremecendo as relações com a potência norte-americana. Nesse contexto, ocorre o rompimento com a política de alinhamento automático com os Estados Unidos, sinalizada pela denúncia do acordo militar vigente desde 1952 (VIZENTINI, 2004).

Em relação à África, os obstáculos de sempre voltam a se manifestar. Os acordos preferenciais de comércio entre os países africanos e o Mercado Comum Europeu, assinados na época da independência desses países ainda estavam vigentes, impedindo maior diversificação da cesta de produtos exportados pelo Brasil (SARAIVA, 1996).

Podemos realizar uma síntese das características da diplomacia comercial brasileira do regime militar brasileiro a partir das relações com Angola. Na década de 1970, o ambiente político naquele país africano não era nada estável, tratava-se de um cenário ambíguo onde recebia ajuda financeira dos Estados Unidos e em armamentos da União Soviética. Nesse contexto, o Brasil também não era um mero expectador.

Conforme Saraiva (1996, p. 168),

o momento culminante foi o reconhecimento informal da independência de Angola ainda em março de 1975, antes de sua formalização em novembro de 1975. Os diplomatas desempenharam um papel singular nesta mudança de rumo ao apressarem o processo decisório no caso da independência de Angola, antes mesmo de outros setores do governo compreenderem as redefinições das relações do Brasil com Angola. Era início de uma relação privilegiada que persiste até os dias atuais.

A política externa brasileira para com a África, apesar de vinda de um regime autoritário de direita, foi de apoio à independência angolana, ainda que dirigida por um movimento de inspiração marxista, sustentada por tropas cubanas e armas soviéticas. Mesmo com a oposição norte-americana e portuguesa (Angola era colônia deste país), o Brasil seria um dos primeiros países a reconhecer a independência angolana, um país com imensos recursos energéticos que eram estratégicos para a expansão industrial brasileira.

Evidente que tal ato de apoio causou severas críticas mesmo no meio militar brasileiro, com acusações por oficiais linha-dura de “complacência criminosa com a infiltração comunista nos altos níveis do governo” (SARAIWA, 1996, p. 180)¹³. Mas o pragmatismo comercial preponderou na decisão brasileira; afinal, a fala do então ministro nigeriano das Relações Exteriores Okoi Arikpo era clara: “[...] o petróleo só estaria disponível para os amigos da liberdade do continente africano e para aqueles que apoiassem a autodeterminação de todos os povos do seu continente” (SARAIWA, 1996, p. 170).

O relacionamento com Angola era um sinal de que o Brasil, buscava executar uma política externa autônoma em relação aos Estados Unidos. O resultado foi um aprofundamento imediato da cooperação Sul-Sul, incluindo aliados africanos como Nigéria e a própria Angola.

¹³ Mais recentemente o chanceler Francisco Rezek, em entrevista a Folha de São Paulo, de 17 de fevereiro de 1991, afirmava sobre aquele período histórico que “[...] a visão terceiro-mundista, expressada principalmente pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, freqüentemente produzia recados enérgicos que não eram ouvidos por ninguém”.

A meta da política africana, defendida fortemente durante o governo de Gal. Ernesto Geisel (1974-1978), era assegurar uma maior complementaridade política e econômica que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Nesse sentido, as relações Brasil-África tiveram um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano, como substituto às ex-potências coloniais; e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento. Neste sentido, introduziu-se como uma das principais pautas da política exterior do Brasil, a multilateralidade horizontal Sul-Sul. (PENHA, 1998, p. 3).

Mas entre as décadas de 1970 e 1980 as relações Brasil-África se retraíram, fruto de complicações econômicas nos dois lados. O Brasil tornara-se refém do seu ideal desenvolvimentista industrial baseado no endividamento externo: “[...] a dívida externa, que era de US\$ 25 bilhões em 1976, elevou-se para US\$ 53 bilhões em 1980 e para US\$ 105 bilhões em 1985” (SARAIVA, 1996, p. 187). Ao mesmo tempo, os países africanos mergulhavam em crescente instabilidade econômica e política, minando os sonhos formados com as lutas pela independência nacional. A maioria dos países africanos dependia exclusivamente da exportação de matérias-primas, pouco valorizados nos mercados internacionais (FIORI, 2007).

No derradeiro governo militar de João Figueiredo (1979-1985) e no governo civil de transição de José Sarney (1985-1990), as linhas gerais da diplomacia comercial e pragmática para o continente africano foram mantidas sem grandes alterações. Fato relevante desse período foi a visita oficial de Figueiredo a diversos países africanos, o primeiro presidente brasileiro a visitar aquele continente. A política externa brasileira parecia unir-se à política externa africana para “afiançar” a paz no Atlântico ao sul da Linha do Equador:

As exportações (para a África) chegaram a representar quase 7% do total das exportações brasileiras no período. No governo de Sarney, o comércio começou a declinar, voltando para níveis de 3,5% e 4% do total das exportações brasileiras para todo o mundo. (SARAIVA, 1996, p. 189).

No caso do regime militar surgia a idéia de integração do espaço atlântico, através da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), uma espécie de contraponto à Organização do Atlântico Norte (OTAN). À época, a grande incógnita era a posição da África do Sul – país estratégico no Atlântico Sul – em razão do regime segregacionista do *apartheid*, o que também foi usado para minar a idéia da OTAS.

Entretanto, a relevância estratégica do Atlântico já era por demais evidente para o Brasil:

[...] cerca de 90% de todas as exportações do Brasil eram realizadas pelo mar, e quase todo o petróleo importado pelo Brasil atravessa a rota do Cabo, no triângulo inferior da África do Sul. Na verdade, a rota do Cabo era a mais importante rota de petróleo do mundo. Além disso, toda a cooperação comercial com a África negra era feita por meio de suas águas. As relações privilegiadas com a Nigéria e com Angola dependiam do bom fluxo atlântico e do clima de paz das nações atlânticas. Finalmente, havia vários elementos que forma considerados pelo Brasil nas suas percepções para a região a saber: a presença de tropas cubanas e armas soviéticas em Angola, a guerra desencadeada pela CIA e pelos órgãos de inteligência na África Austral contra os países socialistas recém-independentes e a persistência do apartheid na África do Sul. (SARAIVA, 1996, p. 206).

O Brasil faria nova proposta com a criação da “Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul” (ZOPACAS), alegando a necessidade de conter a ameaça soviética e o fato do Atlântico abrigar a mais importante rota de petróleo do mundo. Segundo Saraiva (1996), os objetivos do Itamaraty eram reforçar os laços com países da África subsaariana e contrabalancear a influência argentina e sul-africana na região.

2.2 A “Diplomacia Comercial” para a África a partir dos Governos Civis

A autonomia e o universalismo como traços de diplomacia não-excludente, influenciaram decisivamente os processos de formulação e execução da política externa brasileira no período ditatorial (1964-1985). A redemocratização vai ocorrer em meio ao aprofundamento do processo de globalização econômica, que sinaliza um novo reordenamento do sistema internacional. O Brasil passa por profundas redefinições de sua inserção internacional e reavalia as linhas gerais de sua política externa.

Num primeiro momento, o comércio com os países africanos declina em relação aos níveis máximos durante o governo Figueiredo, e a política terceiro-mundista brasileira tem dificuldades de se manter nesse novo cenário internacional, particularmente em função da

crise econômica internacional que atinge principalmente os países em desenvolvimento, retraindo as relações Sul-Sul:

As exportações para o continente africano, entre 1987 e 1989, oscilaram em torno dos US\$ 950 milhões, correspondendo à cerca de 3% das exportações brasileiras. As importações oscilaram, no mesmo período, em torno de US\$ 400 milhões, o equivalente a 3% das importações brasileiras. Desde a euforia dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, o comércio foi declinando, mas permaneceu como uma fonte do universalismo comercial brasileiro. (SARAIVA, 1996, p. 214).

Ainda que as relações comerciais com a África continuassem estratégicas para o Itamaraty, visando dar prosseguimento à inserção mais autônoma do Brasil no mercado internacional, perderam intensidade durante o governo de José Sarney (1985-1990). A política externa brasileira é (re)orientada para ampliar as relações com os Estados Unidos e o fortalecimento da regionalização através de uma parceria comercial com o Mercosul.

Os países africanos também enfrentaram dificuldades resultantes da retração do comércio internacional, muitas vezes agravando problemas internos de ordem política. No caso específico da África do Sul, com sua política segregacionista (o *apartheid*), o Brasil se posiciona junto à comunidade internacional condenando ao regime e restringindo suas relações com aquele país.

A identidade cultural sempre foi aventada pela diplomacia brasileira como fator de estímulo para o fortalecimento dos vínculos com as nações africanas, em especial, com aqueles cujo português fosse o idioma oficial. Assim, surgiu a expressão PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Em novembro de 1989, em São Luiz, no Maranhão, aconteceu o Encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa, onde o presidente José Sarney anunciou oficialmente a criação da comunidade que reuniria Brasil, Portugal e o PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Estava lançado o embrião do projeto de constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujos objetivos principais seriam:

- a concentração político-diplomática;
- a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e
- a promoção e difusão da língua portuguesa.

É criado também o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), para promoção e difusão do idioma comum da comunidade. Nesse processo a figura do ministro da Cultura, o brasileiro José Aparecido de Oliveira merece destaque; realizou viagens aos países membros buscando essa integração, que havia sido idealizada ainda no Governo de Jânio Quadros, mas efetivada em 17 de julho de 1996, após diversos encontros e discussões.

Também no governo Sarney, a constituição da Zona de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)¹⁴, em 1986, elaborada pelo diplomata brasileiro Antonio Celso Souza e Silva, visava projetar a cooperação entre o Brasil e os demais países da América Latina e África Subsaariana no uso pacífico do espaço do Atlântico Sul. Sobre a criação da ZOPACAS, Sodré (1995, p. 321) assim define:

Tinha por objetivo manter o Atlântico como zona livre de armas nucleares, de tensões e conflitos oriundos da confrontação Leste-Oeste, preservando a região como elo permanente de ligação pacífica e de cooperação entre os países da América Latina e da África. Tratava-se em essência de ocupar o vazio estratégico representado pelo Atlântico Sul, que começou a despertar a atenção das superpotências a partir da década de 70. O risco de que a região se tornasse foco de conflitos exacerbados havia se consumado coma crise das Malvinas, em 1982. E mesmo antes, com as operações da frota soviética em águas do Atlântico Sul e, igualmente, com as guerras da África austral, sobretudo após a instalação de regimes pró-comunistas nas ex-colônias portuguesas da África.

Contudo, a crise internacional rebate na política externa do Governo Sarney, que se torna mais concentrada e seletiva em relação à África, reduzindo a presença nacional no continente. Os esforços diplomáticos em torno de acordos culturais com os países de língua portuguesa não se traduziram no esperado intercâmbio econômico, pois dos três países com maiores relações comerciais apenas um seria lusófono – Angola –, e os outros Nigéria e África do Sul. Em conjunto, esses três países representaram parte substancial do montante então comercializado pelo Brasil com o continente africano.

No curto mandato de Collor de Mello (1990-1992), o clima continuaria pouco propício quanto às relações políticas e comerciais Sul-Sul, tendo seqüência a política de (re)aproximação dos países desenvolvidos. Ao perseguir a qualquer custo um modelo

¹⁴ A ZOPACAS é composta pelos seguintes países: Angola, Argentina, Benin, Brasil, Camarões, Cabo Verde, República do Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Libéria, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Togo e Uruguai.

universalista de política externa, se descaracteriza ainda mais o perfil “terceiro-mundista” anterior buscado pelos governos militares.

Há no período uma redefinição de parcerias nas relações internacionais, que transparece na fala de Collor de Mello: “[...] seria melhor ao Brasil ser o último dos primeiros do que o primeiro dos últimos”. Esse governo via como paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil buscar parcerias com outros de menor influência no contexto geopolítico global. Afirmava que a política externa deveria reproduzir o pragmatismo dos empresários pautado nas relações custo-benefício.

É fato que as posições do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do setor privado eram divergentes: o MRE considerava que os esforços no sentido de promoção do comércio com cesta variada de produtos e com diversos países africanos deveriam ter sequênciã, enquanto que o empresariado brasileiro ligado ao agronegócio clamava por maior empenho do corpo diplomático visando contatos comerciais para a concretização de uma maior abertura dos mercados agrícolas.

Por sua vez, a África aprofundava a crise decorrente da dívida externa e da aplicação de políticas de ajuste econômico impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Aumenta sua dependência dos mercados agrícolas mundiais e acrescenta-se a expansão do flagelo da fome, da subnutrição e de epidemias. O agravamento da crise internacional provoca fuga de capitais e investimentos de Brasil e África, e deteriora a participação de ambos no comércio internacional. Outro agravante era gerado pela inadimplência de alguns países africanos aumentando a falta de credibilidade e o “risco” África.

Ainda assim, durante o governo Collor ampliam-se as importações da África, com um fluxo ainda mais concentrado nas compras de petróleo de Angola e Nigéria.

Apesar da simpatia declarada para com os países africanos no governo de Itamar Franco (1992-1995), as relações Brasil-África não prosperaram também na década de 1990 e mostravam-se contraditórias no que se refere ao discurso e a parte diplomática. Na prática, a política diplomática seguia a dos governos anteriores, atribuindo pouca visibilidade ao continente africano nas relações comerciais. Essa posição é reafirmada pela queda do número de diplomatas brasileiros em serviço na região: “ao final de 1993, o Brasil tinha 24 diplomatas servindo no continente africano. Uma década antes, ainda no contexto da expansão dos interesses brasileiros na África, este número era de 34” (SARAIVA, 1996, p. 218).

A nova ordem internacional do pós-Guerra Fria também estimula certas readaptações nas relações entre Brasil e África, principalmente no sentido da cooperação para a segurança e

a paz regionais, com a adesão brasileira e dos países africanos aos regimes internacionais (Tratado de Não Proliferação Nuclear e Regime de Controle de Mísseis) e participação nos mais distintos foros multilaterais. É significativo que buscando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil também tenha participado de Missões de Paz em Moçambique e Angola.

Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003), a política externa brasileira para o continente africano continuava orientando-se para o adensamento das relações do Brasil com uns poucos países como Angola, Nigéria e África do Sul e pela consolidação da CPLP. Angola agora era tratada não apenas como parceira cultural, mas economicamente promissora. A África do Sul reemergia no comércio internacional ao abandonar o regime do *apartheid*. A Nigéria se destacava dentre os maiores exportadores de petróleo do mundo.

A política externa brasileira nesse período, buscava a visão universalista com uma inserção internacional que mantivesse o alinhamento com os países africanos ao mesmo tempo em que buscava alianças com espaços econômicos como NAFTA e União Européia. Segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso:

O Brasil é um país sul-americano, latino-americano e pan-americano. Compartilhamos com a África nossas raízes étnicas, culturais e históricas e um destino comum de transformação do Atlântico Sul em um espaço econômico vivo de integração. Somos um país atlântico, mas temos vínculos crescentes com o Pacífico. Somos um país continental, mas não buscamos o fechamento, e sim a integração. Essas características nos permitem desenvolver alianças, coalizões e parcerias em nível global, procurando nichos de oportunidades em diversos quadrantes do planeta. (ALMEIDA, 2004, p. 270).

Um dos meios avaliados pela diplomacia brasileira para incrementar as relações Brasil-África nos anos 1990 seria a concretização da CPLP e seu aprofundamento nos campos político e econômico, visando:

- a) a concentração político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;
- b) a cooperação, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico;

c) a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa. (Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de julho de 1996, artigo terceiro).

A CPLP envolve uma diversidade de países com evidentes assimetrias econômicas, de maneira que a idéia de cooperação econômica e técnico-científica traz temores de um novo colonialismo, especificamente para os países africanos.

A política externa do Governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2011) tem reafirmado a orientação universalista da diplomacia brasileira e a vocação *global trader* do país. Em entrevista recente, Lula afirmou que a política brasileira tem como base “a diversificação dos parceiros e não abandono dos antigos. Afinal de contas, quanto mais amigos tivermos mais os velhos amigos vão trabalhar para não perderem nossa amizade, para não serem tratados como se fossem secundários” (Jornal Correio do Brasil, 29/04/08).

Entretanto, os contatos diplomáticos sinalizam a construção de parcerias preferenciais no âmbito Sul-Sul, com a África do Sul ocupando um papel estratégico nas relações com a África. O governo Lula amplia de 18 para 30 as embaixadas e cria dois consulados gerais na África. Ao mesmo tempo, o número de embaixadores africanos no Brasil foi elevado de 16 para 25 representantes. Houve também a criação da Divisão da África-III (DAF-III), somando às já existentes (DAF-I e DAF-II). Também anunciou a construção de uma universidade para os africanos oriundos dos países de língua portuguesa, que deverá ser instalada no município de Redenção, no Ceará. A Universidade Federal do Ceará já recebe estudantes vindos de Guiné Bissau, Cabo Verde, Nigéria, Benin, Congo e São Tomé e Príncipe.

O Presidente Lula realizou diversas visitas ao continente africano¹⁵. As sete visitas de Lula ao continente africano realizadas até o momento totalizaram 19 países visitados, superando a meta de seus antecessores. A mais recente foi realizada em 15 de outubro de

¹⁵ No dia 2 de novembro de 2003, o Presidente Lula fez sua primeira visita à África, realizando périplo por cinco países africanos: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Para Lula, o estreitamento das relações do Brasil com a África constitui “uma obrigação política, moral e histórica”. BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Cronologia da política externa do Presidente Lula (2003-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. Entre os dias 26 e 29 de julho de 2004, Lula faz sua segunda viagem à África, visitando São Tomé e Príncipe para participar da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, e também visita Gabão e Cabo Verde. A sua terceira viagem é realizada entre os dias 10 a 14 de abril de 2005, incluindo Camerun, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. A visita incluiu homenagem à comunidade Tabom de descendentes de escravos brasileiros em Gana. Na ilha de Gorée, no Senegal, Lula pede perdão aos africanos pelo sofrimento imposto pela escravidão. Em sua quarta viagem oficial, entre os dias 8 e 12 de fevereiro de 2006, Lula visita Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul. O Obá do Benin foi o primeiro soberano a reconhecer a independência brasileira, em 1823.

2007 e acompanhada por empresários do setor de energia, construção, indústria aeronáutica e finanças, com destino em Burkina Faso, República do Congo, África do Sul e Angola. A agenda diplomática incluiu a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais e participação na 2ª Cúpula do Foro de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas)¹⁶.

2.3 As Relações Comerciais Brasil-África nas Décadas de 1990 e Atual

O Brasil, após longo período histórico voltado quase que tão-somente à agro-exportação, passou a experimentar durante o regime militar um avanço considerável dos produtos manufaturados na pauta de exportações, comumente tratado por Processo de Substituição de Importações.

Para a maioria dos autores, a indústria brasileira nasceu com foco no mercado interno, protegida da concorrência internacional por medidas protecionistas do modelo desenvolvimentista nacional, e apenas num segundo momento, quando esgotadas as potencialidades desse mercado, é que voltava-se aos mercados externos (GRIECO, 1995, p. 217):

Atendida a demanda e surgindo padrões mais exigentes de consumo interno, a industrialização leva a maior interdependência internacional pela vinculação dos processos produtivos modernos, demandantes de importação de tecnologia externa em escala crescente.

Entretanto, Almeida (2004) destaca que a formação de mercado interno e a conquista de mercados externo para a nascente indústria brasileira ocorreu quase simultaneamente ou em intervalo de tempo bastante reduzido.

De qualquer forma, no governo de José Sarney (1985-1990) o foco passa a centrar-se na abertura comercial, com flexibilização na legislação de comércio exterior e redução nas alíquotas de importação. No governo seguinte de Collor de Mello (1990-1992), a abertura comercial ganha proporções ainda maiores. Posteriormente, no governo de Fernando

¹⁶ Criado em 2003 como instância para cooperação e articulação política trilateral. A Primeira Cúpula do IBAS foi realizada em Brasília, em setembro de 2006.

Henrique Cardoso (1995-2003), vai ocorrer uma redução do ritmo de redução das alíquotas de importação e mesmo um retrocesso quanto à política de abertura comercial, principalmente para atender às reivindicações de segmentos industriais nacionais.

Esse período marca também um redirecionamento com relação à priorização de parceiros comerciais, ainda no modelo da troca “produtos industrializados por petróleo”. Se o foco anterior dos governos militares era quase que exclusivamente os países petrolíferos do Oriente Médio; agora a África surge também como possibilidade juntamente com outros “países em desenvolvimento” como um dos grandes alvos das exportações de industrializados brasileiros na troca por petróleo.

Em relação ao Governo Lula (2003-2011), ocorre uma retomada dos esforços diplomáticos para intensificação das relações econômicas entre Brasil e África, acompanhada de uma efetiva evolução dos fluxos comerciais, um aumento significativo do comércio entre Brasil e África ocorreu em 2004, decorrente da estratégia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de diversificação dos parceiros comerciais brasileiros.

Nas palavras do Presidente Lula:

Nas viagens que fiz ao exterior, reafirmei alguns compromissos do nosso país. Em primeiro lugar, o de defesa da paz e de uma ordem mais justa entre as nações ricas e pobres do planeta. Em segundo, onde buscar a reconstrução do Mercosul e da união dos países do nosso continente para obtermos uma inserção soberana no mundo globalizado. (ALMEIDA, 2004, p. 307).

Saraiva (2002) afirma que há sim razões para uma retomada da política africana do Brasil e enumera cinco princípios fundamentais: 1) a vocação universalista da política exterior brasileira; 2) não tratar a África como área de interesse relegado, mas na perspectiva de valorizar as questões étnico-culturais, inclusive presentes na história brasileira; 3) retomar o projeto cooperativo Sul-Sul no contexto de reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, além da busca de parcerias estratégicas junto à África do Sul, Índia e China; 4) o diálogo com países africanos onde se podem compartilhar as mesmas experiências e dificuldades em torno de temas de interesse comum; 5) a reaproximação dos países de língua oficial portuguesa visando a aproximação entre seus membros (SARAIVA, 2002).

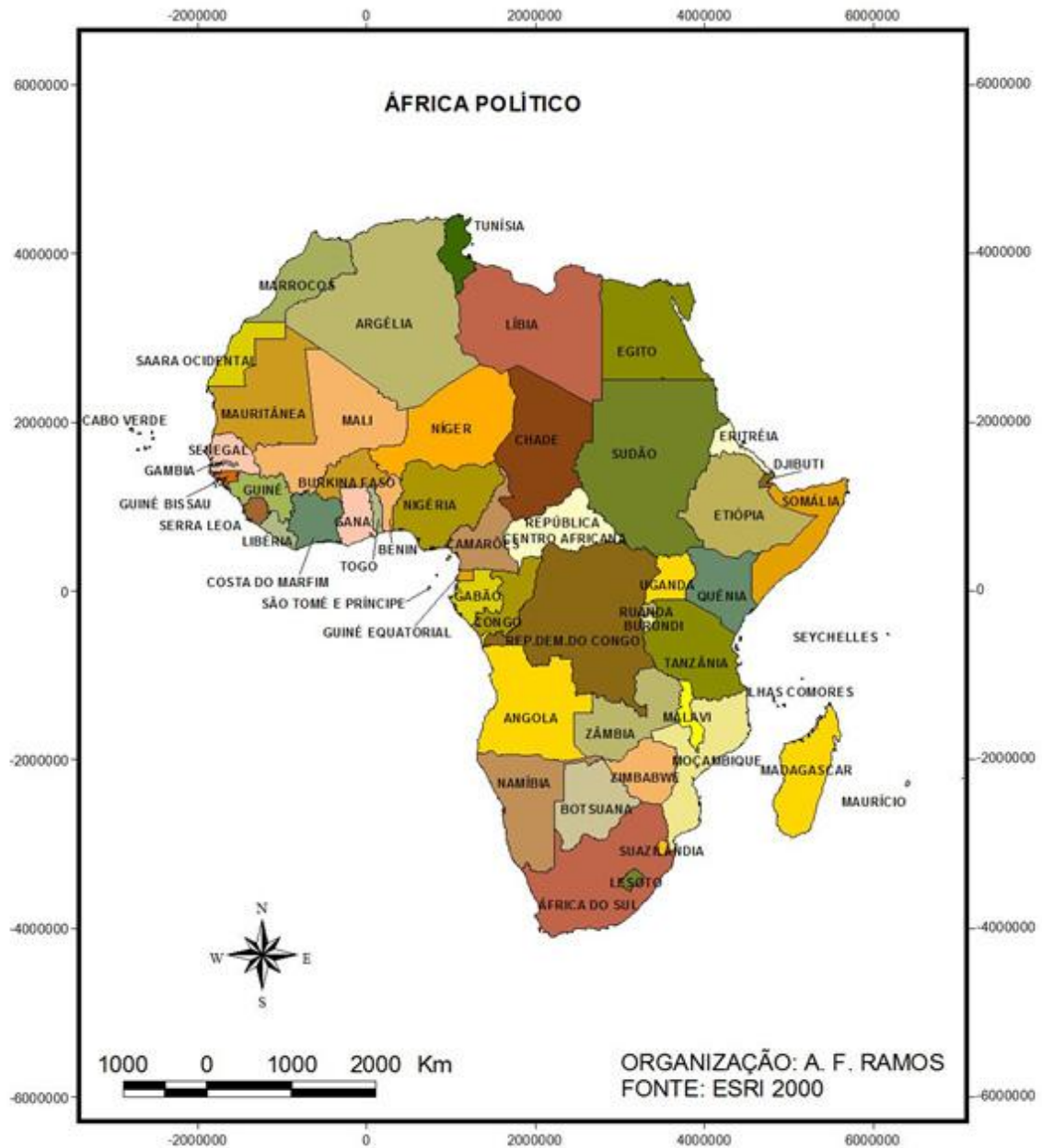
Confirmando esta postura, o Ministro das Relações Exteriores Celso Luiz Nunes Amorim reproduz a fala do Presidente: “como declarou o Presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral e histórica. Com

76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo está empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa” (AMORIM, 2003).

Outro fator que contribuiu para o estreitamento das relações comerciais entre Brasil e África foi o perdão da quase totalidade da dívida de Moçambique, a amortização parcial da dívida da Nigéria para com o nosso país e a concretização de diversos acordos e ampliação de linhas de crédito.

Por sua vez, os Estados Africanos avançam nas reformas macroeconômicas de cunho neoliberal e criam seus próprios organismos de cooperação e integração regional: *Southern Africa Development Community* ou Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), e a Nova Aliança para Desenvolvimento da África (NEPAD), reforçando assim seu posicionamento de real interesse na inserção econômica internacional.

3 ANÁLISE DA BALANÇA COMERCIAL BRASIL-ÁFRICA E DO CONTEÚDO TECNOLÓGICO



Cartograma 1 – África Político

O continente africano (Cartograma 1), compreende cinquenta e cinco unidades incluindo países e territórios dependentes, com características físicas, ambientais e sociais bastante diversas. As exportações brasileiras para a região aumentaram no período estudado (1990 a 2007), tanto em valores absolutos quanto relativos.

3.1 Os Fluxos Comerciais entre Brasil e África nos Anos 1990 e 2007

O Quadro 1 demonstra que os mercados africanos representavam em 1990 cerca de 3,2% das exportações brasileiras, valor que saltou para 5,3% em 2007. A mesma Tabela indica que no mesmo período as importações brasileiras oriundas da África aumentaram ainda mais, representando 2,7% em 1990, e surpreendentes 9,4% em 2007. Portanto, a suposta invisibilidade do continente africano na globalização deve ser revista, especialmente no que se refere ao caso pesquisado das relações comerciais entre Brasil e África. O Gráfico 1 ilustra esse resultado.

ANO	ÁFRICA	MUNDO	VALOR RELATIVO	ÁFRICA	MUNDO	VALOR RELATIVO
	EXPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	
1990	1.012.322.644	31.413.756.040	3,2	578.210.689	20.661.362.039	2,7
1995	1.585.821.583	46.506.282.414	3,4	1.180.637.451	49.971.896.207	2,3
2000	1.347.098.183	55.118.919.865	2,4	2.907.082.676	55.850.663.138	5,2
2005	5.981.353.507	118.529.184.899	5,0	6.656.664.579	73.600.375.667	9,0
2007	8.578.221.741	160.649.072.830	5,3	11.341.436.448	120.614.190.407	9,4

Quadro 1 – Participação da África e do Mundo no Comércio Exterior Brasileiro (em US\$)
Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

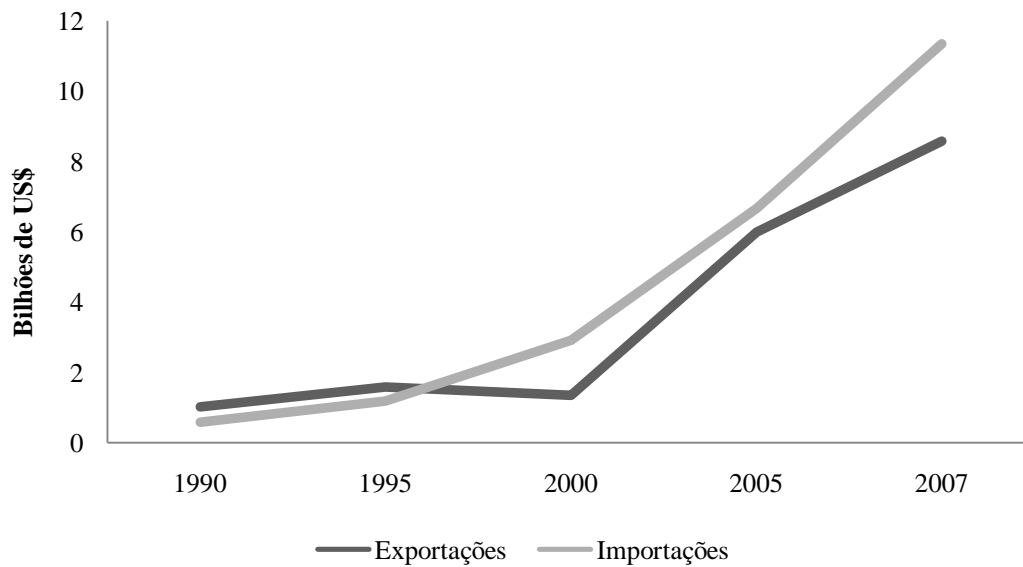
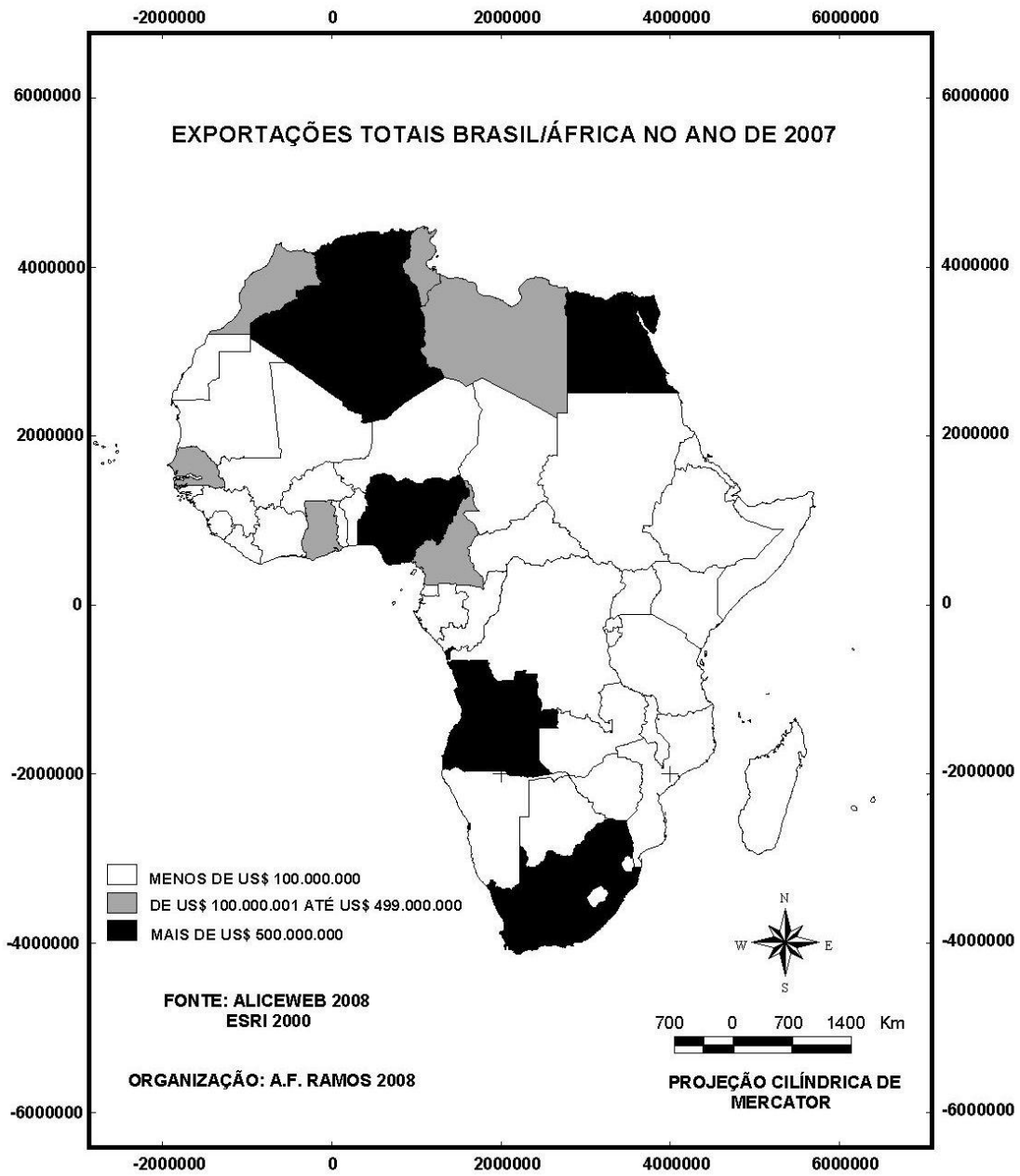


Gráfico 1 – Brasil-África: Evolução do Comércio Internacional (1990-2007)
 Fonte: Sistema Alice. Organização: Rosane Salache, 2008.

Quanto ao destino das exportações brasileiras (Quadro 2), a primeira posição da África do Sul, a economia mais industrializada do continente africano e um dos “países-chave” da diplomacia brasileira atual. Já em segundo lugar aparece a Nigéria, evidenciando a matriz “industrializados por petróleo”. Ainda pode-se observar que, no geral, os países do Norte da África aparecem em destaque (Cartograma 2).

Comparadas as primeiras posições de origem e destino dos fluxos comerciais Brasil-África, em 1990 e 2007, constata-se que são formadas pelos mesmos leques de países, variando apenas suas posições relativas. Os três maiores mercados africanos para as exportações brasileiras em 1990 foram, em ordem decrescente, Nigéria, Egito e África do Sul. Já em 2007 a nova ordem passou a ser África do Sul, Nigéria e Egito, que responderam por pouco mais de metade das exportações totais brasileiras para a África (52,5%). Já os maiores exportadores africanos para o Brasil em 1990 foram Argélia, Angola e África do Sul. E em 2007 a nova ordem passou a ser Nigéria, Argélia e Líbia.

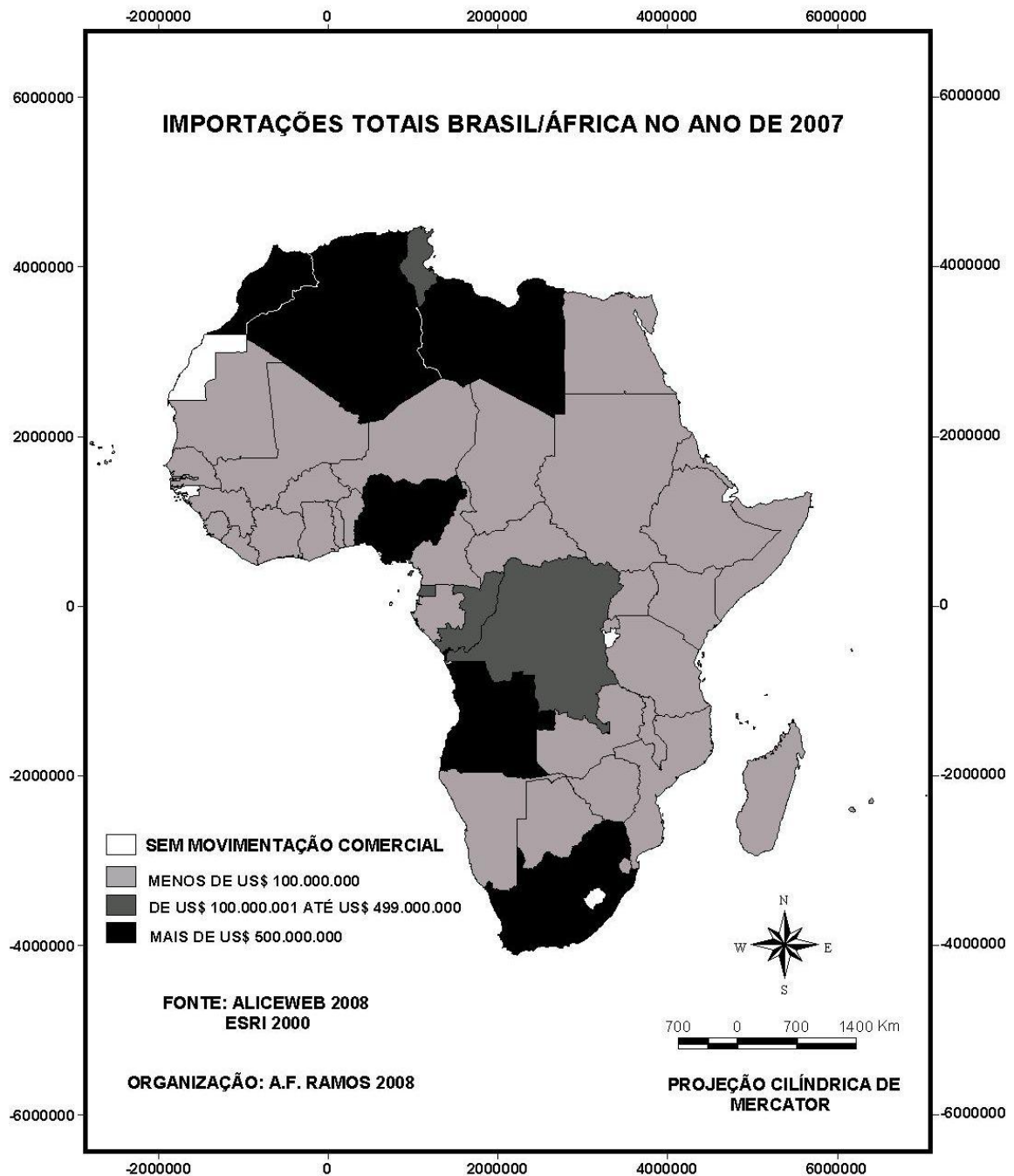


Cartograma 2 – Exportações Totais Brasil/África – 2007

País	TOTAL (US\$)
África do Sul	1.757.857.900
Nigéria	1.512.357.010
Egito	1.238.382.477
Angola	1.218.235.629
Argélia	501.249.282
Marrocos	438.074.853
Gana	320.584.451
Líbia	238.660.545
Tunísia	169.231.529
Senegal	158.645.273

Quadro 2 – Principais Mercados Africanos de Destino das Exportações Brasileiras – 2007 (em US\$)
 Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

Quanto às importações brasileiras procedentes do continente africano (Quadro 3), destaca-se a primeira posição da Nigéria, como um dos principais fornecedores brasileiros de petróleo, fato que pode indicar tanto um maior risco envolvendo os tradicionais fornecedores na região do Golfo Pérsico (especialmente a parceria com o Iraque inaugurada ainda durante o regime militar brasileiro), quanto a emergência da condicionante “Atlântico Sul” na redução dos custos de transporte de petróleo para o abastecimento do mercado brasileiro. Angola aparece na quarta posição pelo mesmo motivo (Capítulo NCM 27 – Combustíveis minerais, óleos minerais, etc., ceras minerais). A segunda e terceira posições, respectivamente Argélia e Líbia, igualmente destacam os óleos brutos de petróleo, combustível mineral, óleo e com pequena porcentagem outros propanos liquefeitos (Cartograma 3).



Cartograma 3 – Importações Totais Brasil/África – 2007

Evidencia-se a presença de um mesmo grupo de países tanto por origem como por destino do comércio exterior brasileiro: sete países dos dez de cada lista são os mesmos. Evidente que este dado aponta a existência de importantes parcerias comerciais, fundamentais para evitar o desequilíbrio comercial e o retrocesso dos fluxos comerciais bilaterais no médio e longo prazo. As relações comerciais com países africanos que compõem a OPEP

(organismo responsável por quase 50% da produção de petróleo mundial e 60% das exportações): Angola, Argélia, Líbia e Nigéria, são particularmente intensas.

País	TOTAL (US\$)
Nigéria	5.280.019.866
Argélia	2.233.995.585
Líbia	995.007.976
Angola	944.789.813
Marrocos	532.393.258
África do Sul	522.312.665
Guiné Equatorial	209.454.673
Rep. Dem.do Cong	174.858.411
Congo	135.824.291
Tunísia	121.036.820

Quadro 3 – Principais Mercados Africanos de Origem das Importações Brasileiras – 2007 (em US\$)
Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

A Nigéria apresenta uma realidade que é comum à maioria dos países do continente africano, onde a pauta de exportação de produtos primários é basicamente constituída por alguns gêneros tropicais e minerais, mas com grande destaque para o petróleo, pois se trata do maior produtor do continente: “a Nigéria, com seus mais de 130 milhões de habitantes, um sexto do PIB depende das exportações, o que é um indicador da pobreza da população e dos limites impostos por essa situação ao desenvolvimento do mercado interno” (MAGNOLI, 2006, p. 166).

Angola é constante a lembrança pela mídia, intelectuais, políticos e diplomatas pela questão da identidade pela língua portuguesa. Este país vem de grande instabilidade social e política, fruto de inúmeros conflitos internos com ingerência estrangeira, em contrapartida parece alcançar maior estabilidade interna nos últimos anos, o que tem permitido ampliar rapidamente suas exportações de petróleo e diversificar sua economia (até então fundada grandemente na exportação de diamantes).

As relações comerciais do Brasil com a África do Sul, vêm avançando desde o fim do regime segregacionista naquele país. O interessante é que a pauta está se diversificando, saindo dos produtos primários em direção aos produtos com índice de tecnologia mais avançados:

A suspensão das sanções contra a África do Sul abre agora novas possibilidades para a expansão do comércio, apresentando-se os exportadores brasileiros para a intensificação de seus contatos inclusive na área de mineração, através de *joint ventures* no Brasil. Dados de janeiro-novembro de 1993 já revelavam que as nossas exportações para aquele país chegavam a US\$ 170 milhões e as nossas importações, a cerca de US\$ 100 milhões. (GRIECO, 1995, p. 171).

Outra confirmação do intenso relacionamento entre Brasil e África do Sul é dada pelo Ministro Celso Amorim em discurso no retorno de sua visita ao continente africano, realizado em 2003:

O nível de desenvolvimento alcançado pela África do Sul permite que exploremos oportunidades de cooperação em setores como o automotivo, aeronáutico e metalúrgico, com possibilidade de estabelecimento de *joint ventures*. Isso sem prejuízo de um esforço redobrado em áreas como a do agronegócio, em que existem comprovadas complementaridades. (AMORIM, 2003)

A necessidade de diversificação de fornecedores de petróleo fez da Argélia outra parceira estratégica e permanente no norte africano, como indicam as importações brasileiras que saltaram de US\$ 222 milhões em 1990 para US\$ 2,2 bilhões em 2007, basicamente no NCM 27 – Combustíveis minerais, óleos minerais, etc, ceras minerais.

O Quadro 4 destaca essa importância do petróleo nos fluxos comerciais da África para o Brasil, figurando como principal produto do intercâmbio para 4 dos 5 principais mercados africanos: Nigéria, Argélia, Líbia e Angola.

Principais produtos	Nigéria	Argélia	Líbia	Angola	Marrocos
	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	5.271.967.261	2.215.275.291	995.007.976	944.780.013	40.806.880
31-Adubos ou fertilizantes	-----	-----	-----	-----	300.023.934
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	-----	-----	-----	-----	98.223.195
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	11	806		9.800	17.348.906

Quadro 4 – Principais Produtos Importados pelo Brasil dos Países Africanos – 2007

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

O Quadro 5 apresenta os principais produtos exportados pelo Brasil para os 5 principais parceiros africanos, demonstrando uma pauta relativamente diversificada mas com variações importantes conforme o país considerado. Egito e Argélia concentram suas compras do Brasil em produtos primários (açúcar e carnes), enquanto que a África do Sul apresenta compras expressivas também de produtos industrializados brasileiros, com destaque para veículos. A Nigéria apresenta um interessante fluxo comercial com o Brasil, exportando petróleo e comprando derivados.

Principais produtos	África do Sul	Nigéria	Egito	Angola	Argelia
	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)	US\$(F.O.B.)
87-Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios	539.481.833	79.987.570	-----	231.009.022	13.657.257
17-Açúcares e produtos de confeitaria	181.423.455	290.989.569	170.874.085	78.372.235	232.594.147
84-Caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	178.942.783	-----	-----	137.024.858	13.657.257
02-Carnes e miudezas, comestíveis	173.304.126	-----	343.477.111	101.833.989	104.979.342
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	103.357.276	-----	-----	-----	14.034.764
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	-----	790.698.928	-----	-----	-----
39-Plásticos e suas obras	-----	69.048.775	-----	-----	-----
29-Produtos químicos orgânicos	-----	39.117.658	-----	-----	-----
88-Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc.e suas partes	-----	-----	144.868.101	-----	-----
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	82.424.410	-----	82.424.410	-----	-----
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	-----	-----	-----	122.431.593	-----
04-Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	-----	-----	-----	-----	54.867.463

Quadro 5 – Principais Produtos Exportados pelo Brasil para os Países Africanos – 2007

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

Não se trata de excluir a cooperação com outros países africanos, mas o fluxo comercial nos dois sentidos, entre África do Sul, Angola, Argélia e Nigéria, é extraordinariamente representativo, como pode ser observado nos gráficos 2 e 3. As exportações brasileiras para esses quatro países representam 58% do montante exportado para a África e 79% do montante importado deste continente no ano de 2007.

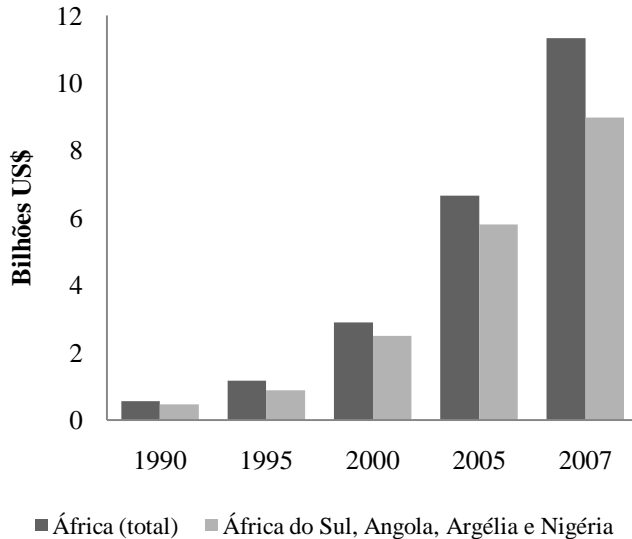


Gráfico 2 – Importações Brasileiras do Continente Africano (1990-2007)

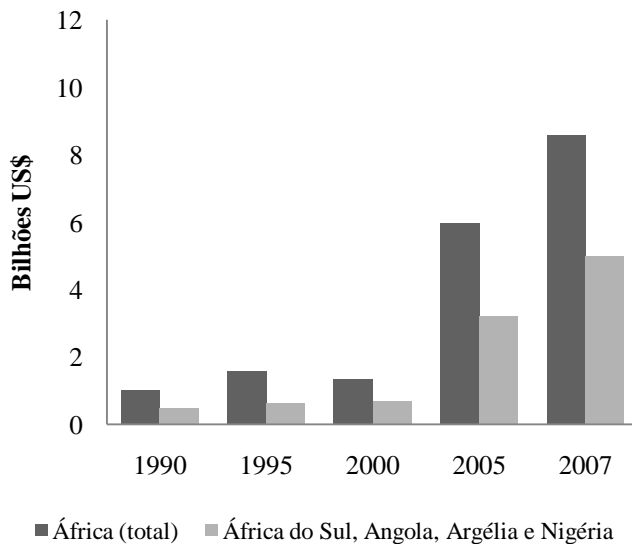


Gráfico 3 – Exportações Brasileiras para o Continente Africano (1990-2007)

No ano de 2006, Claudio Oliveira Ribeiro destacou a seletividade de parceiros comerciais africanos: “[...] nos últimos anos, às relações comerciais com Angola, Nigéria e África do Sul que junto representam em média 48% do total das exportações brasileiras para aquele continente e 53% das importações africanas para o Brasil” (RIBEIRO, 2007, p. 188).

3.2 O Conteúdo Tecnológico das Exportações Brasileiras para a África

O perfil da cesta de produtos comercializados entre Brasil e os países africanos é extremamente diversificado por itens, variando desde farelo de soja até aeronaves. Entretanto, ao verificarmos os valores em cada segmento da pauta comercial, a situação apresenta-se bastante diversa.

Vamos começar a análise através do estudo dos quatro grandes parceiros comerciais na região, durante o período entre 1990 e 2007: África do Sul, Angola, Nigéria e Argélia. Juntos, em 2007, essas quatro nações representaram 58% do total das exportações brasileiras para o continente africano e 79% das importações brasileiras daquele continente.

Em relação às exportações (Anexo A) para a África do Sul vale notar que apresentaram um crescimento significativo entre 1990 e 2007, variando de US\$ 166 milhões em 1990 para US\$ 1,7 bilhão em 2007, o que pode estar refletindo uma parceira mais intensificada, fruto dos acordos comerciais bilaterais realizados no período.

Com relação às exportações para a Angola (Anexo B), percebe-se um crescimento igualmente bastante significativo no período, quando saltou de US\$ 83 milhões em 1990 para US\$ 1,2 bilhão em 2007.

Entre 1990 e 2007 houve também uma aceleração expressiva das exportações para a Nigéria, quando passaram de US\$ 179 milhões para US\$ 1,5 bilhão (Anexo C).

A lista dos principais mercados de destino das exportações brasileiras na África se completa com a Argélia, onde o crescimento das exportações foi de US\$ 45 milhões em 1990 para US\$ 501 milhões em 2007 (Anexo D).

Analisando a composição das exportações brasileiras para a África por grupos considerada a variável tecnologia, relativa ao ano de 2007, destacam-se Produtos Primários e industrializados intensivos em matéria-prima (Grupo III). Mas no caso da África do Sul, destacam-se Produtos Industrializados de Média e Alta Tecnologia (Grupo I) com 49% do

valor total das vendas brasileiras (Quadro 6), composto pelos Capítulos NCM 87 (Veículos, automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios) com 30,69% e NCM 84 (Caldeiras, máquinas, etc., mecânicos) com 10,18%. As exportações brasileiras para a África do Sul neste Grupo I foram de expressivos US\$ 862 milhões em 2007.

Também para Angola, a maior representatividade das exportações brasileiras ocorre nos Produtos Industrializados de Média e Alta Tecnologia (Grupo I) com 39% do valor total das vendas brasileiras e também com destaque para automóveis e suas partes e maquinários (NCM 87 e NCM 84), respondendo por 11,84% das exportações brasileiras em 2007. Para Angola, foram exportados no Grupo I cerca de US\$ 475 milhões em 2007.

Com a Nigéria, reforça-se a tendência geral de concentração das exportações brasileiras em Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima (Grupo III), com 77,54% do valor total das vendas brasileiras com destaque para os NCM 27 (Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.) com 52,28% e o NCM 17 (Açúcares e produtos de confeitaria) abarcando 19,24% das exportações brasileiras em 2007.

E da mesma forma com a Argélia, concentração das exportações brasileiras em Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima (Grupo III), com 83,15% do valor total das vendas brasileiras com destaque para os Capítulos NCM 17 (Açúcares e produtos de confeitaria) com 46,40%, NCM 02 (Carnes e miudezas, comestíveis) com 20,94% e NCM 04 (Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.) com 10,05% .

PAÍSES	Industrializados de média e alta tecnologia (US\$ F.O.B) (%)	Industrializados de baixa tecnologia (US\$ F.O.B) (%)	Primários e industrializados intensivos em matéria-prima (US\$ F.O.B) (%)	TOTAL (US\$ F.O.B)
África do Sul	862.870.269 49 %	235.274.729 13,38 %	659.712.902 37,62 %	1.757.857.900
Angola	475.114.234 39,00 %	314.479.621 25,81 %	428.641.774 35,19 %	1.218.235.629
Nigéria	130.334.727 8,62 %	209.287.247 13,84 %	1.172.656.632 77,54 %	1.512.278.606
Argélia	43.293.712 8,64 %	41.160.836 8,21 %	416.794.734 83,15 %	501.249.282

Quadro 6 – Exportações por Grupos de Intensidade Tecnológica – Brasil/África – 2007
Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

É relevante ainda destacar os resultados obtidos no comércio entre Brasil e o Egito. Em 2007, o Brasil vendeu para este país o equivalente a US\$ 1,2 bilhão, refletindo os novos acordos comerciais¹⁷.

3.3 O conteúdo tecnológico das importações brasileiras da África

No caso específico das importações também ocorre um extraordinário crescimento no período estudado, mas com uma menor diversidade na cesta de produtos comercializados. Analisando o caso da África do Sul (Anexo E), percebemos o aumento de US\$ 80 milhões em 1990 para US\$ 522 milhões em 2007.

Com relação às importações da Angola, observa-se essa cesta restrita de produtos comercializados em 2007, com valores totais variando de US\$ 111 milhões em 1990 para US\$ 944 milhões em 2007. No ano de 2007, o NCM 27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais e NCM 85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc. responderam por 100% das importações brasileiras da Angola (Anexo F).

A situação da Nigéria com relação às importações se mostra de forma ímpar, dado o vertiginoso crescimento que variou de US\$ 61 milhões em 1990 para US\$ 5,2 bilhões no ano de 2007 (Anexo G).

Sobre as importações da Argélia, retratam a tendência geral de crescimento vertiginoso, com valor de US\$ 222 milhões em 1990 e US\$ 2,2 bilhões em 2007 (Anexo H).

Em relação à composição das importações brasileiras da África do Sul, em 2007, embora sejam expressivos os valores nas três categorias analisadas, sobressaem-se os Produtos industrializados de baixa tecnologia (Grupo II) (Quadro 7), especialmente os NCM 72 (Ferro fundido, ferro e aço) com 20,56%, NCM 29 (Produtos químicos orgânicos) com 13,96%, NCM 71 (Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.) com 12,09%, NCM 27 (Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais) com 11,02% e NCM 84 (Caldeiras, máquinas, etc..., mecânicos) com 9,05% .

¹⁷ Os ministros brasileiro da agricultura Reinhold Stepanhes e egípcio do comércio e indústria Rachid Mohamed Rachid assinaram acordo de cooperação na área de serviços veterinários. O ministro brasileiro também destacou a importação direta de fertilizantes do Egito, por meio de grandes cooperativas, já que aquele país produz quantidade significativa de adubos à base de amônia (Agência Brasil).

A composição da pauta de importados da Angola, Nigéria e Argélia fica quase que restrita aos Produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima (Grupo III), extremamente concentrada nos NCM 27 (Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais): 100% no caso angolano; 99,85% no caso nigeriano e 99,16% no argelino.

PAÍSES	Industrializados de média e alta tecnologia (US\$ F.O.B) (%)	Industrializados de baixa tecnologia (US\$ F.O.B) (%)	Primários e industrializados intensivos em matéria-prima (US\$ F.O.B) (%)	TOTAL (US\$ F.O.B)
África do Sul	88.136.320 16,87 %	269.914.203 51,68 %	164.262.142 31,45 %	522.312.665
Angola	9.800 0, 00 %		944.780.013 100, 00 %	944.789.813
Nigéria	238 0, 00 %	141.731 0, 00 %	5.279.763.963 100, 00 %	5.279.905.932
Argélia	3.660 0, 00 %	330.888 0, 01 %	2.233.661.037 99,99 %	2.233.995.585

Quadro 7 – Importações por Grupos de Intensidade Tecnológica – Brasil/África – 2007
Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

Em 2007, a balança comercial brasileira com esses quatro países apresentou significativo déficit, apesar do superávit gerado com África do Sul (US\$ 1,2 bilhão) e Angola (US\$ 273 milhões), porém, pesaram mais os déficits com Nigéria (US\$ 3,7 bilhões) e Argélia (US\$ 1,7 bilhão). A presença destacada desses quatro países também reforça a tese da seletividade da política comercial brasileira com a África. Por outro lado, África do Sul e Angola também formam os vértices estratégicos da SADC.

A Nigéria responde por quase a metade das importações brasileiras provenientes da África, basicamente graças ao crescimento do item petróleo. É com a Nigéria o maior déficit na balança comercial brasileira com a África, algo próximo a espantosos US\$ 3,7 bilhões, apenas em 2007. Este déficit provocado pelas importações brasileiras de petróleo nigeriano acaba rebatendo no desempenho geral da balança comercial Brasil-África, sendo que o déficit comercial total do Brasil com os países africanos somou US\$ 2,760 bilhões em 2007. Imperativo uma estratégia compensatória visando um aumento de consumo de produtos brasileiros. As exportações brasileiras no Grupo I para a Nigéria foram de apenas 130 milhões de dólares em 2007 ou 8,62% do total exportado pelo Brasil para aquele país.

As importações brasileiras de petróleo respondem pelos maiores déficits comerciais brasileiros com os países africanos. Além da Nigéria, Argélia (déficit de 1,7 bilhão de

dólares) e Líbia (déficit de 756 milhões de dólares) destacam-se na lista. Verifica-se neste caso que as importações brasileiras continuam fortemente concentradas nos óleos brutos de petróleo.

A Angola representa uma importante exceção, já que as vendas brasileiras para este país foram de US\$ 1,218 bilhão, contra importações de 944 milhões de dólares em 2007, ainda que basicamente petróleo. E Egito outra, com vendas brasileiras de US\$ 1,238 bilhão contra apenas 52 milhões de dólares em importações para o mesmo ano.

O maior superávit comercial brasileiro no continente africano em 2007 aconteceu com a África do Sul, quando foram vendidos US\$ 1,757 bilhão em produtos e comprados US\$ 522 milhões, saldo positivo que vem mitigar o enorme déficit comercial com a África.

Por outro lado, se o Brasil pouco importou dos países africanos em produtos de maior intensidade tecnológica, cerca de 88 milhões do total de US\$ 113 milhões de dólares importados em 2007 foram da África do Sul. Bem verdade que esse valor é praticamente irrisório para os sul-africanos quando comparados ao seu enorme déficit comercial com o Brasil.

Desde a década de 1960 que se fala da necessidade de ampliar as vendas para os mercados externos para alcançar um equilíbrio na balança de pagamentos brasileira. Na década de 1970 o comércio exterior cresceu rapidamente e o Brasil diversificou bastante sua pauta de exportações, dando ênfase nos produtos industrializados, representando desta forma, um aumento de quase 200% na exportação de produtos industriais, abrindo mercados para seus produtos além dos países desenvolvidos quanto no dito Terceiro Mundo. Em contrapartida o Brasil importava nesse momento aproximadamente 80% do petróleo que necessitam no plano doméstico (SKIDMORE, 1988).

Na década de 1990 e na atual a África desponta como parceira comercial brasileira, sobretudo graças ao petróleo, mas sem adquirir produtos industrializados brasileiros na mesma proporção. Os dados do Quadro 8 demonstram que, se os produtos de maior intensidade tecnológica ampliaram sua fatia nas exportações brasileiras para a África entre 1990 e 2007 (com destaque para automóveis), os produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima o fizeram na mesma proporção.

Grupo de Produtos	NAS EXPORTAÇÕES (%)		NAS IMPORTAÇÕES (%)	
	1990	2007	1990	2007
Industrializados de média e alta tecnologia	18,25 %	24,3%	0,35 %	1,00%
Industrializados de baixa tecnologia	35,94 %	16,88%	15,77 %	7,25%
Primários e industrializados intensivos em matéria-prima	45,81 %	58,82%	83,88 %	91,75%

Quadro 8 – Evolução do Comércio Brasil/África por Grupos de Produto em Intensidade Tecnológica - 1990 e 2007 (em %)

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008. Organização: Rosane Salache, 2008.

No lado das importações africanas, o petróleo influencia na participação de mais de 90% dos produtos primários e industrializados intensivos em matéria-prima em 2007.

4 CONSTRUINDO UMA REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA DA ÁFRICA

Podem ser encontradas diversas regionalizações do continente africano, geralmente obedecendo a critérios geográficos tradicionais, e quase que invariavelmente consagrando propostas européias. Assim é a divisão entre África Branca e África Negra, bem como entre Norte da África e África Subsaariana¹⁸. Ambas “separam” o Magreb (países islamizados e arabinizados do Mediterrâneo)¹⁹ da África ao sul do Saara.

Nesta seção iniciamos pela regionalização histórica do colonialismo europeu. Em seguida, abordamos as regionalizações em voga no Brasil, especialmente no âmbito do MRE. E, finalmente, aventamos uma nova regionalização, agora baseada nos dados comerciais recentes e segundo o conteúdo tecnológico das mercadorias transacionadas.

4.1 A Regionalização Européia do Colonialismo

Ao iniciar o processo de acumulação capitalista, realizou-se a Conferência de Berlim, entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Novembro de 1885, efetivando a divisão arbitrária do território do continente africano pelas potências coloniais européias, desconsiderando questões étnicas e culturais, e desarticulando as estruturas sociais e econômicas originais. As heranças do colonialismo ainda hoje se fazem refletidas numa perversa estrutura socioeconômica e na forma de instabilidade política, especialmente com guerras civis e disputas entre nações vizinhas. É o que nos diz Paulo Fagundes Vizentini (2007) ao analisar a situação dos países africanos após a descolonização:

¹⁸ A África Subsaariana representa a parte sul do Saara, unindo aproximadamente 75% de toda população africana. Nessa área, a população em sua grande maioria é negra e de religião animista, mas existe uma restrita população branca de origem européia que pratica a religião cristã.

¹⁹ A África Islâmica representa a região norte do continente africano, compreendendo um conjunto de nações que praticam a religião islâmica e a língua árabe. Essa parcela do continente sempre manteve ligação de milênios com a cultura européia e do Oriente Médio. No passado, sofreu invasões de diferentes povos, como romanos, gregos, fenícios, árabes e turcos.

Os problemas africanos, contudo, eram imensos. As fronteiras dos novos países eram artificiais, tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural. Grupos etnolinguísticos rivais eram reunidos dentro de um mesmo Estado, enquanto outros afins, muitas vezes o mesmo encontravam-se separados por uma linha traçada à régua no mapa. O Estado antecedia à existência de uma nação. [...] As rivalidades entre os distintos grupos havia sido estimulada pelos colonizadores como forma de dominação. [...] Muitas das futuras guerras civis [...] eram o resultado não de um tribalismo tradicional, mas de sua apropriação pela modernidade europeia. (VIZENTINI, 2007, p. 172).

Ao iniciar a Primeira Guerra Mundial, cerca de 90% do território africano já se encontrava sob o poder dos europeus. Os franceses ocuparam o Noroeste, incluindo a Ilha de Madagascar. Os ingleses instalaram-se em alguns países da África Ocidental, no Nordeste e no Sul do continente. A Alemanha estabeleceu territórios coloniais nas regiões correspondentes aos atuais: Togo, Camarões, Tanzânia, Ruanda, Burundi e Namíbia. Os portugueses mantiveram as suas antigas colônias de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Angola e Moçambique. Os espanhóis ocuparam parte do Marrocos e da Guiné Equatorial. A Bélgica ficou com o Congo (ex-Zaire). A Itália com a Líbia, Eritreia e parte da Somália. Consistiu, efetivamente, num processo de “recorte” o partilha do continente africano para pilhagem de suas riquezas. Na perspectiva imperialista, a dominação territorial – o colonialismo – era “condição necessária a seu status de potência mundial” (VIZENTINI, 2007, p. 174).

Com o declínio europeu durante e após a Segunda Guerra Mundial, e a emergência dos Estados Unidos enquanto principal potência econômica mundial, a dominação econômica internacional tornou dispensável o colonialismo direto, adotando formas comerciais e financeiras. Assim, os movimentos de descolonização africanos puderam se traduzir na luta pela independência nacional, em alguns casos associada a governos que viam com simpatia o socialismo. Conforme Vizentini (2007, p. 21):

No início da década de 50, o epicentro do processo descolonizatório deslocou-se largamente para o mundo árabe (Magreb-Machreck), onde o conteúdo dominante foi o nacionalismo árabe de perfil reformista (Egito, Iraque, Argélia), até a passagem dos anos 50 e 60. A partir deste momento, a África Subsaariana tornou-se o centro de uma descolonização grandemente controlada pela ex-metrópoles europeias, adquirindo fortes contornos neocolonialistas. Até a segunda metade dos anos 60, a maioria dos países da África tropical havia obtido a independência. Restaram os regimes de minoria branca e as colônias portuguesas da África Austral, cujo processo de

emancipação foi mais violento e radical, estendendo-se da década de 70 ao início dos anos 90.

Contudo, as causas dos conflitos africanos não se reduzem à partilha imposta pelas potências europeias, visto que são extremamente mais diversas e profundas. Por sua vez, a herança da colonização deixou marcas diferenciadas em cada nação, para alguns, derivada da forma de colonização adotada por portugueses, espanhóis, franceses e outros, que estruturaram a política e a economia dos respectivos países de forma particular.

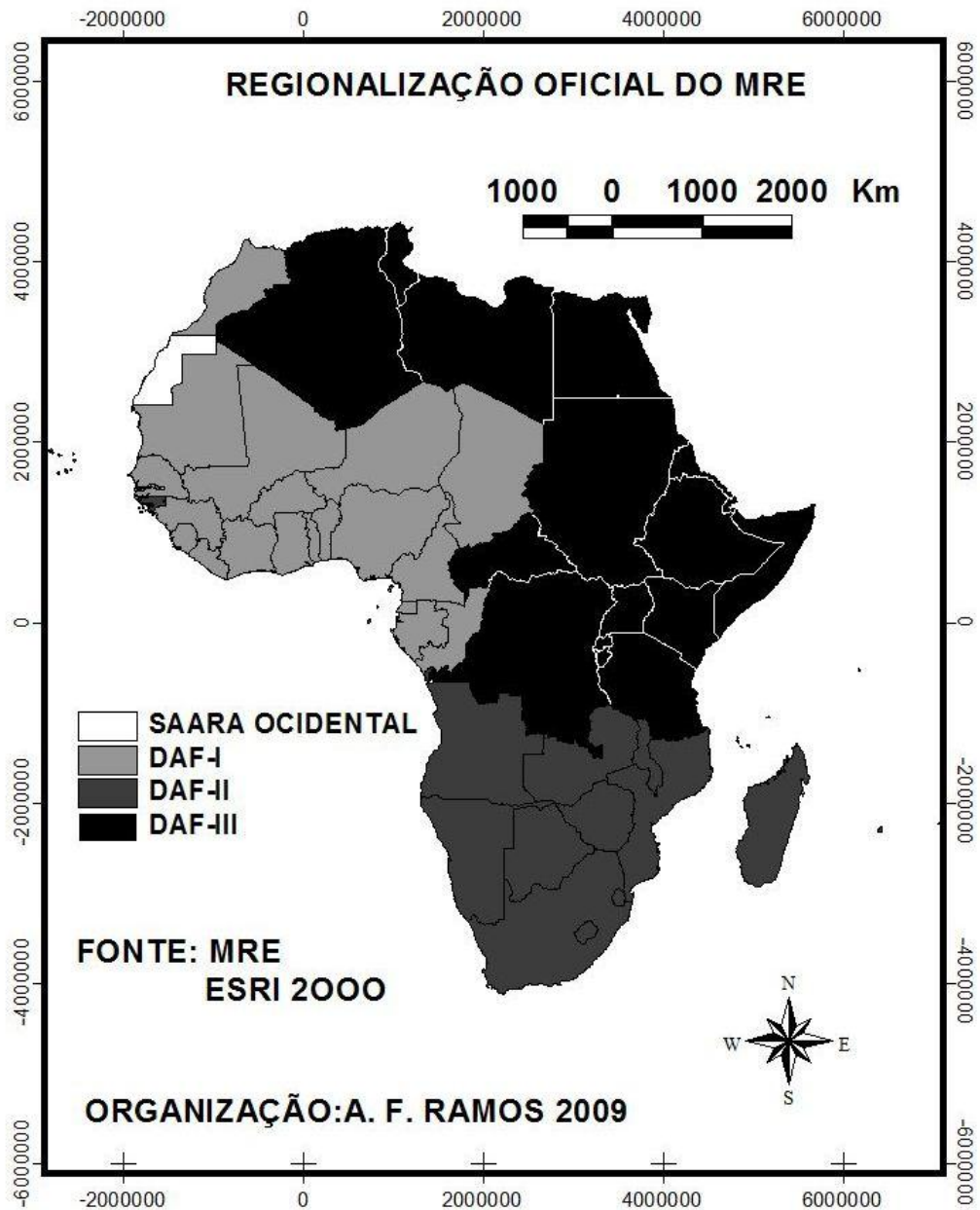
Assim, as causas mais profundas estariam também na desigualdade social acentuada nos países africanos, como advoga o paradigma das necessidades humanas (“*human needs theory*”), que emerge quando uma parte significativa da população é excluída da satisfação das necessidades materiais e imateriais, variando desde a falta de autonomia, identidade até a falta de alimentos e segurança (DOPCKE, 2002).

4.2 As Regionalizações Oficiais Brasileiras

As regionalizações escolares (de uso didático) adotadas no Brasil, compartimentalizam o continente em características naturais, econômicas e sociais, mas que também pouco revelam, pois tão-somente baseadas nas coordenadas geográficas: África do Norte, Central, Oriental, Ocidental e Meridional.

A regionalização oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil passou por modificações no Governo Lula, com o desmembramento do Departamento da África e do Oriente Médio para a criação de um Departamento exclusivo para o Continente Africano. Foi também criada a Divisão da África III (DAF – III), somada as duas já existentes, Divisão da África I (DAF-I) e Divisão da África II (DAF-II),²⁰ pode ser observada no Cartograma 4.

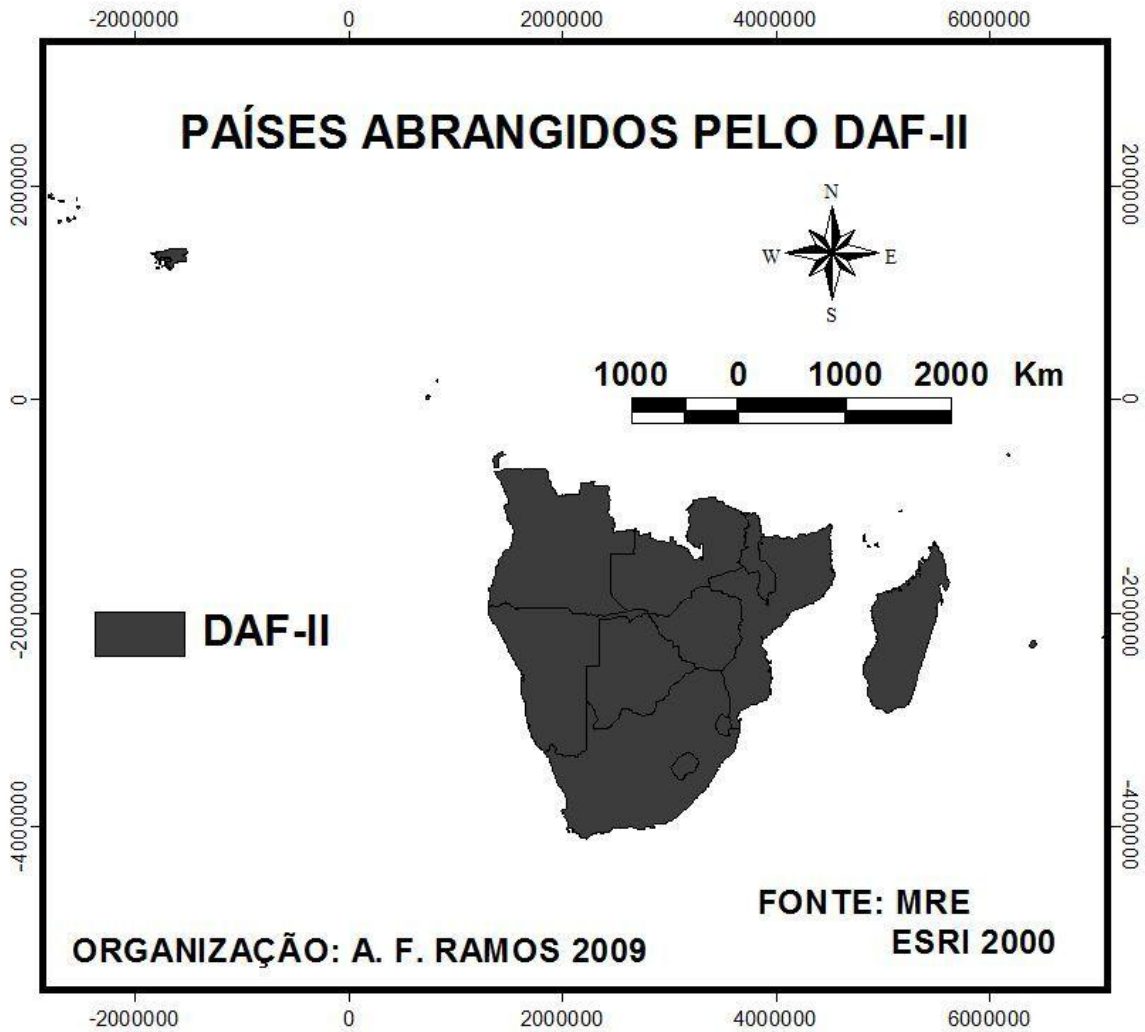
²⁰ **Divisão da África III (DAF-III):** Argélia, Burundi, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, bem como os assuntos referentes a Autoridade Intergovernamental Para o Desenvolvimento (IGAD), União do Magreb Árabe (UMA), Zona Árabe de Livre Comércio, União Africana (UA), e Nova Parceria Para o desenvolvimento da África (NEPAD); e outros organismos regionais no âmbito da África Oriental e Setentrional. **Divisão da África II (DAF-II):** África do Sul, Angola, Botsuana, Cabo Verde, Comores, Guiné-Bissau, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue, bem como os assuntos referentes a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana (UA),



Cartograma 4 – Regionalização Oficial do Ministério das Relações Exteriores

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e Nova Parceria Para o desenvolvimento da África (NEPAD); e outros organismos regionais no âmbito da África Austral. **Divisão da África I (DAF-I):** Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné (Conacri), Guiné Equatorial, Libéria, Mali, Marrocos, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo, bem como os assuntos referentes a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS), União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), União do Magreb Árabe (UMA), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e Nova Parceria Para o desenvolvimento da África (NEPAD); e outros organismos regionais no âmbito da África Ocidental, Central e do Norte.

Com relação à Regionalização Oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na DAF – II, pode ser observada (Cartograma 5) uma concentração dos países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa(CPLP).



Cartograma 5 – Países abrangidos pela DAF – II (MRE)

Existem outras propostas, como a apresentada por José Flávio Sobra Saraiva ao Ministério das Relações Exteriores, com a divisão do Departamento da África em África do Norte, África Subsaariana e África de Língua Oficial Portuguesa. Para Saraiva (2002), essa divisão levaria em conta as diversas singularidades do continente, tanto econômica, como intelectual, social e política; capaz de ampliar as oportunidades e resgatando nossa história comum.

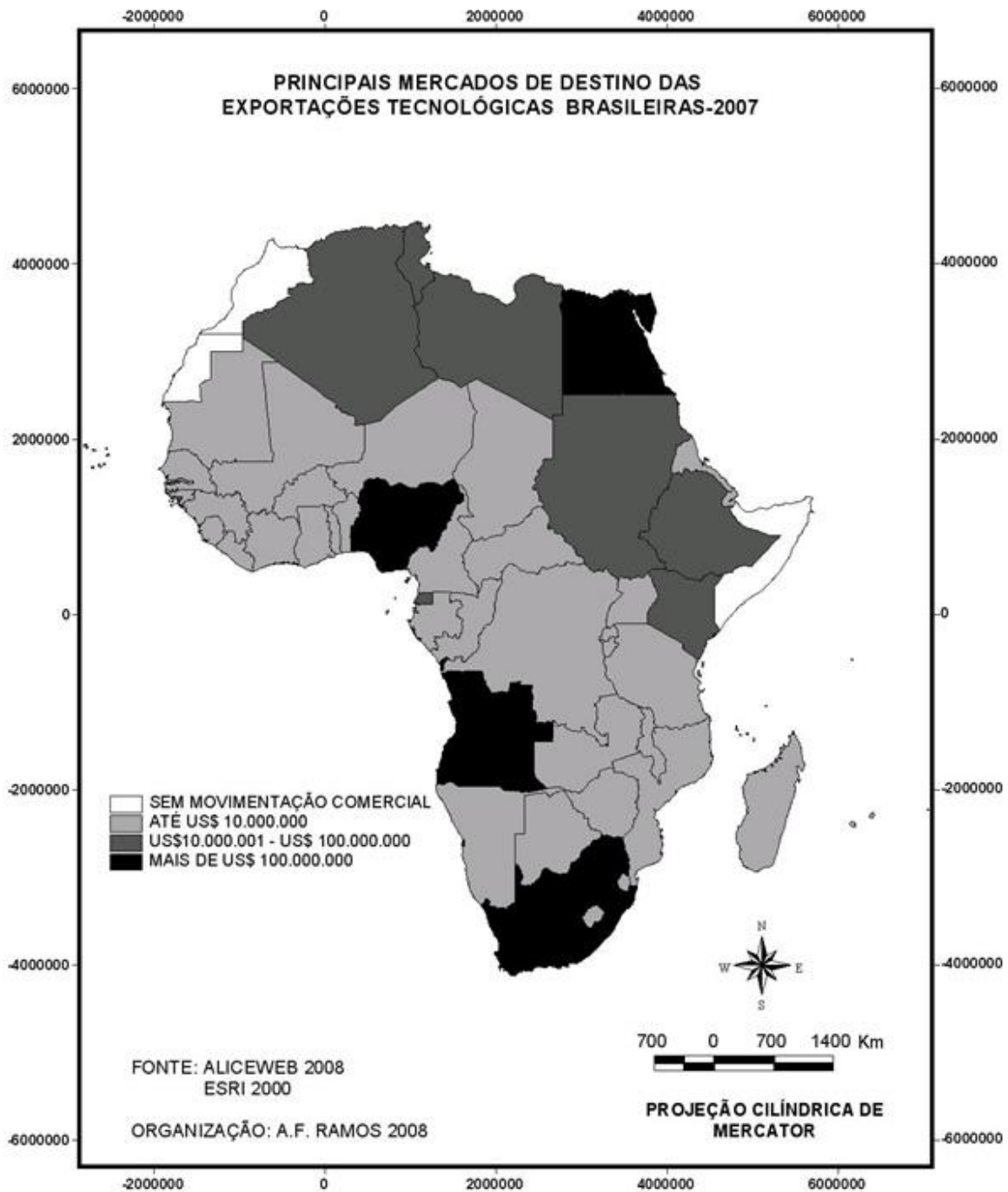
O geopolítico Paulo Fagundes Vizentini (2007) também apresenta uma proposta de divisão da África em três subsistemas geopolítico; primeiro, o transaariano com os Estados árabes do Mediterrâneo e do Sahel (faixa ao sul do Deserto do Saara) e os países do Golfo da Guiné e do Chifre da África. O segundo subsistema seria composto pela África Central, desde Camarões até o Quênia, e com centro na República Democrática do Congo, englobando ainda os Estados da região dos lagos. O terceiro subsistema seria o da África Austral, que inclui os antigos domínios de colonização inglesa e as ex-colônias portuguesas Angola e Moçambique. A Tanzânia, para o pesquisador, poderia ser contemplada nos dois últimos subsistemas.

Dando sequência a este debate, a questão que colocamos neste trabalho é se seria possível outra regionalização do continente africano, mais útil do ponto de vista da projeção dos interesses brasileiros que as propostas européias e da diplomacia oficial? Justamente, a espacialização dos fluxos comerciais brasileiros com os países africanos, com destaque para o conteúdo tecnológico das exportações brasileiras, realizada neste trabalho, visa subsidiar uma nova proposta de regionalização para aquele continente, na esperança de mais adequada aos reais interesses nacionais brasileiros.

4.3 Proposta de Nova Regionalização do Continente Africano

Nos últimos anos pode-se observar uma tendência de leve mudança no perfil das exportações brasileiras para a região, historicamente dominada por produtos agrícolas e industrializados de baixa tecnologia, evoluindo para uma maior participação dos produtos industrializados de média e alta tecnologia, especialmente nos Capítulos NCM 87 (Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/ acessórios); NCM 84 (Caldeiras, máquinas, etc..., mecânicos) e NCM 85 (Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc). Seriam esses novos fluxos de conteúdo tecnológico, já capazes de afirmar uma nova regionalização do continente africano para o Brasil?

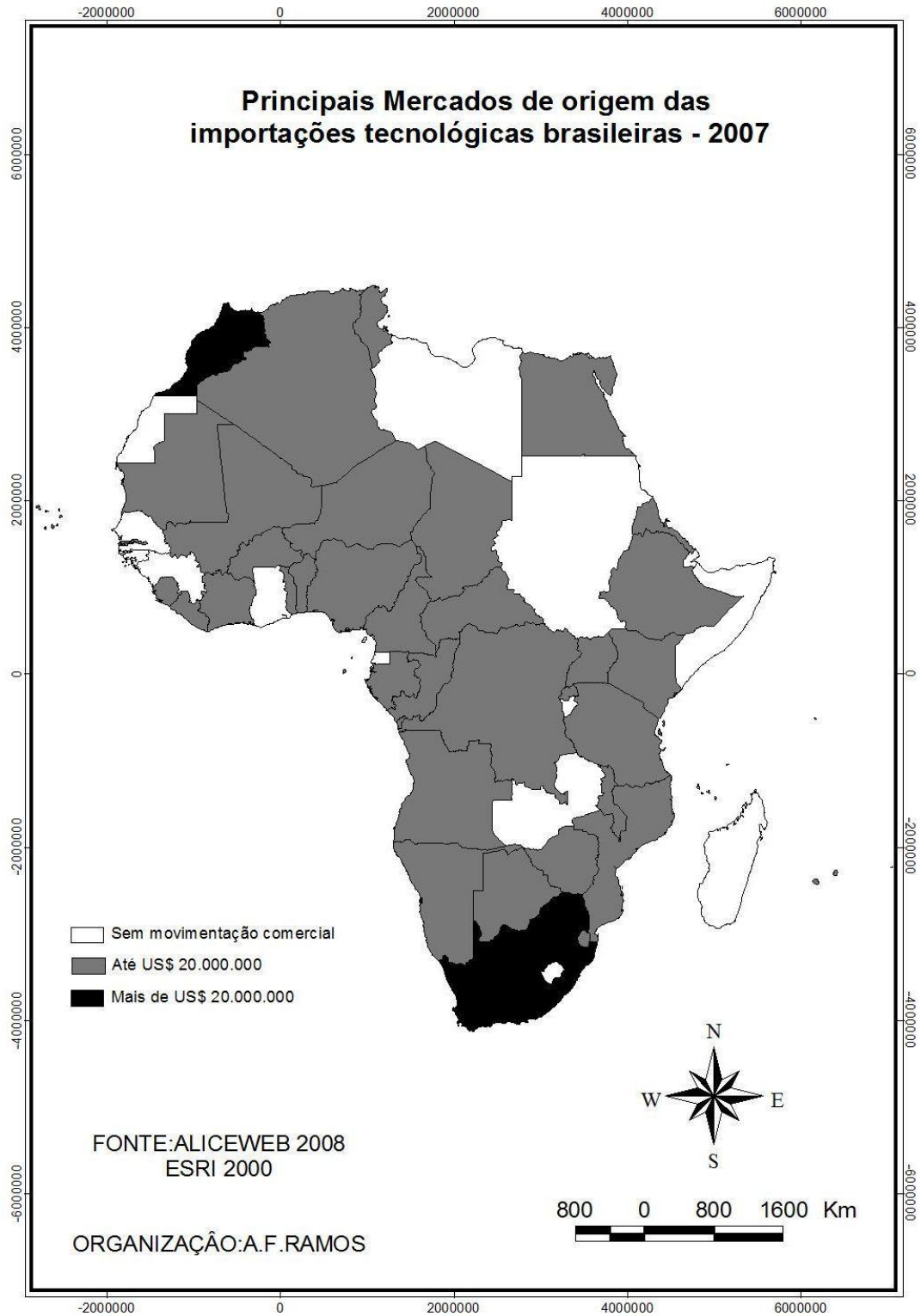
O Cartograma 6 destaca os principais países africanos consumidores de produtos de média e alta tecnologia produzidos no Brasil. Ainda que esses valores sejam modestos, aparecem em destaque África do Sul, Angola, Egito e Nigéria, parceiros comerciais de longa data.



Cartograma 6 – Exportações brasileiras de Produtos industrializados de média e alta tecnologia da África – 2007

O Cartograma 7 destaca o nivelamento por baixo no que se refere à importação de produtos industrializados de média e alta tecnologia do continente africano pelo Brasil. Essa situação geral vem confirmar a diversidade econômica no continente africano, dando visibilidade a pouca diversidade de produtos industrializados de maior conteúdo tecnológico para exportação (e também para o consumo interno). As exceções são África do Sul e

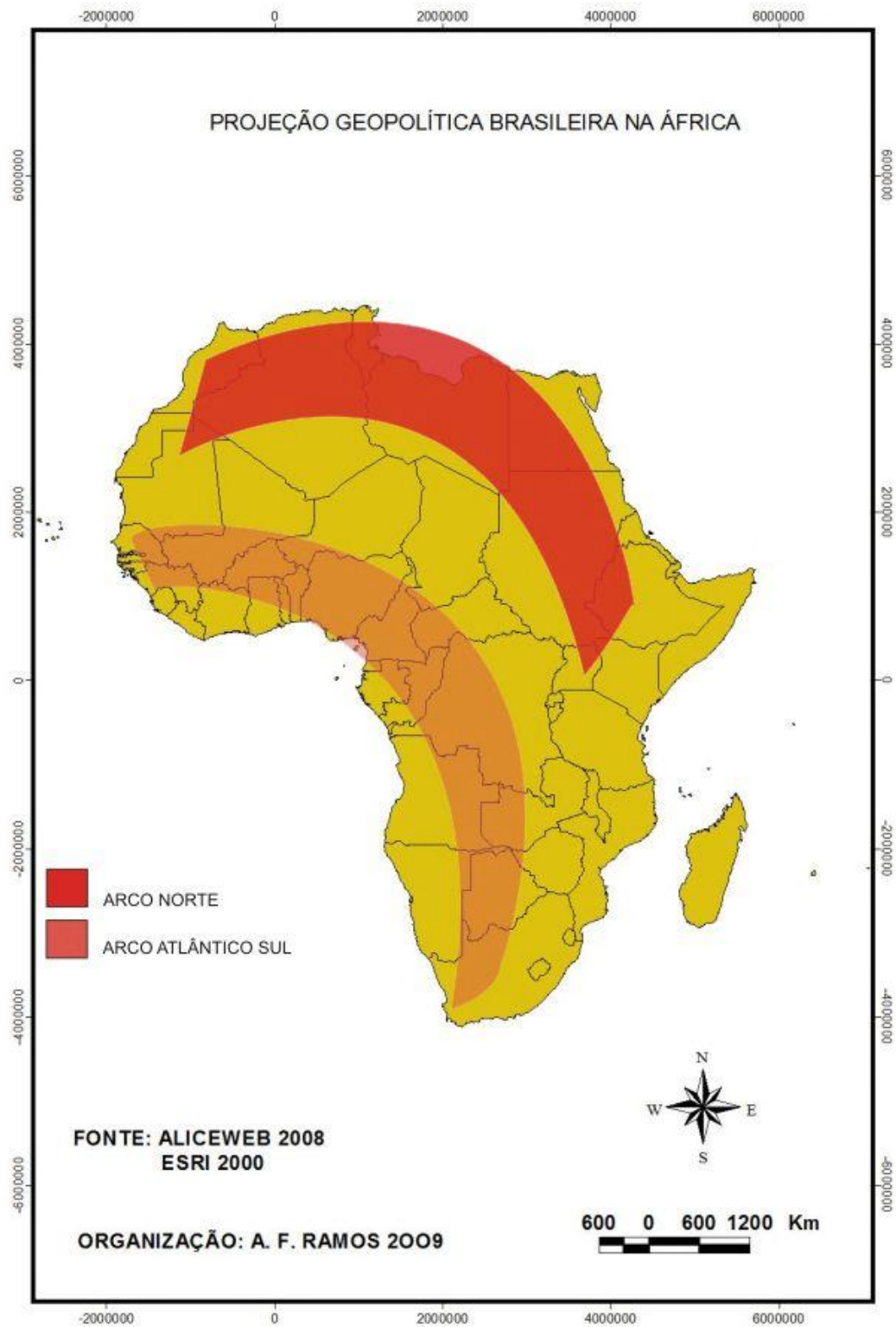
Marrocos, mas com amplo destaque para a primeira com 16,87% do fornecimento de média/alta tecnologia ao Brasil contra 3,28% do Marrocos.



Cartograma 7 – Importações brasileiras de Produtos industrializados de média e alta tecnologia da África – 2007

Uma análise mais geral do mesmo cartograma aponta uma regionalização do continente africano em dois arcos, o primeiro é revelado a partir do condicionante geopolítico do Atlântico Sul; o segundo, mais externo, envolve os países da África Mediterrânea e da Bacia do Nilo.

O arco atlântico sinaliza o importante intercâmbio Brasil-África estabelecido a partir do petróleo africano, da importância estratégica da África do Sul e pelos laços culturais estreitos com Angola. Isto significa que tanto a tese dos geopolíticos brasileiros de aproximação dos países de língua oficial portuguesa (CPLP) quanto do valor estratégico da África do Sul nos últimos governos (FHC e Lula) podem produzir resultados concretos. Um exemplo é o acordo de unificação da língua portuguesa que entrará em vigor no Brasil a partir do próximo ano. Outro, é o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul e União Aduaneira da África Austral (SACU), esta última formada por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia, firmado em dezembro de 2004. Na tentativa de uma inserção internacional, a África Austral emerge como importante região no contexto da globalização, dá sinais de superação das crises políticas internas com o ingresso em massa na OUA e com a participação da África do Sul na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

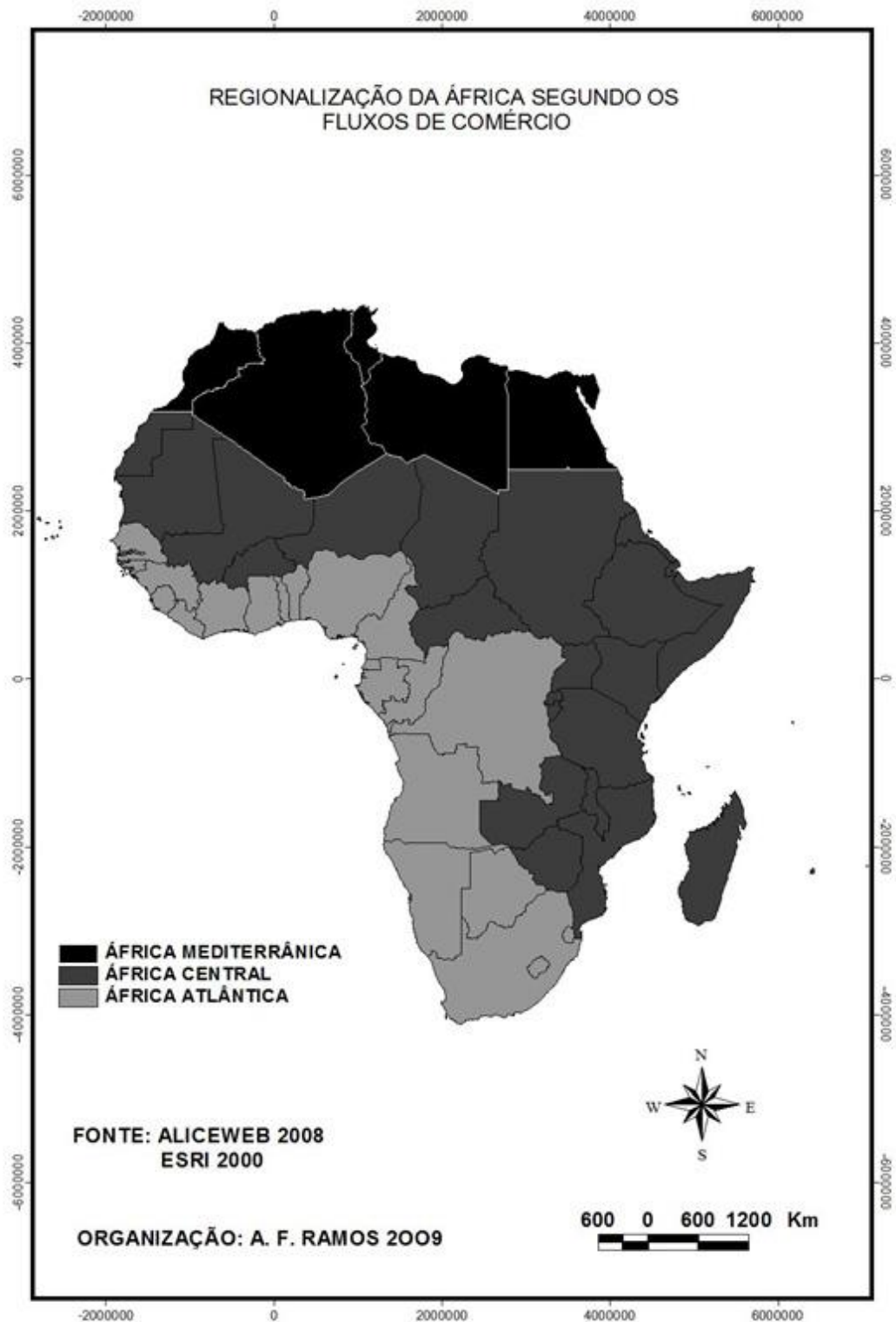


Cartograma 8 – Projeção geopolítica brasileira na África

Os dois arcos supracitados envolvem também os sete maiores produtos internos brutos africanos de 2006: África do Sul (29°), Nigéria (48°), Argélia (49°), Egito (51°), Marrocos (59°), Líbia (62°) e Angola (63°). Se estes arcos de projeção do interesse nacional brasileiro, contemplarem real cooperação econômica e tecnológica de alto nível, então poderá servir para contrabalançar a própria influência européia, norte-americana e chinesa no continente africano, interessados quase que somente na exploração das commodities energéticas e em mercados consumidores para suas exportações industriais.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) na África tem experimentado crescimento substancial nos últimos anos, alcançando em 2006 os US\$ 38,8 bilhões e em 2007 de cerca de US\$ 53 bilhões, atraídos fundamentalmente pelos resultados da produção e comércio de produtos básicos. Segundo a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), a distribuição dos investimentos ocorre num número reduzido de países, com destaque para Nigéria, Egito e África do Sul.

Uma nova proposta de regionalização para o continente africano, é resultado da espacialização dos fluxos comerciais brasileiros com os países africanos, com destaque para o conteúdo tecnológico das exportações brasileiras. Esse resultado pode ser observado do Cartograma 9.



Cartograma 9 – Regionalização da África segundo os fluxos de comércio.

Efetivamente, a evolução das relações Brasil-África dependem de fatores da ordem internacional, mas também da priorização nas agendas internas desses dois países/regiões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre as relações comerciais Brasil-África registra, que os problemas estruturais para o aprofundamento do intercâmbio econômico estaria na não complementariedade das estruturas produtivas, especificamente na pauta de produtos primários exportados. Argumento que rejeitamos desde o início ao centrar a hipótese de partida no pressuposto de que o processo de industrialização tardio e parcial experimentado a partir do regime militar brasileiro não logrou desenvolver mercados consumidores no continente africano na medida desejada pela “diplomacia comercial” brasileira. Assim, a real questão é por quê os produtos industrializados brasileiros não conseguiram penetrar nos mercados africanos, que contrasta com a conquista do mercado latino-americano pela indústria brasileira (MERCOSUL e ALADI). Os geopolíticos militares brasileiros sempre apostaram na vantagem comparativa representada pelo Atlântico Sul no comércio com a África, mas o porquê dessas mesmas indústrias brasileiras não formarem mercados amplos também naquele continente remetem para considerações ligadas às estratégias regionais das multinacionais e limitações do sistema de crédito internacional.

Não obstante, o argumento da não complementariedade foi sepultado de vez diante do avanço dos valores comercializados com os países africanos a partir dos anos 1990. A matriz “petróleo por alimentos”, demonstra a constituição de uma importante complementariedade mesmo no interior do setor primário, alavancada pela política externa brasileira de diversificar as fontes fornecedoras de petróleo, até então excessivamente concentrada nos países do Oriente Médio.

Talvez a resposta esteja na maior competição com empresas de outros países naqueles mercados (proximidade da Europa da África do Norte, presença de empresas da China, Índia e Estados Unidos) e acordos comerciais históricos (e neocoloniais) de troca de matérias-primas africanas por industrializados europeus, norte-americanos e asiáticos (FIORI, 2007). Mas também contribui a ausência de mercados de massa para produtos industrializados com maior conteúdo tecnológico, salvo a África do Sul, Angola e o norte africano. Os recursos financeiros obtidos com as crescentes vendas de petróleo ao exterior acabam no consumo de bens de luxo das elites locais e nas importações de alimentos para o consumo das massas (SILVA, 2004).

Embora importante, o comércio de produtos baseados em recursos naturais é limitado quando comparado com o intercâmbio científico-tecnológico-informacional, a própria base da (re)organização do espaço produtivo mundial (SANTOS, 1998). Assim, os atuais termos de troca baseados em “petróleo por alimento” e “petróleo por industrializados” cedo devem apresentar seus limites para encetar maior desenvolvimento econômico e social a partir das relações entre Brasil e África, principalmente se esta última não ampliar sua industrialização. Os países africanos ainda não conseguiram formar mercados de massa internos típicos de sociedades urbanizadas e industrializadas, residindo aí o maior obstáculo à ampliação das exportações brasileiras de produtos industrializados de maior conteúdo tecnológico para a região.

Apesar da ampliação da riqueza mundial e dos fluxos comerciais proporcionados pela economia globalizada, o sistema internacional não se tornou um espaço isotrópico, ao contrário, as desigualdades entre os países tem se aprofundado. Portanto, os esforços diplomáticos no sentido de alterar essa situação perversa aos países periféricos, continuam mais que nunca na ordem do dia.

No período 1964 a 1985, a política externa do regime militar brasileiro oscilou entre o alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a uma autonomia externa relativa, mas invariavelmente centrada em uma política comercial multilateral capaz de dar continuidade ao processo desenvolvimentista. A política externa dos governos civis das últimas duas décadas não alteraram esses princípios fundamentais dessa “diplomacia comercial”, embora as políticas industriais tenham sido praticamente abandonadas.

Em termos de parcerias estratégicas neste longo período, nota-se que ao lado do tradicional objetivo geopolítico de fomentar o intercâmbio com os países lusófonos africanos foi acrescido o privilegiamento da geograficamente estratégica África do Sul, especialmente a meio caminho entre América do Sul e Ásia (GUIMARÃES, 2005). Esta última, também considerada uma das “baleias brancas”, grupo formado por países em desenvolvimento do Hemisfério Sul e com expressivo peso territorial, demográfico e econômico. Nesse sentido, alguns analistas tem preferido o uso do termo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) ao invés do tradicional BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), tendo em vista o desenvolvimento chinês estar voltado à industrialização no próprio país e a política imperialista russa.

Com efeito, o mercado sul-africano representa atualmente o principal destino das exportações brasileiras de industrializados de elevado conteúdo tecnológico no continente africano, demonstrando a importância de estruturas industriais e mercados de massa. Entretanto, também persistem limites estruturais para a criação de novos fluxos econômicos

na medida em que ambas as estruturas industriais são comandadas por filiais de multinacionais e, portanto, com excessivas semelhanças produtivas. Para o geógrafo francês Yves Lacoste, na divisão internacional da produção, caberia à África do Sul o acesso aos mercados africanos, e ao Brasil os mercados sul-americanos.

Por outro lado, desde o período do regime militar brasileiro a situação política nos países lusófonos africanos melhorou consideravelmente, com Angola e Moçambique alcançado a estabilidade política e regimes democráticos. O próprio estreitamento do intercâmbio cultural, ganha novas perspectivas com a unificação da língua portuguesa, finalmente implantada no Brasil. Mas aqui ainda é preciso que o Brasil se desfaça dos ranços neocolonialistas, da geopolítica de substituição da influência portuguesa por uma influência brasileira. A política externa brasileira para com o continente africano foi desde os governos militares até os atuais quase que exclusivamente de natureza comercial, salvo algumas exceções, visando desovar parte da produção industrial brasileira.

Ao longo deste trabalho visamos lançar algumas considerações quanto aos condicionantes geopolíticos do Atlântico Sul e da Tropicalidade como ativadores de fluxos econômicos e tecnológicos entre Brasil e África, objetivo geopolítico brasileiro ainda longe de se confirmar. Procuramos também iniciar a construção de uma regionalização do continente africano a partir da projeção dos interesses brasileiros, especialmente necessária quando se observa o uso pela escola, mídia e governo brasileiros de perspectivas “ocidentalistas” (européias ou norte-americanas).

A primeira constatação é que quando consideradas as relações comerciais com a África é preciso partir do reconhecimento de que se trata de países díspares e fluxos geograficamente seletivos. A segunda constatação é que os *superávits* comerciais africanos com o Brasil (em 2007 foram US\$ 2,7 bilhões) puxados pela *commoditie* energética indicam um ponto de partida mais promissor que aquele da base *plantation*-mineral, afinal podem representar a criação de fundos voltados a projetos de desenvolvimento industrial e tecnológico africanos e africano-brasileiros.

O fluxo petrolífero recente tem proporcionado o renascer da perspectiva sul-atlântica, com pólos em Angola e Nigéria. Apesar da influência européia, o norte da África também tem se destacado no comércio com o Brasil, com uma ramificação que envolve também países da Bacia do Nilo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CENTRAL INTELIGÊNCIA – CIA. **Relatório da CIA: como será o mundo em 2020?** Tradução de Cláudio Blanc e Marly Netto Peres. São Paulo: Ediouro, 2006.

ALBUQUERQUE, E. S. O resgate da geografia regional por meio de um conceito político de região. **GeoUSP**, n. 9, p. 63-76, 2001.

_____. **O conceito de região aplicado a estados federais: o caso do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) – FLCH/USP, São Paulo, 1988.

ALEIXO, J. C. B. Características gerais da política externa do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 81, out.-dez. 1982.

ALMEIDA, P. R. **Relações internacionais e política externa do Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

AMORIM, C. L. N. **Cronologia da política externa do presidente Lula (2003-2006).** Brasília: FUNAG/IPRI/MRE, 2007.

_____. O Brasil e o “renascimento africano”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A3, 25 maio 2003.

ANDRADE, M. C. **Geopolítica do Brasil.** Campinas: Papirus, 2001.

ARROYO, M. Uma geografia do comércio exterior brasileiro a partir do território. In: V Encontro Nacional da ANPEGE. **Anais...** 2003. p. 184-193.

BARROS, O.; GIAMBIAGRI, F. (Orgs.). **Brasil globalizado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política.** Brasília: UNB, 1991.

BRASIL. **Constituição 1988.** Brasília: Senado Federal/SEEP/SET, 2003.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escala de ações e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHIAPPIN, J. R. N. **O paradigma das civilizações, o realismo político e a nova estratégia da contenção**. São Paulo: USP/IEA, 1996.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DOPCKE, W. Há salvação para a África? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 146-155, 2002.

DOPCKE, W. **Paz e guerra na África**. Disponível em: < <http://www.forumibsa.org/...> >. Acesso em: 16 fev. 2009.

FIGUEIRA, P. A.; MENDES, M. M. C. Estudo preliminar. In: BENCI, J. S. I. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (livro brasileiro de 1700)**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. **Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 8, 2007.

GALVAN, C. G. Fênix do capital fictício e ficções do capital: a geografia morreu – viva a Geografia. In: 10 Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** Recife, jul. 1996.

GAMEIRO, A. H. (Org.). **Competitividade do agronegócio brasileiro: textos selecionados**. São Paulo: Viena, 2006.

GRIECO, F. A. **O Brasil e os novos rumos do comércio internacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HUNTINGTON, S. Choque das civilizações? **Política Externa**, v. 2, n. 4, p. 120-141, mar. 2004.

MAGNOLI, D. **O grande jogo: política, cultura e idéias em tempo de barbárie**. São Paulo: Ediouro, 2006.

MARTIN, A. R. Qual é o nosso bloco? O Brasil procura o seu lugar no mundo. In: SCARLATO, F. C. et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, L. Ordem internacional, interdependência assimétrica e recursos de poder. In: INAE-Fórum Nacional. **Anais...** Rio de Janeiro, 1992, p. 62-85.

MATTOS, M. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MELLO, J. O. Para o diplomata, país não tem política externa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1-20, 18 abr. 1999.

NAKAHODO, S.; JANK, M. A nova dinâmica das exportações brasileiras: preços, quantidades e destinos. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, 2006. Disponível em: < <http://www.iconebrasil.org.br> >. Acesso em: 20 fev. 2009.

NASSIF, A. (2006). **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Disponível em: < <http://www.bndes.gov.br> >. Acesso em: 15 fev. 2009.

OLIC, N. B. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REZEK, F. Itamaraty não tem sucesso ao elaborar nova política externa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 73, 17 fev. 1991.

RIBEIRO, C. O. Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão e reflexão. **Meridiano**, v. 47, n. 83, p. 9-11.

RIBEIRO, C. O. **Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTANA, I. Relações econômicas Brasil-África: a câmara de comércio afro-brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003.

SANTOS JÚNIOR, R. B. Diversificação das relações internacionais e teoria da interdependência. In: BEDIM, G. A. (Org.). **Paradigmas das relações internacionais**. Ijuí: UNIJUI, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, T. As ilusões do neo-liberalismo. **Carta**, Brasília, v.3, n. 8, p. 29-50, 1993.

SARAIVA, J. F. S. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: UnB, 1996.

_____. (Org.) **CPLP Comunidade dos países de língua portuguesa**. Brasília: Ibri, 2001.

_____. Política exterior do governo Lula: o desafio africano. **Rev. Bras. Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 5-25, 2002.

SILVA, H. C. M. **Da substituição de importações à substituição de exportações**: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, L. I. L.; AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo 1964 a 1985. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, R. A. **No espelho do tempo**: meio século de política. São Paulo: Best Seller, 1995.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1998.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ANEXOS

Anexo A – Exportações brasileiras para a África do Sul - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
29-Produtos químicos orgânicos	13.180.748 7,93	38.242.877 14,66	25.137.343 8,32	19.084.152 1,39	17.068.262 0,97
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	23.938.983 14,40	34.266.443 13,13	45.198.284 14,96	170.927.963 12,47	178.942.783 10,18
87-Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios	11.535.815 6,94	30.540.015 11,70	72.520.983 24,00	435.969.644 31,80	539.481.833 30,69
39-Plásticos e suas obras	9.984.720 6,00	15.785.812 6,05	7.176.469 2,37	25.073.064 1,83	33.076.507 1,88
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	7.118.777 4,28	13.987.659 5,36	16.620.199 5,50	42.246.915 3,08	103.357.276 5,88
17-Açúcares e produtos de confeitaria	-	13.764.288 5,28	5.656.257 1,87	82.555.817 6,02	181.423.455 10,32
72-Ferro fundido, ferro e aço	7.925.069 4,77	9.938.551 3,81	5.603.904 1,85	24.312.070 1,77	39.711.245 2,26
48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	7.603.994 4,57	9.369.587 3,59	4.164.262 1,38	10.000.883 0,73	14.014.311 0,80
24-Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	5.612.387 3,38	7.883.904 3,02	7.422.071 2,46	53.935.331 3,93	34.728.253 1,98
44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	6.820.096 4,10	7.553.841 2,89	4.327.631 1,43	14.947.057 1,09	18.554.189 1,06
69-Produtos cerâmicos	4.897.824 2,95	6.924.922 2,65	4.055.299 1,34	22.228.511 1,62	18.910.759 1,08
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	6.767.531 4,07	6.312.034 2,42	6.085.790 2,01	16.885.731 1,23	21.342.078 1,21
41-Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	1.337.231 0,80	5.553.415 2,13	10.477.005 3,47	16.704.344 1,22	27.384.792 1,56
40-Borracha e suas obras	1.316.335 0,79	4.969.583 1,90	3.362.601 1,11	10.540.347 0,77	9.409.499 0,54
26-Minérios, escórias e cinzas	709.482 0,43	4.434.375 1,70	12.891.056 4,27	30.359.239 2,21	30.410.165 1,73
35-Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.	1.832.764 1,10	4.402.618 1,69	4.686.908 1,55	11.172.607 0,81	13.574.977 0,77
15-Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	6.397.415 3,85	3.525.885 1,35	2.597.114 0,86	70.224.832 5,12	85.917.397 4,89
38-Produtos diversos das indústrias químicas	3.329.240 2,00	3.426.659 1,31	4.061.256 1,34	4.057.954 0,30	8.460.272 0,48
82-Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns	4.728.140 2,84	3.192.020 1,22	1.327.169 0,44	2.570.610 0,19	2.826.023 0,16
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	14.394 0,01	3.020.974 1,16	3.030.440 1,00	7.301.337 0,53	7.584.469 0,43
79-Zinco e suas obras	-	3.007.023 1,15	1 0,00	1.370 0,00	2.472 0,00
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	1.048.728 0,63	2.929.658 1,12	720.946 0,24	5.483.129 0,40	3.143.102 0,18
76-Alumínio e suas obras	327.937 0,20	2.845.530 1,09	6.749.118 2,23	3.446.220 0,25	5.831.803 0,33
70-Vidro e suas obras	2.157.366 1,30	2.727.135 1,05	4.458.359 1,48	16.558.290 1,21	23.240.319 1,32

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	1.552.252 0,93	2.650.956 1,02	2.390.589 0,79	5.396.441 0,39	7.976.855 0,45
71-Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	180.428 0,11	1.638.647 0,63	849.345 0,28	1.320.415 0,10	1.844.030 0,10
64-Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	1.798.532 1,08	1.573.204 0,60	2.828.512 0,94	13.620.276 0,99	10.100.931 0,57
93-Armaz e munições, suas partes e acessórios	560.003 0,34	1.546.644 0,59	431.918 0,14	128.892 0,01	103.169 0,01
09-Café, chá, mate e especiarias	532.668 0,32	1.493.704 0,57	1.565.932 0,52	1.887.920 0,14	2.208.663 0,13
21-Preparações alimentícias diversas	205.720 0,12	1.377.538 0,53	2.095.099 0,69	6.459.730 0,47	7.203.885 0,41
52-Algodão	1.885.554 1,13	1.036.344 0,40	401.975 0,13	229.628 0,02	275.058 0,02
00-Operações especiais	60.000 0,04	1.014.189 0,39	-	-	-
58-Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	510.317 0,31	1.004.558 0,38	221.415 0,07	231.038 0,02	58.747 0,00
13-Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	6.966 0,00	815.413 0,31	269.284 0,09	513.299 0,04	664.957 0,04
90-Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	303.464 0,18	784.228 0,30	1.197.515 0,40	5.685.276 0,41	9.801.992 0,56
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	45.426 0,03	662.280 0,25	393.989 0,13	684.982 0,05	1.061.666 0,06
83-Obras diversas de metais comuns	367.738 0,22	572.889 0,22	716.345 0,24	2.886.040 0,21	4.447.312 0,25
96-Obras diversas	289.256 0,17	544.872 0,21	355.276 0,12	293.249 0,02	394.439 0,02
08-Frutas, cascas de cítricos e de melões	764.833 0,46	486.009 0,19	1.754.821 0,58	4.547.529 0,33	2.119.715 0,12
30-Produtos farmacêuticos	57.632 0,03	471.224 0,18	2.046.329 0,68	3.348.667 0,24	3.324.140 0,19
11-Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	444 0,00	468.025 0,18	103.194 0,03	166.396 0,01	359.700 0,02
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais	-	454.714 0,17	8.339.677 2,76	20.737.391 1,51	9.479.121 0,54
18-Cacau e suas preparações	477.557 0,29	391.673 0,15	203.080 0,07	1.884.906 0,14	1.112.953 0,06
59-Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	75.844 0,05	383.200 0,15	188.135 0,06	217.291 0,02	365.927 0,02
63-Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	967.168 0,58	346.043 0,13	397.137 0,13	2.107.959 0,15	419.682 0,02
42-Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	557.647 0,34	327.819 0,13	250.211 0,08	437.429 0,03	327.010 0,02
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	637.699 0,38	300.297 0,12	713.283 0,24	1.704.526 0,12	6.014.542 0,34
54-Filamentos sintéticos ou artificiais	247.256 0,15	242.766 0,09	195.599 0,06	179.334 0,01	144.035 0,01
02-Carnes e miudezas, comestíveis	-	237.835 0,09	9.945.396 3,29	156.036.768 11,38	173.304.126 9,86
23-Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	22.622.928 13,60	230.264 0,09	683.482 0,23	1.519.545 0,11	3.037.119 0,17
55-Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	1.417.216 0,85	230.085 0,09	470.424 0,16	734.449 0,05	779.251 0,04
74-Cobre e suas obras	314.215 0,19	226.751 0,09	24.086 0,01	39.713 0,00	499.678 0,03

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
37-Produtos para fotografia e cinematografia	240.986 0, 14	189.517 0, 07	137.750 0, 05	1.180.768 0, 09	1.082.275 0, 06
10-Cereais	-	91.200 0, 03	14.721 0, 00	1.588.068 0, 12	129.088 0, 01
75-Níquel e suas obras	160.380 0, 10	85.544 0, 03	26.849 0, 01	806.835 0, 06	201.045 0, 01
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	29.770 0, 02	68.426 0, 03	828.855 0, 27	4.762.843 0, 35	7.662.224 0, 44
56-"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	2.266 0, 00	63.689 0, 02	1.076.308 0, 36	2.288.827 0, 17	4.273.994 0, 24
60-Tecidos de malha	18.234 0, 01	51.124 0, 02	9.718 0, 00	814.583 0, 06	264.229 0, 02
36-Pólvoras e explosivos, artigos de pirotecnia, etc.	-	48.999 0, 02	276.279 0, 09	-	-
33-Oleos essenciais e resinoides, prods.de perfumaria, etc.	27.000 0, 02	42.017 0, 02	642.892 0, 21	5.377.298 0, 39	7.927.620 0, 45
62-Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	-	41.053 0, 02	6.118 0, 00	200.856 0, 01	148.151 0, 01
95-Brinquedos, jogos, artigos p/divertimento, esportes, etc.	70.826 0, 04	30.032 0, 01	14.028 0, 00	80.561 0, 01	24.073 0, 00
12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	1.000 0, 00	21.210 0, 01	35.102 0, 01	156.403 0, 01	1.605.895 0, 09
53-Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	43.314 0, 03	15.816 0, 01	72.246 0, 02	33.097 0, 00	291.074 0, 02
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	28.174 0, 02	15.695 0, 01	12.747 0, 00	2.424.970 0, 18	3.315.092 0, 19
81-Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias	-	14.762 0, 01	16.255 0, 01	1.204 0, 00	2.639 0, 00
03-Peixes e crustáceos, moluscos e outs.invertebr.aquaticos	1.359 0, 00	10.191 0, 00	6.649 0, 00	69.840 0, 01	129.696 0, 01
65-Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	-	7.824 0, 00	-	4.092 0, 00	2.218 0, 00
49-Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.	2.734 0, 00	2.893 0, 00	8.405 0, 00	99.420 0, 01	110.795 0, 01
06-Plantas vivas e produtos de floricultura	3.554 0, 00	2.032 0, 00	7.113 0, 00	-	-
91-Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes	21.681 0, 01	1.985 0, 00	39.835 0, 01	32.465 0, 00	10.099 0, 00
22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.730 0, 00	1.820 0, 00	19.889 0, 01	103.501 0, 01	169.100 0, 01
92-Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	538 0, 00	1.740 0, 00	11.982 0, 00	88.522 0, 01	77.499 0, 00
61-Vestuário e seus acessórios, de malha	10.998 0, 01	1.486 0, 00	194 0, 00	248.622 0, 02	213.509 0, 01
45-Cortiça e suas obras	1.152 0, 00	1.310 0, 00	50.847 0, 02	322 0, 00	9.685 0, 00
57-Tapetes, outs.revestim.p/pavimentos, de matérias têxteis	-	324 0, 00	53.907 0, 02	49.188 0, 00	48.342 0, 00
88-Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc.e suas partes	-	200 0, 00	190.022 0, 06	23.301 0, 00	11.742 0, 00
86-Veículos e material para vias férreas, semelhantes, etc.	187.680 0, 11	160 0, 00	-	2.229.057 0, 16	26.010.153 1,48
07-Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.comestíveis	11.162 0, 01	-	264.567 0, 09	301.026 0, 02	11.026.375 0, 63

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
16-Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	23.800 0, 01	-	140.599 0, 05	1.234.152 0, 09	5.259.943 0, 30
78-Chumbo e suas obras	1 0, 00	-	-	18.090 0, 00	34 0, 00
47-Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	364.999 0, 22	-	-	3.577.209 0, 26	1.244 0, 00
43-Peleteria (peles com pêlo), suas obras, peleteria artif.	8.000 0, 00	-	44.727 0, 01	397.927 0, 03	673.339 0, 04
19-Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	-	-	2.489 0, 00	7.154.277 0, 52	8.779.468 0, 50
04-Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	-	-	-	4.903.281 0, 36	6.960.020 0, 40
80-Estanho e suas obras	-	-	-	-	2.094.219 0, 12
05-Outros produtos de origem animal	-	-	192.231 0, 06	605.066 0, 04	1.269.467 0, 07
51-Lã, pelos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina	-	-	102.647 0, 03	74.667 0, 01	1.030.924 0, 06
99-Transações especiais	-	-	548.307 0, 18	546.780 0, 04	513.060 0, 03
01-Animais vivos	-	-	10.080 0, 00	65.560 0, 00	452.939 0, 03
89-Embarcações e estruturas flutuantes	-	-	-	2.351 0, 00	231.747 0, 01
67-Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	-	-	-	-	19.940 0, 00
66-Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, etc.	-	-	-	40 0, 00	-
97-Objetos de arte, de coleção e antiguidades	-	-	18 0, 00	3.517 0, 00	-
Total	166.285.077 100, 00	260.928.028 100, 00	302.226.889 100, 00	1.371.135.092 100, 00	1.757.857.900 100, 00

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008.

Anexo B – Exportações brasileiras para Angola - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
17-Açúcares e produtos de confeitaria	12.223.806 14,70	9.284.119 44,92	13.254.870 12,47	59.710.233 11,45	78.372.235 6,43
87-Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios	5.975.863 7,18	2.299.024 11,12	14.148.905 13,31	77.022.516 14,77	231.009.022 18,96
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3.598.058 4,33	2.119.097 10, 25	11.694.322 11,00	38.703.744 7,42	60.265.742 4,95
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	6.858.827 8,25	1.374.577 6,65	8.502.594 8,00	75.922.810 14,56	137.024.858 11,25
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	5.293.477 6,36	831.175 4,02	4.711.490 4,43	32.024.118 6,14	59.892.006 4,92
02-Carnes e miudezas, comestíveis	19.551.170 23,51	665.762 3,22	18.281.565 17,20	48.341.890 9,27	101.833.989 8,36
15-Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	3.840.007 4,62	399.130 1,93	769.070 0, 72	1.922.834 0, 37	18.367.494 1,51
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	2.598.856 3,12	397.593 1,92	1.657.049 1,56	4.374.016 0, 84	8.552.502 0, 70
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	640.771 0, 77	348.988 1,69	919.905 0, 87	32.674.020 6,27	122.431.593 10, 05
39-Plásticos e suas obras	1.000.177 1,20	269.035 1,30	1.202.562 1,13	10.014.287 1,92	28.184.641 2,31
40-Borracha e suas obras	1.217.547 1,46	258.747 1,25	925.328 0, 87	1.563.458 0, 30	3.921.770 0, 32
29-Produtos químicos orgânicos	321.483 0, 39	191.852 0, 93	574.749 0, 54	871.824 0, 17	468.343 0, 04
00-Operações especiais	43.384 0, 05	188.366 0, 91	-	-	-
19-Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	1.241.561 1,49	184.866 0, 89	727.459 0, 68	6.722.889 1,29	18.623.480 1,53
70-Vidro e suas obras	408.373 0, 49	171.650 0, 83	312.687 0, 29	2.283.926 0, 44	4.706.948 0, 39
61-Vestuário e seus acessórios, de malha	158.397 0, 19	155.686 0, 75	551.684 0, 52	2.441.439 0, 47	2.835.512 0, 23
90Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	419.358 0, 50	154.837 0, 75	866.240 0, 82	1.376.568 0, 26	5.776.604 0, 47
44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	719.592 0, 87	137.270 0, 66	960.175 0, 90	4.980.270 0, 96	12.960.804 1,06
69-Produtos cerâmicos	116.982 0, 14	135.654 0, 66	650.455 0, 61	5.680.637 1,09	12.289.053 1,01
76-Alumínio e suas obras	227.186 0, 27	127.937 0, 62	431.902 0, 41	2.579.436 0, 49	6.702.930 0, 55
72-Ferro fundido, ferro e aço	4.073.237 4,90	109.536 0, 53	1.391.775 1,31	24.676.295 4,73	29.432.473 2,42
96-Obras diversas	860.905 1,04	78.515 0, 38	107.792 0, 10	421.192 0, 08	1.109.702 0, 09
82-Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns	203.339 0, 24	68.632 0, 33	442.193 0, 42	1.957.566 0, 38	5.481.313 0, 45
07-Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.comestíveis	26.533 0, 03	66.858 0, 32	1.317.988 1,24	260.186 0, 05	516.494 0, 04
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	121.462 0, 15	49.182 0, 24	608.628 0, 57	1.118.593 0, 21	4.226.832 0, 35
09-Café, chá, mate e especiarias	73.905 0, 09	45.832 0, 22	50.423 0, 05	143.047 0, 03	276.130 0, 02

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
49-Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.	38.158 0,05	44.720 0,22	157.488 0,15	2.319.909 0,45	2.252.776 0,18
48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	1.718.553 2,07	40.768 0,20	301.957 0,28	1.823.038 0,35	2.169.116 0,18
38-Produtos diversos das indústrias químicas	161.252 0,19	38.344 0,19	643.241 0,61	1.866.544 0,36	2.897.954 0,24
64-Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	1.035.512 1,24	36.189 0,18	268.741 0,25	2.737.846 0,53	8.298.241 0,68
21-Preparações alimentícias diversas	632.744 0,76	33.304 0,16	3.725.767 3,51	7.195.603 1,38	6.960.481 0,57
04-Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	124.452 0,15	29.814 0,14	3.202.471 3,01	16.344.340 3,14	13.683.865 1,12
10-Cereais	13.749 0,02	29.199 0,14	210.506 0,20	719.761 0,14	1.808.072 0,15
83-Obras diversas de metais comuns	257.969 0,31	28.619 0,14	259.085 0,24	669.646 0,13	1.821.729 0,15
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	184.664 0,22	25.812 0,12	185.454 0,17	4.496.902 0,86	8.446.424 0,69
95-Brinquedos, jogos, artigos p/divertimento, esportes, etc.	784.899 0,94	23.940 0,12	102.372 0,10	1.046.910 0,20	1.478.851 0,12
88-Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc.e suas partes	43.276 0,05	22.307 0,11	1.135.395 1,07	-	37.339.827 3,07
22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	1.250.954 1,50	21.485 0,10	1.533.269 1,44	6.835.301 1,31	11.557.967 0,95
11-Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	29.899 0,04	18.000 0,09	2.160.086 2,03	11.848.590 2,27	26.377.790 2,17
63-Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	1.095.996 1,32	16.219 0,08	382.420 0,36	721.111 0,14	1.534.837 0,13
30-Produtos farmacêuticos	364.124 0,44	16.126 0,08	40.791 0,04	444.917 0,09	458.541 0,04
18-Cacau e suas preparações	216.119 0,26	15.683 0,08	168.561 0,16	925.756 0,18	1.651.384 0,14
74-Cobre e suas obras	53.459 0,06	11.934 0,06	52.405 0,05	313.890 0,06	1.733.353 0,14
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	224.332 0,27	11.466 0,06	115.202 0,11	320.998 0,06	76.785.077 6,30
37-Produtos para fotografia e cinematografia	81.803 0,10	10.906 0,05	9.077 0,01	30.987 0,01	28.611 0,00
62-Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	282.134 0,34	10.286 0,05	268.485 0,25	2.825.185 0,54	5.318.652 0,44
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	5.443 0,01	10.247 0,05	61.444 0,06	212.284 0,04	896.936 0,07
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	63.604 0,08	10.186 0,05	473.060 0,45	192.995 0,04	460.892 0,04
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	402.977 0,48	8.350 0,04	425.253 0,40	3.149.430 0,60	8.209.501 0,67
33-Óleos essenciais e resinoides, prods.de perfumaria, etc.	238.909 0,29	6.503 0,03	157.621 0,15	1.159.161 0,22	4.005.941 0,33
35-Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.	123.698 0,15	5.783 0,03	34.585 0,03	272.311 0,05	356.017 0,03
59-Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	7.817 0,01	5.768 0,03	14.683 0,01	183.163 0,04	100.380 0,01
42-Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	144.963 0,17	5.749 0,03	27.435 0,03	252.680 0,05	346.756 0,03
16-Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	33.319 0,04	4.604 0,02	343.782 0,32	4.675.892 0,90	18.729.125 1,54
65-Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	1.530 0,00	3.182 0,02	123.844 0,12	124.089 0,02	284.970 0,02

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
58-Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	8.886 0, 01	1.654 0, 01	8.954 0, 01	30.953 0, 01	121.145 0, 01
13-Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	951 0, 00	1.084 0, 01	-	9.904 0, 00	29.171 0, 00
54-Filamentos sintéticos ou artificiais	4.100 0, 00	1.048 0, 01	8.687 0, 01	166.695 0, 03	182.912 0, 02
71-Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	589 0, 00	865 0, 00	963 0, 00	2.786.278 0, 53	266.551 0, 02
08-Frutas, cascas de cítricos e de melões	23.573 0, 03	610 0, 00	25.257 0, 02	283.277 0, 05	70.269 0, 01
31-Adubos ou fertilizantes	7.161 0, 01	494 0, 00	23.385 0, 02	1.306.173 0, 25	2.683.540 0, 22
91-Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes	9.656 0, 01	391 0, 00	20.384 0, 02	23.667 0, 00	63.824 0, 01
55-Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	107.817 0, 13	256 0, 00	1.800 0, 00	10.543 0, 00	80.010 0, 01
56-"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	5.497 0, 01	223 0, 00	8.166 0, 01	64.828 0, 01	272.197 0, 02
57-Tapetes, outs.revestim.p/pavimentos, de matérias têxteis	4.626 0, 01	186 0, 00	3.471 0, 00	156.205 0, 03	265.086 0, 02
50-Seda	-	174 0, 00	-	1.200 0, 00	-
53-Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	990 0, 00	60 0, 00	1.895 0, 00	5.361 0, 00	143.465 0, 01
92-Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	11.766 0, 01	12 0, 00	23.242 0, 02	132.143 0, 03	4.572 0, 00
01-Animais vivos	3.818 0, 00	-	-	1.375.350 0, 26	5.252.713 0, 43
26-Minérios, escorias e cinzas	207 0, 00	-	-	503.980 0, 10	5 0, 00
24-Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	52.080 0, 06	-	208.760 0, 20	1.083.952 0, 21	1.247.316 0, 10
36-Pólvoras e explosivos, artigos de pirotecnia, etc.	62.805 0, 08	-	208.491 0, 20	36.117 0, 01	365.320 0, 03
45-Cortiça e suas obras	326 0, 00	-	2.357 0, 00	4.036 0, 00	6.170 0, 00
81-Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias	174 0, 00	-	-	2.499 0, 00	17.663 0, 00
79-Zinco e suas obras	21.718 0, 03	-	58 0, 00	1.884 0, 00	41.774 0, 00
78-Chumbo e suas obras	27 0, 00	-	32 0, 00	4.972 0, 00	-
67-Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	300 0, 00	-	-	13.030 0, 00	272.250 0, 02
66-Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, etc.	3.837 0, 00	-	2.063 0, 00	37.391 0, 01	17.145 0, 00
60-Tecidos de malha	183.716 0, 22	-	1.631 0, 00	1.460 0, 00	9.746 0, 00
52-Algodão	196.730 0, 24	-	3.000 0, 00	16.049 0, 00	47.039 0, 00
46-Obras de espartaria ou de cestaria	1.602 0, 00	-	366 0, 00	13.153 0, 00	95.052 0, 01
41-Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	6.984 0, 01	-	-	459 0, 00	4.133 0, 00
12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	12.496 0, 02	-	18.682 0, 02	185.327 0, 04	471.111 0, 04

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
03-Peixes e crustáceos, moluscos e outs.invertebr.aquáticos	187 0,00	-	500.429 0,47	227.481 0,04	216.028 0,02
23-Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	1.013.977 1,22	-	5.112 0,00	399.777 0,08	714.588 0,06
05-Outros produtos de origem animal	312 0,00	-	19.429 0,02	73.753 0,01	410.698 0,03
89-Embarcações e estruturas flutuantes	-	-	173.823 0,16	565.503 0,11	1.897.469 0,16
86-Veículos e material para vias férreas, semelhantes, etc.	-	-	16.138 0,02	37.293 0,01	834.106 0,07
99-Transações especiais	-	-	1.295.365 1,22	218.597 0,04	784.286 0,06
06-Plantas vivas e produtos de floricultura	-	-	4.271 0,00	9.479 0,00	35.865 0,00
43-Peleteria (peles com pêlo), suas obras, peleteria artif.	-	-	-	1.954 0,00	29.299 0,00
14-Matérias p/entrançar e outs.prods.de origem vegetal	-	-	33.240 0,03	10.896 0,00	15.668 0,00
93-Armaz e munições, suas partes e acessórios	-	-	2.001.841 1,88	2.340 0,00	5.080 0,00
80-Estanho e suas obras	-	-	-	1.015 0,00	2.706 0,00
51-Lã, pelos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina	-	-	-	642 0,00	2.083 0,00
75-Níquel e suas obras	-	-	-	1.160 0,00	1.032 0,00
47-Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	-	-	13.954 0,01	22.945 0,00	6 0,00
97-Objetos de arte, de coleção e antiguidades	-	-	-	115 0,00	-
Total	83.177.472 100,00	20.666.470 100,00	106.281.536 100,00	521.326.869 100,00	1.218.235.629 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC) 2008.

Anexo C – Exportações brasileiras para Nigéria - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
17-Açúcares e produtos de confeitaria	42.489.927 23,61	136.595.883 56,14	112.171.896 45,44	284.319.001 29,83	290.989.569 19,24
87-Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios	19.429.781 10,79	29.724.793 12,22	45.346.031 18,37	47.040.239 4,93	79.987.570 5,29
48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	56.905.001 31,62	19.762.988 8,12	11.791.294 4,78	23.887.221 2,51	11.137.559 0,74
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	8.320.826 4,62	10.633.880 4,37	16.170.808 6,55	303.975.215 31,89	790.698.928 52,28
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	10.801.604 6,00	7.999.662 3,29	11.581.129 4,69	18.813.364 1,97	25.408.013 1,68
29-Produtos químicos orgânicos	869.406 0,48	6.318.592 2,60	2.998.879 1,21	24.757.072 2,60	39.117.658 2,59
88-Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc.e suas partes	21.246 0,01	5.000.000 2,05	164.548 0,07	21.450.000 2,25	17.566.567 1,16
72-Ferro fundido, ferro e aço	2.531.554 1,41	4.546.943 1,87	4.183.584 1,69	49.445.918 5,19	14.589.846 0,96
69-Produtos cerâmicos	1.772.884 0,98	4.136.132 1,70	2.859.589 1,16	2.404.553 0,25	4.537.161 0,30
76-Alumínio e suas obras	6.536.842 3,63	3.379.763 1,39	3.122.284 1,26	17.300.733 1,81	11.263.973 0,74
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	3.227.133 1,79	2.706.668 1,11	2.296.375 0,93	6.709.566 0,70	27.220.719 1,80
39-Plásticos e suas obras	4.252.358 2,36	2.443.826 1,00	9.612.759 3,89	59.641.146 6,26	69.048.775 4,57
70-Vidro e suas obras	1.566.467 0,87	1.437.418 0,59	4.884.426 1,98	3.695.431 0,39	305.102 0,02
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	740.040 0,41	1.237.714 0,51	1.681.148 0,68	960.834 0,10	1.218.578 0,08
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	585.797 0,33	1.199.969 0,49	6.009.653 2,43	8.316.332 0,87	14.023.266 0,93
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	1.543.353 0,86	979.510 0,40	772.876 0,31	5.502.320 0,58	3.661.293 0,24
44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	628.290 0,35	964.533 0,40	2.928.277 1,19	4.444.420 0,47	6.172.055 0,41
30-Produtos farmacêuticos	180.745 0,10	955.481 0,39	28.057 0,01	18.380 0,00	15.894 0,00
89-Embarcações e estruturas flutuantes	1.748.132 0,97	750.008 0,31	-	-	47.181 0,00
40-Borracha e suas obras	5.513.588 3,06	722.307 0,30	3.935.784 1,59	5.898.122 0,62	3.243.033 0,21
83-Obras diversas de metais comuns	73.679 0,04	278.408 0,11	118.659 0,05	63.736 0,01	85.632 0,01
64-Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	552.341 0,31	238.854 0,10	-	31.960 0,00	437.894 0,03
71-Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	8.733 0,00	204.387 0,08	35.020 0,01	1.604.952 0,17	485.408 0,03
54-Filamentos sintéticos ou artificiais	344.163 0,19	177.347 0,07	-	-	3 0,00

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
00-Operações especiais	-	113.484 0,05	-	-	-
74-Cobre e suas obras	148.814 0,08	105.841 0,04	182 0,00	4.273.719 0,45	10.944.164 0,72
33-Óleos essenciais e resinoides, prods.de perfumaria, etc.	191.790 0,11	97.298 0,04	-	17.858 0,00	6.719 0,00
38-Produtos diversos das indústrias químicas	105.844 0,06	89.725 0,04	261.036 0,11	281.087 0,03	484.890 0,03
22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	195.623 0,11	85.168 0,04	995.179 0,40	35.545.808 3,73	49.497.550 3,27
82-Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns	189.976 0,11	76.127 0,03	70.979 0,03	79.261 0,01	139.339 0,01
37-Produtos para fotografia e cinematografia	32.767 0,02	60.087 0,02	-	-	28.184 0,00
90-Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	41.272 0,02	48.480 0,02	68.144 0,03	284.328 0,03	1.083.249 0,07
19-Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	70.960 0,04	46.575 0,02	27.607 0,01	26.504 0,00	-
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	109.554 0,06	44.138 0,02	27.509 0,01	467.985 0,05	451.026 0,03
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	280.386 0,16	40.813 0,02	540.189 0,22	52.325 0,01	451.026 0,04
15-Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	-	34.000 0,01	12.804 0,01	1.244.624 0,13	2.959.366 0,20
16-Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	-	28.404 0,01	118.790 0,05	-	-
58-Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	-	12.300 0,01	-	-	-
96-Obras diversas	28.431 0,02	11.911 0,00	152.333 0,06	33.749 0,00	35.476 0,00
41-Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	-	8.801 0,00	5.760 0,00	13.781 0,00	9.284 0,00
35-Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.	528 0,00	6.935 0,00	2.228 0,00	159.492 0,02	51.834 0,00
59-Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	28.819 0,02	5.754 0,00	628 0,00	156.215 0,02	615 0,00
49-Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.	996 0,00	4.555 0,00	580 0,00	834.980 0,09	1.316.016 0,09
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	9.143 0,01	3.687 0,00	7.668 0,00	-	67.656 0,00
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	60.101 0,03	3.061 0,00	117.608 0,05	1.320.855 0,14	1.878.690 0,12
95-Brinquedos, jogos, artigos p/divertimento, esportes, etc.	13.614 0,01	2.000 0,00	-	14.838 0,00	-
45-Cortiça e suas obras	38 0,00	1.248 0,00	7.358 0,00	35.728 0,00	26.044 0,00
63-Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	123.254 0,07	1.200 0,00	6.938 0,00	69.522 0,01	42.006 0,00
79-Zinco e suas obras	-	350 0,00	465 0,00	4.795.653 0,50	12.380.463 0,82
42-Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	3.741 0,00	307 0,00	-	10 0,00	6.619 0,00
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	9.053 0,01	42 0,00	-	9.701 0,00	593.460 0,04

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
56-"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	342 0, 00	2 0, 00	3.763 0, 00	46.853 0, 00	27.743 0, 00
02-Carnes e miudezas, comestíveis	206.729 0, 11	-	19.446 0, 01	-	124.900 0, 01
97-Objetos de arte, de coleção e antiguidades	63 0, 00	-	-	-	-
86-Veículos e material para vias férreas, semelhantes, etc.	4.752.180 2,64	-	-	-	-
78-Chumbo e suas obras	1 0, 00	-	-	-	-
62-Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	3.883 0, 00	-	-	115 0, 00	-
61-Vestuário e seus acessórios, de malha	597 0, 00	-	330 0, 00	745 0, 00	5.304 0, 00
55-Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	18.146 0, 01	-	-	115 0, 00	115.711 0, 01
21-Preparações alimentícias diversas	18.778 0, 01	-	486.829 0, 20	1.026.964 0, 11	452.372 0, 03
24-Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	118.131 0, 07	-	139.064 0, 06	5.882.340 0, 62	6.566.651 0, 43
26-Minérios, escórias e cinzas	1.881.070 1,05	-	-	-	4.138.168 0, 27
53-Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	121 0, 00	-	-	-	53.844 0, 00
52-Algodão	110.933 0, 06	-	-	-	-
23-Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	513.355 0, 29	-	-	590.831 0, 06	59.489 0, 00
18-Cacau e suas preparações	80.416 0, 04	-	-	22.836 0, 00	67.431 0, 00
04-Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	-	-	-	896.933 0, 09	3.842.954 0, 25
99-Transações especiais	-	-	350.591 0, 14	2.085.686 0, 22	2.536.776 0, 17
11-Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	-	-	-	-	327.600 0, 02
03-Peixes e crustáceos, moluscos e outs.invertebr.aquáticos	-	-	622.835 0, 25	80.640 0, 01	145.600 0, 01
47-Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	-	-	-	-	88.608 0, 01
43-Peleteria (peles com pêlo), suas obras, peleteria artif.	-	-	-	-	5.215 0, 00
67-Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	-	-	-	16.130 0, 00	3.508 0, 00
65-Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	-	-	-	318 0, 00	1.329 0, 00
57-Tapetes, outs.revestim.p/pavimentos, de matérias têxteis	-	-	-	-	50 0, 00
08-Frutas, cascas de cítricos e de melões	-	-	-	1.492 0, 00	-
12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	-	-	-	2.552.000 0, 27	-
91-Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes	-	-	-	188 0, 00	-

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
93-Armas e munições, suas partes e acessórios	-	-	121.637 0,05	-	-
14-Matérias p/entrançar e outs.prods.de origem vegetal	-	-	-	23.104 0,00	-
Total	179.993.339 100,00	243.327.359 100,00	246.861.556 100,00	953.225.828 100,00	1.512.357.010 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008.

Anexo D – Exportações brasileiras para Argélia - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
17-Açúcares e produtos de confeitaria	-	85.796.247 87,17	23.882.154 57,66	132.483.881 34,47	232.594.147 46,40
09-Café, chá, mate e especiarias	18.793.929 41,56	7.170.679 7,29	1.896.588 4,58	3.681.167 0,96	4.190.420 0,84
48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	4.899.758 10,84	1.907.670 1,94	664.121 1,60	8.280.235 2,15	10.393.405 2,07
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	945.566 2,09	1.137.213 1,16	641.984 1,55	19.336.231 5,03	13.141.860 2,62
24-Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	780.000 1,73	917.500 0,93	5.354.600 12,93	2.810.367 0,73	5.024.628 1,00
26-Minérios, escórias e cinzas	-	908.563 0,92	-	2.803.090 0,73	182.488 0,04
87-Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios	2.631.869 5,82	163.253 0,17	87.810 0,21	26.923.451 7,01	13.657.257 2,72
40-Borracha e suas obras	22.679 0,05	119.293 0,12	196.845 0,48	207.015 0,05	260.707 0,05
21-Preparações alimentícias diversas	-	114.648 0,12	431.777 1,04	177.216 0,05	107.669 0,02
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	77.144 0,17	110.510 0,11	356.675 0,86	1.467.236 0,38	14.034.764 2,80
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	26.330 0,06	20.601 0,02	5.642.425 13,62	17.375.361 4,52	13.117.552 2,62
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	-	17.760 0,02	31.026 0,07	52.245 0,01	90.311 0,02
63-Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	3.163 0,01	16.426 0,02	4.050 0,01	1.183 0,00	15.772 0,00
90-Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	1.397 0,00	12.700 0,01	3.468 0,01	749.180 0,19	1.212.116 0,24
00-Operações especiais	-	8.922 0,01	-	-	-
83-Obras diversas de metais comuns	3.271 0,01	3.986 0,00	-	72.431 0,02	101.765 0,02
74-Cobre e suas obras	-	2.113 0,00	-	16.310 0,00	4.957 0,00
39-Plásticos e suas obras	58 0,00	1.413 0,00	57.720 0,14	5.482.775 1,43	7.502.867 1,50
76-Alumínio e suas obras	-	60 0,00	-	6.844.942 1,78	5.241.940 1,05
02-Carnes e miudezas, comestíveis	369.548 0,82	-	-	75.696.597 19,70	104.979.342 20,94
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	4.189 0,01	-	3.719 0,01	212.368 0,06	275.525 0,05
82-Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns	5.689 0,01	-	-	44.306 0,01	75.940 0,02
72-Ferro fundido, ferro e aço	16.503.779 36,50	-	1.864.236 4,50	5.500.111 1,43	792.400 0,16
69-Produtos cerâmicos	133.885 0,30	-	-	728 0,00	19 0,00
45-Cortiça e suas obras	9 0,00	-	-	-	-
49-Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.	1.838 0,00	-	212 0,00	127 0,00	505 0,00
54-Filamentos sintéticos ou artificiais	12.712 0,03	-	-	-	-

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
04-Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc.	-	-	-	18.194.819 4,73	54.867.463 10,95
10-Cereais	-	-	-	-	11.539.623 2,30
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	-	-	1.855 0,00	3.719.511 0,97	2.314.798 0,46
16-Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	-	-	31.410 0,08	164.345 0,04	1.107.678 0,22
53-Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	-	-	-	342.438 0,09	1.010.637 0,20
30-Produtos farmacêuticos	-	-	189.180 0,46	662.609 0,17	913.228 0,18
29-Produtos químicos orgânicos	-	-	-	353.430 0,09	636.334 0,13
33-Óleos essenciais e resinóides, prods.de perfumaria, etc.	-	-	-	293.709 0,08	420.301 0,08
64-Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	-	-	-	-	328.930 0,07
44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	-	-	7.686 0,02	354.310 0,09	284.348 0,06
37-Produtos para fotografia e cinematografia	-	-	-	108.980 0,03	176.846 0,04
93-Armas e munições, suas partes e acessórios	-	-	-	1.726.270 0,45	143.919 0,03
38-Produtos diversos das indústrias químicas	-	-	8.491 0,02	4.233 0,00	140.082 0,03
70-Vidro e suas obras	-	-	60.032 0,14	246.979 0,06	129.223 0,03
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	-	-	-	1.067.609 0,28	97.055 0,02
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	-	-	-	3.155 0,00	41.385 0,01
23-Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	-	-	-	-	27.930 0,01
11-Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	-	-	-	-	21.320 0,00
99-Transações especiais	-	-	144 0,00	32.295 0,01	13.722 0,00
35-Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.	-	-	-	13.364 0,00	10.370 0,00
56-"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	-	-	-	74 0,00	10.350 0,00
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	-	-	-	101.729 0,03	8.767 0,00
18-Cacau e suas preparações	-	-	-	117.417 0,03	2.526 0,00
59-Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	-	-	-	3.871 0,00	2.346 0,00
42-Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	-	-	-	171 0,00	1.064 0,00
96-Obras diversas	-	-	-	1.024 0,00	633 0,00
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	-	-	-	17.820 0,00	48 0,00
03-Peixes e crustáceos, moluscos e outs.invertebr.aquaticos	-	-	-	81.833 0,02	-
71-Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	-	-	-	8.896 0,00	-
91-Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes	-	-	-	828 0,00	-
65-Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	-	-	-	8 0,00	-

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB) (%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
61-Vestuário e seus acessórios, de malha	-	-	-	29 0,00	-
57-Tapetes, outs.revestim.p/pavimentos, de matérias têxteis	-	-	-	1.675 0,00	-
12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	-	-	-	596.600 0,16	-
15-Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	-	-	-	45.859.875 11,93	-
05-Outros produtos de origem animal	-	-	-	45.010 0,01	-
Total	45.216.813 100,00	98.429.557 100,00	41.418.208 100,00	384.343.469 100,00	501.249.282 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008.

Anexo E – Importações brasileiras da África do Sul - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
22-Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	4.952.074 6,15	149.755.213 44,45	9.767.503 4,29	2.569.590 0,75	5.852.178 1,12
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	13.236.122 16,45	40.023.804 11,88	33.521.772 14,72	36.005.968 10,54	57.581.861 11,02
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	8.232.566 10,23	23.195.561 6,88	7.717.511 3,39	1.690.819 0,50	4.237.310 0,81
72-Ferro fundido, ferro e aço	12.542.373 15,58	21.156.079 6,28	29.549.757 12,97	82.099.583 24,04	107.404.984 20,56
48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	17.126.719 21,28	20.587.503 6,11	5.077.798 2,23	5.811.660 1,70	3.124.460 0,60
71-Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	-	9.198.436 2,73	26.460.025 11,62	33.847.879 9,91	63.129.796 12,09
29-Produtos químicos orgânicos	393.994 0,49	8.080.846 2,40	17.600.598 7,73	42.795.516 12,53	72.897.312 13,96
26-Minérios, escórias e cinzas	10.422.268 12,95	7.665.552 2,28	5.114.225 2,25	16.680.841 4,88	29.990.365 5,74
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	656.920 0,82	7.146.917 2,12	4.617.301 2,03	34.765.053 10,18	47.263.024 9,05
38-Produtos diversos das indústrias químicas	81.878 0,10	6.582.705 1,95	19.852.776 8,72	10.690.662 3,13	13.969.387 2,67
54-Filamentos sintéticos ou artificiais	-	6.172.550 1,83	10.151.156 4,46	9.276.625 2,72	6.858.837 1,31
10-Cereais	3.762.000 4,67	3.933.499 1,17	-	-	-
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	620.776 0,77	3.718.357 1,10	7.142.216 3,14	1.969.120 0,58	3.156.334 0,60
81-Outros metais comuns, ceramais, obras dessas matérias	734.254 0,91	3.682.568 1,09	2.236.331 0,98	9.891.749 2,90	7.489.171 1,43
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	768.475 0,95	3.555.754 1,06	2.520.675 1,11	3.480.009 1,02	3.189.411 0,61
31-Adubos ou fertilizantes	611.100 0,76	3.511.139 1,04	166.920 0,07	358.607 0,10	383.494 0,07
74-Cobre e suas obras	886.303 1,10	2.301.406 0,68	161.399 0,07	313.691 0,09	1.815.611 0,35
55-Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	-	1.954.962 0,58	440.139 0,19	167.976 0,05	638.706 0,12
39-Plásticos e suas obras	411.405 0,51	1.802.302 0,53	623.772 0,27	2.854.489 0,84	2.220.099 0,43
52-Algodão	-	1.651.664 0,49	2.741 0,00	-	-
87-Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios	-	1.651.102 0,49	1.451.428 0,64	4.575.716 1,34	6.992.493 1,34
36-Pólvoras e explosivos, artigos de pirotecnia, etc.	-	1.592.953 0,47	19.931 0,01	139.842 0,04	80.647 0,02
76-Alumínio e suas obras	6.700 0,01	877.100 0,26	13.789.479 6,05	16.708.141 4,89	26.730.316 5,12
44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	99.000 0,12	861.815 0,26	19.784 0,01	2.351 0,00	84.329 0,02
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	37.268 0,05	763.760 0,23	1.017.718 0,45	3.951.028 1,16	5.944.606 1,14

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
20-Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	-	738.406 0, 22	-	72.174 0, 02	185.276 0, 04
40-Borracha e suas obras	7.783 0, 01	668.307 0, 20	527.338 0, 23	327.302 0, 10	745.283 0, 14
47-Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc.	84.884 0, 11	527.044 0, 16	15.776 0, 01	124.240 0, 04	-
82-Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns	209.750 0, 26	479.458 0, 14	353.414 0, 16	823.285 0, 24	1.215.956 0, 23
19-Preparacoes a base de cereais, farinhas, amidos, etc.	-	408.462 0, 12	-	-	-
90-Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	4.959 0, 01	383.133 0, 11	662.956 0, 29	356.404 0, 10	802.776 0, 15
57-Tapetes, outs.revestim.p/pavimentos, de matérias têxteis	-	342.824 0, 10	1.074.336 0, 47	69.590 0, 02	253.776 0, 05
69-Produtos cerâmicos	-	287.671 0, 09	77.866 0, 03	57.693 0, 02	25.562 0, 00
05-Outros produtos de origem animal	194.500 0, 24	265.793 0, 08	563.040 0, 25	586.315 0, 17	812.876 0, 16
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	-	263.113 0, 08	230.987 0, 10	23.032 0, 01	64.906 0, 01
56-"Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc."	-	241.701 0, 07	-	290 0, 00	1.849 0, 00
67-Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	-	132.910 0, 04	-	63.520 0, 02	41.198 0, 01
59-Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc.	168.959 0, 21	113.045 0, 03	1.014.188 0, 45	1.593.373 0, 47	4.641.301 0, 89
15-Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	-	108.000 0, 03	5.426 0, 00	89.678 0, 03	8.023 0, 00
35-Matérias albuminóides, produtos a base de amidos, etc.	1.202 0, 00	102.223 0, 03	54.121 0, 02	26.392 0, 01	34.968 0, 01
12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	867.310 1,08	81.075 0, 02	463.443 0, 20	606.174 0, 18	524.849 0, 10
83-Obras diversas de metais comuns	-	65.378 0, 02	7.087 0, 00	54.521 0, 02	53.748 0, 01
79-Zinco e suas obras	-	54.199 0, 02	19.170 0, 01	-	-
41-Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	475.972 0, 59	46.541 0, 01	640.782 0, 28	173.446 0, 05	526.032 0, 10
51-Lã, pelos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina	-	41.294 0, 01	-	133.812 0, 04	-
30-Produtos farmacêuticos	-	34.126 0, 01	1.406.817 0, 62	4.092.363 1,20	5.615.653 1,08
86-Veículos e material para vias férreas, semelhantes, etc.	-	32.385 0, 01	2.903.584 1,27	4.405.926 1,29	2.608.304 0, 50
58-Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	-	25.427 0, 01	38.410 0, 02	31.683 0, 01	12.574 0, 00
13-Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	191.789 0, 24	16.950 0, 01	22.225 0, 01	16.668 0, 00	-
96-Obras diversas	-	12.194 0, 00	278 0, 00	94.939 0, 03	189 0, 00
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	276.000 0, 34	10.654 0, 00	105.707 0, 05	175.785 0, 05	1.125.313 0, 22
70-Vidro e suas obras	-	10.590 0, 00	702.319 0, 31	219.609 0, 06	1.310.748 0, 25
33-Óleos essenciais e resinoides, prods.de perfumaria, etc.	645 0, 00	9.676 0, 00	222.520 0, 10	35.976 0, 01	27.473 0, 01

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
62-Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	-	3.360 0,00	1.736 0,00	4.002 0,00	47.689 0,01
97-Objetos de arte, de coleção e antiguidades	3.212 0,00	2.929 0,00	2.100 0,00	947 0,00	730 0,00
03-Peixes e crustáceos, moluscos e outs.invertebr.aquáticos	-	2.835 0,00	92.127 0,04	892.847 0,26	15.000 0,00
91-Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes	-	2.326 0,00	-	40 0,00	52 0,00
61-Vestuário e seus acessórios, de malha	-	1.797 0,00	-	6.050 0,00	13 0,00
95-Brinquedos, jogos, artigos p/divertimento, esportes, etc.	10.522 0,01	1.300 0,00	2.298 0,00	-	15.169 0,00
01-Animais vivos	377 0,00	600 0,00	-	-	34.452 0,01
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	49.924 0,06	184 0,00	14.577 0,01	16.886 0,00	50.998 0,01
49-Livros, jornais, gravuras, outros produtos graficos, etc.	-	15 0,00	673 0,00	1.567 0,00	33.064 0,01
06-Plantas vivas e produtos de floricultura	42.560 0,05	-	308.666 0,14	-	-
07-Produtos horticolas, plantas, raízes, etc.comestíveis	1.270.124 1,58	-	680 0,00	-	20.467 0,00
63-Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	2.639 0,00	-	107.759 0,05	1.559 0,00	3.818 0,00
11-Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	1.035.792 1,29	-	-	-	-
88-Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc.e suas partes	-	-	2.069 0,00	20.586 0,01	18.909.342 3,62
75-Níquel e suas obras	-	-	16.009.818 7,03	2.838.409 0,83	8.396.428 1,61
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	-	-	603.840 0,27	2.077.887 0,61	1.630.728 0,31
78-Chumbo e suas obras	-	-	-	-	795.293 0,15
14-Matérias p/entrancar e outs.prods.de origem vegetal	-	-	-	-	270.171 0,05
08-Frutas, cascas de cítricos e de melões	-	-	54.452 0,02	23.195 0,01	215.677 0,04
60-Tecidos de malha	-	-	1.086 0,00	1.450 0,00	107.609 0,02
21-Preparações alimentícias diversas	-	-	2.040 0,00	-	65.636 0,01
64-Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	-	-	32.272 0,01	27.147 0,01	23.423 0,00
42-Obras de couro, artigos de correio ou de seleiro, etc.	-	-	173 0,00	7.419 0,00	3.043 0,00
43-Peleteria (peles com pêlo), suas obras, peleteria artif.	-	-	3.795 0,00	790 0,00	323 0,00
46-Obras de espartaria ou de cestaria	-	-	2.333 0,00	3.735 0,00	89 0,00
89-Embarcações e estruturas flutuantes	-	-	-	-	70 0,00
65-Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	-	-	4.769 0,00	5.330 0,00	17 0,00
16-Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, etc.	-	-	64.163 0,03	-	-
93-Armaz e munições, suas partes e acessórios	-	-	300.594 0,13	504.030 0,15	-

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
92-Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	-	-	104 0,00	-	-
66-Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, etc.	-	-	14.910 0,01	-	-
09-Café, chá, mate e especiarias	-	-	790 0,00	212.494 0,06	-
Total	80.481.098 100,00	336.941.472 100,00	227.762.569 100,00	341.547.475 100,00	522.312.665 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC) 2008.

Anexo F – Importações brasileiras de Angola - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB) (%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	111.645.235 100,00	39.155.990 100,00	31.421.830 100,00	-	944.780.013 100,00
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc	-	-	-	134 0,11	9.800 0,00
40-Borracha e suas obras	-	-	44 0,00	-	-
76-Alumínio e suas obras	-	-	-	120.097 99,89	-
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	-	-	597 0,00	-	-
Total	111.645.235 100,00	39.155.990 100,00	31.422.471 100,00	120.231 100,00	944.789.813 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008.

Anexo G – Importações brasileiras da Nigéria - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB) (%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	61.076.790 99,53	279.775.489 98,60	728.945.040 99,36	2.631.094.307 99,55	5.271.967.261 99,85
41-Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	241.875 0,39	2.182.863 0,77	2.494.086 0,34	7.574.112 0,29	7.721.740 0,15
08-Frutas, cascas de cítricos e de melões	-	1.264.088 0,45	2.110.148 0,29	-	-
40-Borracha e suas obras	-	430.170 0,15	-	3.142 0,00	133.129 0,00
54-Filamentos sintéticos ou artificiais	-	43.102 0,02	-	12 0,00	-
13-Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais	6.700 0,01	33.875 0,01	10.620 0,00	-	6.254 0,00
12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	-	7.130 0,00	36.998 0,01	197 0,00	13.218 0,00
49-Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.	253 0,00	2.167 0,00	-	53 0,00	-
83-Obras diversas de metais comuns	-	1.841 0,00	-	2.280 0,00	2.421 0,00
69-Produtos cerâmicos	-	836 0,00	-	58 0,00	940 0,00
71-Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	-	835 0,00	-	-	48.760 0,00
62-Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	-	564 0,00	-	-	-
44-Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	-	502 0,00	3.795 0,00	5.400 0,00	5.852 0,00
96-Obras diversas	-	468 0,00	-	555 0,00	1.818 0,00
61-Vestuário e seus acessórios, de malha	-	241 0,00	-	-	-
05-Outros produtos de origem animal	-	210 0,00	-	-	-
58-Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc.	-	200 0,00	-	-	-
34-Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc.	-	193 0,00	-	-	-
09-Café, chá, mate e especiarias	-	149 0,00	-	-	-
46-Obras de espartaria ou de cestaria	-	140 0,00	806 0,00	43 0,00	49 0,00

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
63-Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	-	120 0,00	-	-	355 0,00
07-Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.comestíveis	-	55 0,00	-	-	-
67-Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	-	46 0,00	-	-	-
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	-	24 0,00	-	-	-
26-Minérios, escórias e cinzas	37.800 0,06	-	-	-	-
48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	-	-	-	-	2.409 0,00
42-Obras de couro, artigos de correio ou de seleiro, etc.	-	-	-	226 0,00	829 0,00
39-Plásticos e suas obras	-	-	-	-	659 0,00
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	-	-	-	26.210 0,00	227 0,00
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	-	-	-	6.265 0,00	11 0,00
65-Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	-	-	-	134 0,00	-
87-Veículos automóveis, tratores, etc.suas partes/acessórios	-	-	-	55.102 0,00	-
95-Brinquedos, jogos, artigos p/divertimento, esportes, etc.	-	-	-	43 0,00	-
94-Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	-	-	-	115 0,00	-
92-Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	-	-	160 0,00	516 0,00	-
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	-	-	587 0,00	2.056 0,00	-
82-Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc.de metais comuns	-	-	-	4.680 0,00	-
68-Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc.	-	-	-	4.895 0,00	-
52-Algodão	-	-	-	4.235.595 0,16	-

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
14-Matérias p/ entrançar e outs. prods. de origem vegetal	-	-	1.396 0,00	-	-
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	-	-	1.240 0,00	-	-
Total	61.363.418 100,00	283.745.308 100,00	733.604.876 100,00	2.643.015.996 100,00	5.280.019.866 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008.

Anexo H – Importações brasileiras de Argélia - 1990/1995/2000/2005/2007

Capítulos NCM	Valores em US\$ (FOB)				
	(%)				
	1990	1995	2000	2005	2007
27-Combustíveis minerais, óleos minerais, etc.ceras minerais	222.020.747 99,93	236.591.570 100,00	1.505.566.881 99,81	2.820.266.432 99,61	2.215.275.291 99,16
28-Produtos químicos inorgânicos, etc.	157.750 0,07	-	-	1.698.027 0,06	-
25-Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	-	-	2.810.459 0,19	8.363.198 0,30	17.590.415 0,79
41-Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	-	-	-	-	795.331 0,04
40-Borracha e suas obras	-	-	-	771 0,00	309.871 0,01
45-Cortiça e suas obras	-	-	37.746 0,00	52.638 0,00	20.096 0,00
84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. mecânicos	-	-	-	1.598 0,00	2.338 0,00
73-Obras de ferro fundido, ferro ou aço	-	-	-	9 0,00	921 0,00
85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.	-	-	48.064 0,00	-	806 0,00
90-Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc.	-	-	-	760 0,00	516 0,00
01-Animais vivos	-	-	-	55.000 0,00	-
31-Adubos ou fertilizantes	-	-	-	732.655 0,03	-
32-Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc.	-	-	6.704 0,00	-	-
33-Óleos essenciais e resinoides, prods.de perfumaria, etc.	-	-	-	57 0,00	-
Total	222.178.497 100,00	236.591.570 100,00	1.508.469.854 100,00	2.831.171.145 100,00	2.233.995.585 100,00

Fonte: Sistema Alice (MDIC), 2008.